

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação de Mestrado

**A Filosofia da História de R. G. Collingwood:
Perguntar, Responder, Reconstruir.**

Autor: Gustavo Freitas Pereira

Professora Orientadora: Dra. Sara Albieri

Florianópolis, junho de 2006

Resumo

O objeto de discussão desta dissertação é a Filosofia da História de R. G. Collingwood.. A importância do trabalho de Collingwood reside nas consequências de sua proposta de distinção metodológica entre as ciências naturais e as ciências históricas. O plano de elaboração de minha dissertação envolve uma breve introdução biográfica de Collingwood. O objetivo deste tipo de introdução é situar o leitor quanto à formação intelectual de Collingwood. O segundo passo evolui a justificativa, segundo Collingwood, da necessidade de uma Filosofia da História. Em terceiro lugar exponho o que Collingwood chamou de método da pergunta e resposta. Para ele, a investigação historiográfica apenas faz sentido quando o historiador exerce a liberdade para formular perguntas e imaginar possíveis respostas para elas. Pós a apresentação do método, utilizo os comentários de Gadamer e Popper sobre o valor da proposta metodológica de Collingwood. Por último, analiso o conceito de *re-enactment* (por vezes, perigosamente traduzido como reconstrução). Segundo este conceito, o objetivo do historiador é explicar as ações das personagens históricas através de uma atitude de empatia como objetivo de conhecer ou, mais precisamente, reviver as razões do agente.

Abstract

The object of this dissertation is R. G. Collingwood's Philosophy of History. The elaboration plane implies, after a general presentation of the main problems within the Philosophy of History in the 20th century, a brief biographic introduction to Collingwood. The aim of such introduction is to situate the reader about Collingwood's intellectual shaping. The second step involves the justification, following Collingwood's view, of the necessity of a Philosophy of History. After this, I do expose what Collingwood has called the method of question and answer. For him, historiographic research does only make sense when the historian uses his or her freedom to formulate question and to imagine possible answers to them. Within the last chapter I do present and discuss the concept of re-enactment. The idea is that the main historian's goal is to explain the historical agents' actions through an empathic attitude of knowing or, to be more precise, reviving the agents reasons to act.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer minha orientadora, Sara Albieri, quem não me faltou e tornou possível o trabalho. Ao professor Alberto Cupani que com sua leitura, crítica e sugestões enriqueceram a dissertação e minha percepção sobre os temas abordados. Meus amigos, Andrey R. Silva, Sérgio Michelonn, Roberto Rocha e Alexsandro Amorin que nunca deixaram de perguntar sobre o andamento da pesquisa. Não posso deixar de mencionar o apoio essencial de minha mãe e de minhas irmãs que muito torceram pelo bom andamento de meus estudos. Aos estudantes colegas do Departamento que sempre demonstraram interesse e contribuíram com a amizade fraterna e com a discussão dos problemas.

À memória de meu pai .

ÍNDICE

Nota biográfica.....	06
Introdução.....	19
Cap.1 Sobre necessidade de uma Filosofia da História.....	33
Cap. 2 A Lógica da Pergunta e Resposta.....	54
2.1 O Conhecimento Proposicional.....	59
2.2 O Conhecimento Histórico.....	71
Cap. 3 O Conceito de <i>Re-enactment</i>.....	83
Conclusão	100
Bibliografia.....	106

Nota biográfica

Em Filosofia, tenta-se evitar a confusão entre o pensamento e a vida dos pensadores. A análise filosófica de um problema busca privilegiar a compreensão dos argumentos em detrimento das características da vida privada do autor. Mesmo assim, pareceu oportuna uma breve apresentação biográfica, não para propor explicar a obra de Collingwood por sua vida, mas para destacar o fato de que o próprio autor produziu uma autobiografia, atribuindo importância teórica às circunstâncias de sua formação intelectual: “A autobiografia de um homem cuja ocupação é pensar deveria ser a história de seu pensamento” (1978, p. 08).

A primeira curiosidade acerca da formação de Collingwood é a liberdade com que seus pais conduziram seu processo educacional. Eles eram seus professores, e começaram a educação dos filhos longe das instituições educacionais convencionais. De acordo com o depoimento de Collingwood em sua autobiografia, dentre uma constelação ampla e diversificada de temas de estudo destacavam-se as ciências naturais e as artes.

Collingwood e suas irmãs podiam desfrutar de uma biblioteca bem abastecida, e de atividades artísticas como a pintura e a poesia. Collingwood relata que as lições não tomavam mais do que três horas diárias, estando livre depois para se dedicar à atividade que quisesse; exerceu assim a autonomia intelectual desde muito cedo. Collingwood atribui à repercussão desse ambiente a motivação intelectual de sua produção teórica posterior, por exemplo, o interesse e a necessidade do autor de produzir uma teoria estética, de escrever filosoficamente sobre a natureza do processo de criação e apreciação da obra de arte. Neste sentido, *The Principles of Art* cristaliza e reflete o contato de Collingwood com a arte desde a infância.

Mas não foi somente a curiosidade sobre a criação artística que despertou com a educação não tradicional oferecida pelos pais de

Collingwood. As visitas regulares do futuro filósofo e historiador à biblioteca de seu pai e a outras resultaram em incursões nas ciências naturais como a Geologia, a Geografia, a Física, e também à História desses assuntos. Simultaneamente à dedicação aos problemas das ciências naturais, Collingwood percebia que aqueles assuntos possuíam uma história; sua percepção sobre a importância da História das Idéias despertava à medida que se interessava mais e mais por livros. Uma passagem da autobiografia ilustra claramente essa noção:

Foi meu pai quem me deu lições sobre História Antiga e Moderna, ilustrada com o auxílio de mapas em papel-machê feito de jornal cozido em uma panela; mas minha primeira lição acerca do meu objeto de estudo atual, a História do Pensamento, foi a descoberta, em casa de um amigo algumas milhas distante, de um livro surrado do século XVII, sem capa e folha de rosto, cheio de doutrinas estranhas sobre Meteorologia, Geologia e movimentos planetários. Devia ser um compêndio dos *Principia* de Descartes, a julgar pelo que lembro dos enunciados sobre vórtices. Eu tinha nove anos quando descobri aquilo, e já sabia o suficiente sobre as teorias modernas correspondentes para apreciar o contraste envolvido.”(R. G. Collingwood, *Na Autobiography*, 1978, p. 01)

Logo na primeira página de sua autobiografia Collingwood expõe um evento de sua infância a que atribui a origem do interesse pelo assunto de que se ocuparia até a morte. Há o contato prévio com teorias mais atuais em ciências naturais, e depois a comparação com teorias bem mais antigas. A comparação entre um tipo de teoria e outro se torna inevitável, e o despertar da consciência histórica de Collingwood sobre a dinâmica da história do pensamento ocidental tem origem quase que por brincadeira. Porém, o fato relevante a se extrair da passagem mencionada é que Collingwood diz que apreciou o momento em que pode estabelecer uma comparação entre a teoria antiga e as mais recentes. É neste momento da vida privada de Collingwood, aos nove anos de idade, que seu interesse sobre a História das Idéias tem sua gênese.

Um outro momento importante para a formação intelectual de Collingwood é seu primeiro contato com um texto filosófico propriamente dito. Collingwood pinta esse momento com cores intensas em sua autobiografia. Tratava-se de uma tradução inglesa da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de Kant. O encontro com aquele tipo de texto proporcionou a Collingwood uma experiência única. De alguma maneira, mesmo que a compreensão do texto não fosse clara, mesmo que a terminologia provocasse uma sensação de total ignorância, Collingwood sentiu que a busca pela interpretação de temas como aquele deveria ser sua ocupação intelectual dali por diante. Assim descreve ele o episódio:

(...) quando tinha oito anos de idade a curiosidade me moveu em direção a um livrinho preto identificado como *A Teoria Kantiana da Ética*. Era a tradução de Abbot da *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*; e assim que comecei a ler fui acometido por uma estranha sucessão de emoções. Senti que coisas importantes estavam sendo ditas sobre assuntos da máxima urgência: coisas que, não importava o preço, eu deveria compreender. Então, com uma onda de indignação chegou a descoberta de que eu não podia compreendê-las”(1978, p. 04).

Com esses eventos descritos por Collingwood em sua autobiografia percebemos claramente que suas preocupações teóricas surgiram desde muito cedo. Porém, aos treze anos de idade, passa a freqüentar o sistema britânico tradicional de ensino. A experiência, como relata, não esteve livre de dissabores. Por causa de sua bagagem de estudos, chega aos bancos das escolas públicas inglesas contando com a desconfiança e a competição de alguns professores. Quanto aos colegas, Collingwood não nos conta muito, exceto que, por causa das frustrações impostas a seus intelectos (1978 p. 09) o principal interesse deles passava a ser futebol ou atividades físicas em geral.

O objetivo da continuação dos estudos em escolas que pertencessem ao sistema formal de ensino era o de possibilitar a ida de Collingwood para a universidade. O expediente funcionou, mesmo que contasse com a negativa de alguns professores, que não aprovavam seu desejo. O fato é que

Collingwood acaba por alcançar seu objetivo e ingressa na Universidade de Oxford. Nas palavras dele, “ter ido para Oxford era como ter saído da prisão” (1978, p. 12).

É naquela universidade que o treinamento de Collingwood como filósofo toma fôlego. A liberdade, mais uma vez, permeia o processo de aprendizagem e, tal como nos conta em sua autobiografia (1978, p.13), uma atitude adulta perante a educação era premiada ao invés de ser penalizada. Nesse período, Collingwood utilizou essa liberdade com senso de aproveitamento. Uma ilustração possível disso é o fato de Collingwood (1978, p. 13) assumir que quase toda sua vida social teria de ser colocada de lado em prol das atividades intelectuais propostas por seus professores ou eleitas por ele mesmo. Uma delas incluía passar semanas lendo Platão. Como distração, preferia as longas caminhadas e passar horas escutando música a interagir com os colegas do campus.

Nesse ambiente de disciplina libertária, Collingwood tomava lições de Filosofia e História Antiga. Os professores destas matérias exigiam dele ensaios semanais sobre os temas abordados. Mais uma vez sentia-se livre para organizar sua própria leitura e produção textual. Em História, preferia dedicar seu tempo à leitura de artigos e livros sobre escavações em locais gregos e romanos. Em Filosofia, por outro lado, preferiu seguir estudando autores de diversas línguas européias.

Tomava forma ainda mais clara a ocupação intelectual de Collingwood, ou seja, seu interesse pela relação entre o conhecimento histórico e a Filosofia. Na universidade de Oxford, o que Collingwood percebeu foi a existência da oposição entre duas correntes filosóficas. A primeira delas, o idealismo, tinha como expoentes professores como Thomas Hill Green, Francis Herbert Bradley, Bernard Bosanquet, William Wallace e Robert Lewis Nettleship(1978, p. 15). A outra corrente, em contrapartida, tinha representantes como o professor de Lógica John Cook Wilson, H. A Prichard e H. W. B Joseph (1978, p. 20). Collingwood teve contato com as duas correntes. Tornou-se amigo de alguns dos seguidores dos idealistas

como J. A. Smith, que foi aluno de H. H. Joachim, amigo pessoal de Bradley. O contato com a escola realista ficou por conta do fato de Collingwood ter sido aluno do professor de Lógica, John Cook Wilson.

Esse contato com Wilson proporcionou o doutrinamento “realista” de Collingwood, de forma que, pouco antes de se graduar, assumia ser um realista, mas não sem ressalvas (1978, p. 22). Uma de suas principais desconfiâncias quanto às doutrinas e aos métodos dos realistas era a leitura errada que tinham do idealismo. Um artigo importante que ilustra, segundo Collingwood, a oposição dos realistas frente aos idealistas é *The refutation of Idealism*, de G. E. Moore, considerando este autor “um paralelo ou aliado dos realistas em Cambridge”.(1978, p. 22) O principal alvo daquele texto, de acordo com Collingwood, é o idealismo de Berkeley. Porém, em sua leitura, Moore atacaria não a posição de Berkeley, mas a posição que Berkeley quer rejeitar. A partir dessa desconfiância, Collingwood prepara um “franco ataque” ao realismo de Oxford.

Outro fator importante para que se formulasse uma oposição aos realistas era o fato de que a leitura deles acerca do conhecimento humano não se preocupava com a História. Era importante para aquele tipo de pensadores, na visão de Collingwood, apontar se uma doutrina filosófica era consistente ou não (1978, p. 23), mas deixavam de considerar que as doutrinas analisadas também deveriam ser objeto de análise histórica. Como poderemos ver mais adiante, essa característica é crucial para a elaboração por parte de Collingwood da lógica da pergunta e da resposta como oposição à lógica proposicional dos realistas.

Esta preocupação de Collingwood contra a doutrina realista é central para a compreensão de toda sua obra, seja no que concerne aos problemas da Teoria do Conhecimento, seja no que diz respeito à Filosofia Política ou a Ética. Como podemos ver, o período de graduação de Collingwood em Oxford foi marcado pela liberdade de escolha e pela gênese da oposição dele às doutrinas com viés positivista. Tal como aponta Peter Johnson (1998, p. 05), o ataque de Collingwood ao realismo se faz em três frentes.

A primeira delas vai de encontro à relativa simplicidade que o realismo observa na atividade cognitiva. Um dos principais resultados desta atitude é a análise do conhecimento a partir da lógica das sentenças ou proposições lingüísticas elementares. Em segundo lugar, como podemos perceber na leitura de Johnson, estão as implicações da análise estritamente proposicional na Filosofia Moral e na Ética – isto é, para Collingwood, o fato de o homem dominar cada vez mais habilmente tecnologias, e cada vez menos a habilidade de julgar e praticar ações de acordo com valores que possibilitassem o respeito mútuo e a convivência com o que é diferente. A este respeito, citamos Johnson:

O realismo identifica dogmaticamente conhecimento com o conhecimento científico e reduz a moral ao status de impulsos psicológicos privados. O realismo torna inteligível qualquer concepção possível de um bem comum e, portanto, separa a filosofia da vida (1978, pp. 05-6).

A terceira via de ataque de Collingwood ao realismo é justamente a atitude daquela corrente perante a história. Para o realismo, de acordo com Collingwood, a história não é conhecimento legítimo porque não satisfaz critérios de verificação direta, via dados dos sentidos. Essa maneira de interpretar o conhecimento histórico ignora o fato de que a história não se constrói através de verificação, mas por meio da interrogação (Peter Johnson, 1998, p. 06).

Logo depois de formar-se como professor de Filosofia, a Europa assiste ao início da primeira guerra mundial; Collingwood serve então ao departamento de inteligência da Inglaterra. Ele descreve este período como o de uma pausa nas atividades estritamente acadêmicas, coisa que, de certa maneira, proporcionaria o tempo suficiente para uma revisão dos problemas acerca da Filosofia. Após sua volta a Oxford, continuou preocupado “com a aproximação entre História e Filosofia”. Ao fim da primeira grande guerra, Collingwood já tinha publicado *Religion and*

Philosophy (1916) e *Speculum Mentis* (1924). Em 1933 publica *An Essay on Philosophical Method*, obra que costuma ser avaliada como uma reflexão complexa da relação existente entre a Filosofia e áreas distintas como a Religião, a Arte e a Ciência. Na avaliação dele próprio, *An Essay* é seu melhor livro, tanto em estilo quanto em profundidade.

Toda essa produção literária acontecia simultaneamente às aulas e palestras. Talvez como resultado dessa quantidade enorme de trabalho, a saúde de Collingwood começa a deteriorar já no início da década de 1930. Em sua autobiografia, afirma que o trabalho funcionava como uma espécie de anestesia: quanto mais se via fraco, mais trabalhava. Antes da primeira metade da década de 30 havia também revisado seu livro *The Roman Britain*, publicado em 1923. Durante a mesma fase Collingwood ainda consegue escrever *The Idea of Nature*, publicado postumamente em 1945. Sua saúde piora em 1938, quando o primeiro de uma série de derrames o acometeu. Em uma tentativa de recuperação, organiza uma viagem de barco à Grécia com alunos e amigos. Como era de se esperar, Collingwood não deixa de escrever durante o passeio. O resultado editorial de sua viagem é seu diário de bordo *The First Mate's Log*.

Também em 1938, Collingwood faz outra viagem. Desta vez, parte para a ilha de Java (hoje Jacarta), até então domínio holandês. O resultado desta viagem é particularmente pródigo para sua obra. Aliás, o período entre 1938 e 1943, ano de sua morte, viu a produção de nada menos do que *An Essay on Metaphysics*, *The First Mate's Log*, *The New Leviathan* e o início dos trabalhos do projeto mais importante para Collingwood, *The Principles of History*.

Os manuscritos de *The Principles of History*, de acordo com a vontade expressa de Collingwood, não foram publicados. Boa parte desse material se encontra na Bodleian Library de Oxford. Contudo, muito do que compõe *The Idea of History*, texto publicado também postumamente, foi elaborado no período de sua doença. Essa peculiaridade dá origem a

uma polêmica editorial importante sobre sua obra. Após a morte de Collingwood, Tom Knox, seu ex-aluno, foi o responsável pela escolha de manuscritos que viriam a integrar a obra póstuma *The Idea of History*. Esses manuscritos, na verdade, faziam parte do grande projeto de Collingwood de reunir em um único livro todo seu pensamento sobre a teoria da História. Palestras, aulas, cursos inteiros, artigos, tudo isso deveria dar forma ao livro que chamaria de *The Principles of History*. Antes de morrer, contudo, o pensador opta por não publicar *The Principles*. Mas boa parte dessa quantidade enorme de textos veio à tona sob o título de *The Idea of History* (Jan Van der Dussen, 1997, pp. 32-62).

O problema da edição desse volume diz respeito aos critérios de escolha adotados por Knox. Segundo Jan van der Dussen, Knox foi ingênuo e até mesmo insensível quanto à importância de muito dos manuscritos. Knox considerava muitos daqueles trabalhos não como frutos do pensamento de Collingwood, mas como sintomas da doença que o debilitou antes de sua morte. Der Dussen deixa clara essa crítica em artigo publicado na revista *History and Theory* (1997, vol. 36, n. 01) e na edição revisada de *The Idea of History*, que data de 1994. Outro comentador importante que compartilha essa posição de descontentamento com Knox é William Dray (1999).

Muitos dos manuscritos que não foram publicados; infelizmente, foram perdidos. Mas boa parte, como dissemos acima, ainda se encontra à disposição dos leitores na Bodleian Library, em Oxford. *The Idea of History*, a despeito dessa disputa acerca da qualidade da edição, representa fonte essencial para a compreensão da teoria da História no século XX. É, de fato, a obra mais conhecida de Collingwood que, junto com sua autobiografia, é peça fundamental para a discussão dos problemas da Filosofia da História nesta dissertação .

Outro aspecto importante da vida de Collingwood é sua preocupação com os problemas éticos e morais da Filosofia e de seu tempo de maneira geral. Para ele, deixar de lado as questões sobre os valores das ações e a maneira pela qual uma vida digna deve ser vivida é uma conseqüência da posição equivocada dos realistas perante o conhecimento. As humanidades, incluindo o estudo da Ética e da Filosofia Política, eram colocadas em segundo plano quando o critério máximo de verdade para o conhecimento passa a ser a verificabilidade e a reprodução artificial dos fenômenos. O resultado dessa visão de mundo é a sobreposição da técnica sobre o que é humano. Citamos Collingwood:

O contraste entre o sucesso da mente europeia em controlar qualquer situação na qual os elementos envolvidos são corpos físicos e as forças físicas, e a falta de habilidade para controlar situações nas quais os elementos são seres humanos e as forças, forças mentais, deixou uma marca inegável na memória de quem estava preocupado com aquilo. Eu conhecia bastante a história para entender a força do contraste (1978, pp. 90-1).

O maior exemplo desse contraste, para Collingwood, são os fatores que levaram ao fim da primeira guerra mundial. Segundo o autor, aquele conflito generalizado só terminou porque um dos lados não tinha mais como levar a cabo suas estratégias bélicas, e não porque todos os países houvessem chegado a um tratado de paz razoável (Tratado de Versalhes). A evidência disso é a eclosão, alguns anos mais tarde, do segundo conflito armado internacional generalizado. Alguns historiadores, nesse sentido, apontam as duas guerras mundiais do século XX como constituindo um único período de conflitos beligerantes com uma pausa de alguns anos no meio. É o que Eric Hobsbawn lembra em *A Era dos Extremos*. (1995)

O fato é que, para Collingwood, tanto a guerra como o modo de vida equivocado e prejudicial, eram efeitos colaterais do descaso para com os temas relativos ao que era essencialmente humano. Essa crença tem

reflexo claro em sua concepção da História como uma atividade humana que leva ao autoconhecimento. A reconstrução da história por parte de um historiador o leva ao re-pensamento do que foi pensado antes e, por conta desse processo, descobre do que é capaz de pensar e realizar. O estudo da História, e das ciências humanas de uma maneira geral, não podia ser tratado como um ornamento, um complemento desejável ao que se conquistava com os métodos das ciências naturais. Para Collingwood, as ciências humanas também tinham um efeito prático que estava diretamente ligado às características do modo de vida de uma sociedade, e isso tinha muito pouco a ver com a erudição vazia. Tinha a ver sim, com uma atitude de busca da compreensão e de questionamento constantes, sem contentar-se apenas com a análise das questões por meio da análise lógica com viés matemático-lingüístico.

Collingwood viveu o bastante para poder acompanhar importantes fatos do século XX. Além da primeira guerra mundial, período em que trabalhou para a inteligência inglesa, Collingwood comentou o imperialismo e o sentimento nacionalista extremo que culminou com doutrinas que moldavam o comportamento e alimentavam o ressentimento das massas européias, principalmente da Alemanha nacional socialista que se tornava uma ameaça para as democracias daquele continente. Era sua preocupação compreender o modo de vida civilizado para que se pudesse efetivá-lo. Segundo ele, o nazismo e o fascismo constituíam contradições que se originavam na lacuna de compreensão dos valores que devem integrar e possibilitar o estilo de vida de uma sociedade.

Dentre os trabalhos de Collingwood sobre política mais conhecidos estão *The New Leviathan* e *Essays in Political Philosophy*. Todos eles incorporavam sua concepção de que o trabalho intelectual não deveria parar na escrivania. O pensamento deve ter por objetivo a ação. Quando pensamos, temos muito mais chances de agir corretamente. Pode parecer obvio, mas de acordo com ele, o europeu, de forma geral, esqueceu de pensar antes de agir. Essa atitude de Collingwood o

aproxima de Marx¹ que, por sua vez, acreditava que mais importante do que compreender o mundo era modificá-lo.

Entre as posições de Collingwood acerca da Filosofia Política uma das mais contundentemente defendidas é a defesa do liberalismo. Para ele, este estilo de conduzir a política de uma sociedade é a única forma correta e eficaz para conter subversões como o nazismo e o fascismo. O liberalismo é o resultado natural de um processo racional ao qual a mentalidade política está submetida. O liberalismo político permite, em oposição às alternativas como o autoritarismo, a resolução dialética dos problemas preservando ainda a liberdade individual (Collingwood, 1995, p. 06).

Contudo, é pela Filosofia da História que o trabalho de Collingwood toma projeção. As considerações epistemológicas acerca dessa área do conhecimento passam a ser, depois de sua morte, a parte mais importante de seu sistema. Uma das noções mais importantes da Teoria da História, em uma perspectiva collingwoodiana, é a de que somente há história de assuntos essencialmente humanos. Isto é, há apenas história do pensamento. O conceito fundamental que apóia o desenvolvimento da idéia de que só há história do pensamento é o conceito de *re-enactment*. Esse conceito, tal como Dray (1995) assume, não é simplesmente a metodologia correta para a História, mas sim o próprio objetivo do historiador. Ele remete à noção de reconstrução dos fatos ocorridos no passado. Esses fatos do passado, entretanto, não são interpretados somente sob uma ótica externa; deve-se penetrar no pensamento dos agentes que protagonizaram tais ações. Abordaremos o conceito collingwoodiano de *re-enactment* em capítulo específico do presente trabalho.

¹ Boucher fala de uma guinada de Collingwood à esquerda iluminada pela doutrina marxista. Mas fica claro, com o desenvolver dos acontecimentos da época, como a oposição dele ao trabalho do primeiro ministro Chamberlain que desejava uma aliança com a Alemanha antes da segunda guerra mundial, que Collingwood defendia o liberalismo, e não o socialismo, como a melhor forma de governo. A consciência da liberdade individual era o que assegurava, em termos kantianos, a consciência também do compromisso (dever) com o bem publico. (R. G. Collingwood. *Essays In Political Philosophy*, 1995)

Vale perguntar, todavia, uma vez que por ora consideramos a biografia de Collingwood, se sua autobiografia realmente obedece à pressuposição de que só existe História do pensamento? Tendo em vista o fato de que Collingwood se preocupa exclusivamente com o desenvolvimento de suas crenças e com seu processo de formação intelectual, podemos aceitar que o autor tenta colocar em prática sua máxima. Quando deixa de lado eventos que pouco teriam a ver com a intelectualidade e com o emergir das idéias, o leitor somente pode concluir que Collingwood apresentou uma História de seu pensamento. Mas poderia tal conclusão estar tão segura assim? Acreditamos que não. Há duas perguntas a serem feitas imediatamente: 1) Será que eventos pessoais pouco relacionados com o processo de desenvolvimento intelectual não têm influência no próprio pensamento dos indivíduos? 2) Por que fatos relacionados à vida sentimental de um indivíduo ou de um grupo de pessoas não teriam relevância para o historiador? Essas perguntas têm a ver com a crítica que especialistas fazem a Collingwood, a saber, a de que a História é empobrecida quando se deixa de abordar, por exemplo, as emoções das personagens históricas. Como deixar de pensar no sentimento de Maria Antonieta antes de enfrentar sua execução? Mas o trabalho de Collingwood, como ele mesmo interpretava a tradição filosófica, não pode ser analisado apenas sob uma perspectiva inflexível, de erro ou acerto. A defesa contra essa crítica é possível.

Como veremos adiante, a História deve buscar uma compreensão racional de seu objeto, mas isso não quer dizer que os agentes históricos ajam sempre de acordo com máximas racionais infalíveis. O erro, assim como as emoções, devem fazer parte das preocupações explanatórias dos historiadores. As emoções podem ser racionalmente compreendidas pelo historiador. De fato, tal como poderemos observar mais adiante a comentadora Giussepina D' Oro (2004) sustentar, em Collingwood, a inteligibilidade das ações sobrepõe-se à correspondência factual das crenças dos agentes.

A vida de Collingwood terminou precocemente, mas seu trabalho foi intenso e o ponto de vista sobre os problemas de que tratou pode ser um bom parâmetro para novas abordagens. Essa dedicação acarretou problemas sérios de saúde, o que pode indicar que preocupação extrema pode não ser um bom exemplo para aqueles que se dedicam ao estudo dos problemas da Filosofia e das Ciências Humanas. Mas a consciência que Collingwood demonstrou possuir da importância dessas questões certamente deve servir como modelo. Além do mais, se estiver certo em *A Idéia de História*, estudar o pensamento de um personagem histórico pode ser a prova de que ele está vivo de alguma maneira. Portanto, tentaremos trazer Collingwood de volta à vida por meio de suas idéias, que fazem parte não de um passado morto e estático, mas de um passado dinâmico que molda o presente.

1 Introdução.

O conjunto de polêmicas da epistemologia da história, pode-se dizer, gira em torno da pergunta ‘o que é história?’. A filosofia, por meio da análise conceitual, tenta indicar como é possível o conhecimento histórico. A atividade filosófica, neste caso, torna possível a reflexão sobre as condições de possibilidade do conhecimento histórico. Isto é, ela trata de iluminar os problemas teóricos da história evitando desta maneira que os historiadores trabalhem de acordo com dogmas metodológicos. Responder a esta pergunta é um exercício complexo e exige um esforço investigativo. Não basta dizer simplesmente que a história é o conjunto de eventos do passado que se nos revelam. É importante para a filosofia da história apontar em que sentido, por exemplo, a história constitui uma explicação para eventos humanos particulares influenciados por fatores sociais (Durbin, 1988 p. 119) .

A epistemologia, portanto, incita a história ao seu exame de consciência, como Bloch assim percebeu em *A Apologia da História* (2002). Quando o historiador deixa de se preocupar somente com as tarefas imediatas de seus problemas particulares e passa a refletir sobre a própria tentativa de resolução daqueles problemas específicos, ele não mais está agindo como historiador representante de um corpo acadêmico reconhecido, ele está agindo como um pensador. A reflexão se pauta por problemas que surgem de seu ofício, mas estes problemas não são passíveis de resoluções de emergência. Eles devem ser, mais do que qualquer outra coisa, reconstituídos. Esta reconstituição não deve ser feita exclusivamente para a manutenção de uma tradição instaurada, mas sim por se levar em conta que a história pode render mais frutos quando se pensa sobre ela.

William Dray (1977, p. 10) apresenta o trabalho da filosofia crítica acerca da história como uma tentativa de situar a história no “mapa do conhecimento”. O lugar que a história tomar no referido mapa dependerá da

investigação de se a história pode ser encarada como uma disciplina científica, “no sentido em que o são a Física, a Biologia, a Psicologia e mesmo as ciências aplicadas como a engenharia (Dray, 1977 p. 11). Ao avançar nesta investigação deparamo-nos com as questões do método. É preciso investigar a forma com que as narrativas (o termo narrativa aqui é tomado em sentido fraco) históricas são elaboradas e, além disto, é preciso perguntar se estas narrativas históricas podem ser chamadas de explicações científicas”.

Durante o século XX, as contribuições no sentido de investigar as faces da teoria da história foram várias. Na medida em que os autores apresentavam seus argumentos, as divergências surgiram e se tornaram o desenho de uma fronteira clara entre dois pólos opostos. Há a escola que apresenta a história como um capítulo a mais dentro do enorme conjunto das ciências naturais. Para estes autores, denominados *positivistas* por W. Dray, a história não necessitaria de métodos peculiares: o trabalho do historiador é o de explicar segundo um raciocínio que parte de leis gerais. A história portanto, é um ramo das ciências sociais e deve trabalhar com leis estatísticas. Dentre os autores da escola positivista podemos incluir os nomes de Ernst Nagel e Carl Hempel.

Para esta corrente de pensamento o objetivo de qualquer ciência, e também da história, é fornecer explicações causais. Assim, por exemplo, conhecer o passado histórico significa poder fornecer para ele uma explicação causal, e toda a explicação causal é do mesmo tipo. Explicar fatos humanos é poder derivar a explicação referente a eles de leis, quer sejam sociais, psicológicas ou mesmo físicas e biológicas. O modelo de explicação padrão para as ciências segundo esta perspectiva é o modelo nomológico-dedutivo.

Há duas principais características desse modelo de explicação. A primeira é a *tese da unidade da ciência*: todas as ciências, sejam as naturais, as biológicas ou as sociais devem seguir uma mesma metodologia. Pode-se dizer, desta maneira, que uma unidade metodológica é resultado de

tal característica do modelo de explicação dedutivo-nomológico. A segunda é a *tese da simetria entre explicação e predição*: a tese de que aquilo que serve para explicar um fenômeno já ocorrido poderia ter servido, se fosse apresentado anteriormente, para tê-lo predito. Explicação e predição têm a mesma forma lógica, a única diferença sendo temporal, ou seja, conforme as proposições que justificam o evento tenham sido apresentadas antes ou depois de sua ocorrência. Esta tese aproximar-se-ia de teorias da causalidade, porque compreende da mesma forma os argumentos causais.

Do lado oposto estão os autores que defendem a peculiaridade do objeto de estudo da história. Se o objeto de estudo é diferente dos demais, então a história é uma disciplina diferenciada que não pode contribuir com base em métodos como o método nomológico-dedutivo dos positivistas.. Estes autores, como Dray (1969 p. 11) os apresenta, são conhecidos como *idealistas*. Dentre os mais conhecidos figuram os nomes de Dilthey no século XIX e Collingwood na primeira metade do século XX.

Tais autores ofereceram uma nova perspectiva para analisar o conhecimento histórico e os assuntos sobre o homem. Em geral, o objetivo do conhecimento histórico, mais do que prover uma explicação com base em leis gerais e que torne possível a predição, deve resultar na compreensão. O cientista que se dispõe a investigar o passado humano depende de uma atitude de empatia. Ele se insere em um contexto distante tentando assimilar ou vivenciar tudo o que foi experimentado pelo sujeito que pretende compreender, por exemplo, Churchill. Enquanto as explicações tentam descobrir causas a partir de leis gerais e tomam uma perspectiva externa, a compreensão tenta explicar, de um ponto de vista interno, o sentido que uma ação ou expressão tem para o agente. Esta distinção com frequência dá lugar a uma outra distinção metodológica, entre as ciências naturais e as humanas. As ciências humanas, que procederiam a partir de uma perspectiva hermenêutica, estariam preocupadas com as interpretações sobre os fatos, mas também acerca de ações e artefatos, como no caso da arqueologia, da história da engenharia, e também das relações sociais.

Basicamente, positivistas e idealistas discordam em dois pontos cruciais. O primeiro deles diz respeito ao tipo de explicação. Para os idealistas a explicação histórica difere quanto aos conceitos básicos e não é possível compreender os eventos históricos de acordo com “estudos científicos propriamente ditos” (Dray, 1977 p.12). O segundo ponto de divergência entre idealistas e positivistas tem a ver com a objetividade das pesquisas. Segundo os positivistas, há sim uma objetividade na pesquisa histórica, há uma verdade definitiva sobre o evento histórico a ser alcançada. De acordo com o idealista, contudo, esta objetividade é sempre ameaçada pela complexidade do objeto de estudo do historiador e a possibilidade de revisão das interpretações dos fatos já oferecidas.

De fato, na maioria das vezes os problemas da filosofia crítica da história são apresentados sob a luz da oposição entre essas duas escolas. No prefácio ao livro de Edward Carr, *Que é História?*, R. W. Davies, contudo, tenta apresentar a oposição não tanto como entre positivistas e idealistas, mas lembrando que Carr compara história e ciências naturais. “Em ‘Que é história?’”, diz Davies, “Carr também abordou a questão da objetividade histórica de outro ângulo (embora sem usar o termo objetividade neste contexto). Ele examinou as semelhanças e diferenças de método entre a história e as ciências naturais. As semelhanças provaram ser maiores que as diferenças” (Carr, 1996 p. 21). Davies explica que Carr tende a se aproximar mais daqueles que demandam métodos parecidos com os métodos das ciências naturais para a história. Em verdade, situar-se com relação a uma posição definitiva pode ser perigoso. Os argumentos competem entre si de maneira muito viva, de forma que o filósofo ou o historiador não pode deixar de considerar as muitas faces do problema do conhecimento histórico.

As principais características da teoria da história no século XX têm suas origens no século antecedente; a oposição entre idealistas e positivistas que apontamos acima ilustra esse fato. Contudo, um outro desenvolvimento teórico do século XIX se mostra relevante para a

compreensão das polêmicas sobre metodologia em história ainda em nossos dias, a saber, o marxismo. Por privilegiar os aspectos econômicos do desenvolvimento das sociedades, o marxismo, além de sua designação comum como materialismo histórico, também pode ser reconhecido como um determinismo econômico (Hobsbawm, 1998 p. 158). A historiografia nos moldes do materialismo histórico permitia aos historiadores uma alternativa à simples compilação de dados, partindo deles em direção à formulação de leis históricas². A historiografia deixava de ser um domínio do conhecimento meramente especulativo para ostentar a qualidade de ciência positiva.

A principal preocupação do materialismo histórico é para com a dinâmica das mudanças das sociedades. Nesse sentido a História estaria assentada sob princípios que permitiriam a análise do equilíbrio relativo das características de grupos sociais. Esses princípios, por sua vez, permitiriam a formulação de leis acerca do processo social, tornando-o não apenas cognoscível, mas também controlável. É nesse sentido que Ciro Flamarion Cardoso aponta tais princípios:

1) a realidade social é mutável, dinâmica, em todos os seus níveis e aspectos; 2) as mudanças do social são regidas por leis cognoscíveis que, num mesmo movimento de análise, permitem explicar tanto a gênese ou surgimento de um determinado sistema social quanto suas posteriores transformações e por fim a transição a um novo sistema qualitativamente distinto; 3) o anterior implica afirmar que as mudanças do social conduzem a equilíbrios relativos ou instáveis, ou seja, a sistemas histórico-sociais cujas formas e relações internas (a estrutura de cada sistema) se dão segundo leis cognoscíveis. Em suma, o marxismo admite tanto análises de tipo dinâmico quanto de tipo estrutural, exigindo porém que ambos os enfoques sejam vinculados num único movimento cognoscitivo. (1986, p. 35)

Uma das principais conseqüências, fruto do espírito das diretrizes marxistas para o estudo da história, é a abdicação da postulação de entidades ou conceitos metafísicos estranhos à análise dos aspectos

² Tal como lembra Giannotti (2002 p. 99), Engels, ao se despedir de Marx em oração fúnebre, o saúda como o Charles Darwin da História por estabelecer as leis dessa disciplina.

concretos das mudanças do social. Quais seriam estes aspectos concretos do fenômeno histórico-social? Eles estariam muito próximos, de acordo com a doutrina marxista, daquilo que poder-se-ia apontar como relações econômicas entre classes em um dado grupo social. Daí Hobsbawm apontar o materialismo histórico como determinismo econômico. As leis que regem a dinâmica do processo de mudanças das sociedades são leis de caráter econômico. Isto é, a concretude do processo social, para o materialismo histórico, passa invariavelmente pela leitura dos aspectos econômicos de uma sociedade e não de conceitos metafísicos. “O marxismo”, diz Cardoso (1986, p. 35), “expulsa do âmbito explicativo quaisquer entidades ou enteléquias metafísicas, externas ao próprio processo histórico.”

O processo histórico, por sua vez, é analisado de acordo com uma dialética produtora dos movimentos nas sociedades ou grupos específicos, sendo que a principal contradição dialética se dá entre as sociedades humanas específicas e a natureza (Cardoso, 1986 p. 36). As outras contradições dialéticas fundamentais dizem respeito ao processo econômico das relações entre as forças produtivas. Isto não significaria, porém, que o materialismo dialético marxista dispensa o pensamento como entidade metafísica inútil³. Significa, isto sim, que o pensamento é parte da tensão dialética da cultura humana, seja ela qual for, com a natureza. O pensamento, portanto, é componente e ao mesmo tempo resultado não independente das variáveis sociais e econômicas.

Em *A Idéia de História*, Collingwood compara a dialética marxista com a proposta de Hegel. A historiografia marxista teria virtudes e vícios análogos aos da dialética de Hegel. A diferença entre as duas propostas consistiria no fato de que a dialética marxista, ao contrário da de Hegel,

³ Há, contudo, de acordo com o materialismo histórico de Marx, a maneira equivocada de analisar o pensamento humano. Sobre isto, Hobsbawm (1997, p. 174) defende, o materialismo histórico consiste na parte principal da concepção marxista de História e representa uma oposição ao idealismo alemão: “Desenvolvida no curso da crítica feita por Marx e Engels à filosofia e ideologia alemãs, está essencialmente dirigida contra a crença de que idéias, pensamentos e conceitos produzem, determinam e dominam os homens suas condições materiais e sua vida real. Originada em 1846, essa concepção permaneceu essencialmente a mesma. Pode ser sintetizada em uma única frase, repetida com variações: ‘Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência’”

circunscreve o pensamento no âmbito da natureza. Outro ponto importante é a restrição que a História enquanto disciplina acaba por ter no padrão epistemológico marxista. Isto é, a História, de acordo com o materialismo histórico, está restrita à História Econômica. Assim como Hegel reduz a História à História da Filosofia, Marx propõe uma redução da História à Economia. Ora, segundo Collingwood (1994, p. 126), o objeto de estudo do historiador é mais complexo e não pode ser reduzido aos princípios diretores da Economia.

A concepção marxista de história exerceu forte influência na historiografia do século XX. A proposta de Karl Marx de se compreender e interferir nos fenômenos histórico-sociais por meio da ciência econômica favoreceu o surgimento, principalmente em França, de uma tradição metodológica que, por sua vez, propõe uma aproximação da História para com as ciências sociais, além de requerer uma diferente relação do historiador com tempo: a saber, a escola dos *Annales*. Tal como o historiador Eduardo Reinato (2001, p. 823) defende, os *Annales d'histoire économique et sociale* representam o resultado sistematizado de um debate entre cientistas sociais, geógrafos e historiadores acerca da possibilidade de formulação de um programa de pesquisa diferente do positivismo ingênuo vigente no início de século XX.

A atitude metodológica e epistemológica desse grupo pode ser apreendida em grande parte no texto *A apologia da história* de Marc Bloch. O texto foi escrito em circunstâncias nada convencionais. O autor se encontrava prisioneiro do exército alemão por participar, durante a Segunda Guerra, de atividades de resistência em França. Bloch tentou, de fato conseguiu, tratar dos principais problemas da epistemologia da história mesmo não tendo acesso a uma biblioteca ou às anotações pessoais em cadernos ou trabalhos anteriores. O esforço de Bloch resulta em uma tentativa de se colocar em prática uma historiografia que prestasse mais atenção a problemas e menos a descrições pormenorizadas ou genealógicas de eventos passados. A consequência disso é uma maior inclusão de

problemas que antes não faziam parte do conjunto de preocupações do historiador profissional. A partir daí, a história política ou dos feitos dos políticos se tornava insuficiente para a satisfação do desejo de se compreender o presente com a ajuda do passado. Os hábitos, as atividades econômicas, as demonstrações de afeto, o apego às mitologias, as bruxarias e muitos outros aspectos da vida passada passavam a fazer parte da tentativa do historiador de fornecer uma explicação acerca do passado.

O método proposto por Marc Bloch (2002 p. 56) tinha por tarefa inicial evitar o que o autor chamou de obsessão ou ídolo das origens . Não é possível, de acordo com ele, que o historiador se limite à reconstituição cronológica dos fatos para que se dê conta dos eventos do presente. Apesar de ser verdade que o ofício do historiador esteja inundado pela presença da categoria da duração no tempo e pela oposição entre a permanência e a mudança das características, é preciso que o historiador tenha diante de si um método cuidadosamente regressivo que, por sua vez, não deixe de lado as complexidades do passado, nem tampouco as do presente. Bloch (2002, p.57) apontava a filosofia francesa de Cousin e de Renan bem como o romantismo alemão pela confusão entre a compreensão e a identificação das origens. Para lembrar dos perigos do culto a esse ídolo (o das origens) Bloch traz a tona um provérbio árabe: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais. Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito” (2002. p. 60). Isto implica em assumir que o tempo do historiador é diferente do tempo do físico, do sociólogo e do economista. Para Bloch, e isso vem a constituir uma característica da “nova história”⁴, o historiador deve privilegiar as grandes fatias do tempo, pois o que ocorreu há muito tempo não é irrelevante para o presente. Lembrando sempre que essa incursão ao tempo remoto deve ser diferente do simples apontamento de características originárias, tal como se

⁴ Nova história é como especialistas como Jaques Le Goff se referem à História feita nos moldes propostos por Marc Bloch e Lucien Febvre.

identificamos parentes em uma árvore genealógica. O passado deve, ao mesmo tempo, servir à compreensão do presente e dele mesmo.

Uma das características mais importantes da nova história é a atitude interdisciplinar defendida por seus representantes. As fronteiras metodológicas entre as ciências humanas, neste sentido, devem ser atenuadas, e a História deve, em seu âmbito de propostas de pesquisa e de resolução de problemas, estabelecer interfaces claras com as outras ciências humanas. No início do desenvolvimento da nova história, a oposição ao positivismo ingênuo passava, necessariamente, pelos caminhos entrecortados da interdisciplinaridade. É esse aspecto específico que Eduardo Reinato percebe quando escreve:

(...) a Nova História começou a ser elaborada a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores no início do século XX. Isso nos permite dizer que a Nova História pode ser pensada como a história que surge sob a influência das Ciências Sociais. (2001, p. 822)

A primeira consequência da proposta de Bloch, dos historiadores e cientistas sociais franceses que davam forma ao grupo dos *Annales*, é uma revisão daquilo que se entende por passado e por tempo presente, bem como a atitude do historiador frente aos dois conceitos. O passado, neste sentido, não pode ser considerado como separado e independente do presente; o drama da História se dá num palco mais parecido com um *continuum* do que com cenários totalmente distintos no tempo.

A atitude desses historiadores também é diferente no que diz respeito à maneira do pesquisador trabalhar com seus materiais, a saber, os documentos. Bloch e Febvre defendiam uma postura construtiva do historiador frente os indícios do passado. Dessa maneira, a atitude passiva do erudito dava lugar ao historiador cientista que constrói seu objeto de estudo. Desta forma Reinato descreve a atitude de Bloch e Febvre perante os documentos:

Marc Bloch e Lucien Febvre defendiam a intervenção ativa do historiador nos documentos e arquivos. O historiador, para os membros

dos *Annales*, deveria construir seu material. De que forma? Tomando os documentos, integrando-os em séries inteligíveis de acordo com um referencial teórico adaptado à pesquisa (2001, p. 827).

A escola dos *Annales* representa para a historiografia atual a consciência de que a discussão acerca da metodologia da História deve ser constantemente exercitada. O viés interdisciplinar da escola francesa oferece um caminho diferente na busca da objetividade no estudo sobre o passado e sobre a realidade social do homem no tempo. Além disso, a Historiografia *à la* Bloch e Febvre abre novos horizontes ao fugir da crítica ingênua de documentos assumindo assim uma postura construtiva e de interferência consciente com relação ao seu objeto de estudo. Se a História é uma ciência em construção, também o é seu objeto de estudo.

Porém, mesmo sendo as contribuições numerosas e muitas delas fundamentais, neste trabalho nos concentraremos na obra de R. G. Collingwood. Este pensador preocupou-se em clarificar a relação existente, mas, ao seu ver, mal interpretada, da história com a filosofia. Collingwood tenta responder o que é a história aproximando-a da filosofia. Não se trata, contudo, de um intercâmbio pedagógico entre disciplinas que se sondam de longe, mas sim de interpretar a história sob a luz do desenvolvimento filosófico, assim como de entender melhor a filosofia de acordo com um método histórico mais conveniente. A preocupação teórica com relação à delicada relação entre filosofia, história e prática é apontada por Peter Johnson (1998, p. 04) como a grande preocupação de Collingwood.

A relação entre história e filosofia não é encarada por Collingwood de uma maneira distante daquela oposição da qual falamos mais acima, entre positivistas e idealistas. Os termos divergem: Collingwood se refere a positivistas como realistas. Mas, em sua essência, a temática é preservada, e a preocupação continua sendo a de compreender a natureza dos fatos que ocorreram no passado. Segundo Collingwood, o melhor caminho para se chegar a uma compreensão responsável da história é partir de dentro da própria história. Desta maneira, o domínio prático da disciplina se torna

requisito necessário para se pensar a história. A própria biografia do autor ilustra essa posição. Collingwood foi um arqueólogo cuja especialidade era a Roma Britânica. Seus trabalhos práticos como arqueólogo e historiador o encorajaram a falar sobre a fundamentação teórica destas atividades. De fato, poucos discordariam de que, para falar sobre a filosofia da matemática, por exemplo, deve-se partir da matemática, e não de outra coisa.

Evidentemente, a crítica ao positivismo, o qual é propenso a uma simpatia bem definida com respeito à metodologia da física, não têm suas origens em Collingwood. Na verdade, os pensadores tendiam a pensar no método da física, na maneira com que Newton escreveu os *Principia Mathematica*, como um ideal a ser seguido. Daí o desejo de alguns de tratar os problemas morais e atividades humanas em geral com o receituário estático das leis da física. O método a ser utilizado para qualquer tipo de estudo sério, bem intencionado e responsável deveria ser o método com o qual Newton quantificou os fenômenos do universo físico.

Para ilustrar esta situação basta tomar as palavras de Beauchamp na sua introdução para a *Investigação sobre os princípios da moral* de David Hume. “Hume quis seguir um método experimental”, diz Beauchamp, “em sua busca por uma ciência. O que ele chama de ciência ou método experimental não está definitivamente claro, mas sabemos que foi influenciado pelo cientista Isaac Newton (1642-1727)” (Hume, 1998 p. 12). Desde o século XVIII, no mínimo, portanto, o ideal de uma ciência para as atividades humanas, incluindo a história, fundada nas certezas das leis físicas e no experimentalismo, seduz muitos pensadores.

Collingwood não ignorou essa temática. Ele teve de considerar as possibilidades para a filosofia da história, até mesmo se o cientificismo na história poderia prosperar. Em sua *Autobiography* (1978) podemos perceber como se deu o envolvimento de Collingwood com a filosofia da história. Como já mencionamos, a grande preocupação do autor era esclarecer a relação teórica existente entre a história e a filosofia. Este desenvolvimento

toma corpo com o descontentamento de Collingwood com relação à escola realista de Oxford. Inicialmente um discípulo dos realistas, Collingwood não estava bem certo se podia adotar ou não o rótulo de realista. O fato é que Collingwood, com o passar dos anos, percebeu falhas na filosofia proposta por aqueles professores e, após o final da Primeira Grande Guerra, fez sua confissão e travou sua batalha contra a filosofia realista de Oxford.

O principal alvo das críticas de Collingwood aos realistas era a lógica proposicional. A lógica proposicional servia como base para a teoria do conhecimento realista; para Collingwood, uma lógica inadequada para as complexidades envolvidas nos processos cognitivos. A análise do conhecimento, levando-se em conta apenas proposições, não permitia aos filósofos a visualização do processo como um todo. Dizer se uma proposição era falsa ou verdadeira reduzia o grande problema da filosofia, desde Platão, a um jogo gramatical, objeto de análise lingüística, tão somente. “Os realistas de Oxford”, diz Collingwood, “falavam como se o conhecimento fosse uma simples ‘intuição’ ou uma simples ‘apreensão’ de uma realidade” (Collingwood, 2002 p. 25). Para Collingwood, isto não satisfazia sua intenção de olhar o problema sobre o conhecimento sob a luz da história.

O método proposto por Collingwood para derrotar a doutrina positivista do realismo era o *método da pergunta e resposta*. Como veremos ao longo deste trabalho, tal método permite que o conhecimento humano seja analisado além da busca pela falsidade ou verdade de proposições isoladas. As proposições devem ser interpretadas como constituintes de um complexo de perguntas e respostas. Desta maneira, por exemplo, a proposição ‘o cavalo é branco’ só pode ter seu valor cognitivo determinado se ela constituir uma resposta a uma pergunta relevante, por exemplo, ‘qual é a cor do cavalo de Napoleão naquele famoso retrato?’ O método proposto por Collingwood observa critérios de relevância para as perguntas, e pretende compreender o conhecimento humano de acordo com as respostas formuladas para elas. O conhecimento deixa de ser um processo passivo tal

como o é na escola realista; na visão de Collingwood, há um processo de produção do conhecimento envolvido. O conhecimento humano é uma atividade, e não uma simples intuição.

Cabe perguntar, entretanto, o que a história tem a ver com esta maneira de encarar o conhecimento. É que, para Collingwood, este é o método da história por excelência. A história, quando praticada de forma criativa e responsável pelo historiador, constitui um complexo de perguntas e respostas. Isto permite ao historiador dar vida ao passado e a ver os problemas do passado com o olhar daqueles que se depararam com eles. E a relação da história com a filosofia também deve ser considerada a partir deste ponto de vista, pois os problemas da filosofia só são compreendidos quando conseguimos visualizar as perguntas que foram feitas por Platão, Aristóteles ou Descartes. Dizendo em outros termos, a filosofia só pode ser compreendida historicamente e, na visão de Collingwood, só há história do *pensamento*. É desta maneira que a proximidade e a relevância destas duas atividades humanas se confundem e se completam.

O método de pergunta e resposta oferecido por Collingwood defende a história de uma super simplificação. A lógica proposicional da filosofia analítica, segundo Collingwood, não permite que possamos encarar o passado como algo vivo e ainda influente no presente. A teoria do conhecimento, de acordo com a lógica proposicional, ameaça relegar à história apenas o *status* de erudição opcional. E para Collingwood a história não pode ser apenas um passatempo de tesoura e cola (Collingwood, 1978 p. 96). É seguindo esta linha que Collingwood expõe aqueles que crê serem os princípios epistemológicos da história. O primeiro deles, e que já distingue a pseudo-história da história criativa e responsável é: “o passado estudado pelo historiador não é um passado morto, mas um passado que em algum sentido ainda está vivo no presente” (Collingwood, 1978 p. 97). É desta maneira que Collingwood apresenta a história como uma disciplina diferenciada. Os métodos das ciências naturais não satisfazem a busca pelo conhecimento relevante sobre o passado; estes métodos não dão conta

daquilo que constitui de fato a história: o pensamento. O historiador, neste sentido, não se preocupa com eventos perdidos no tempo, e muito menos com o conhecimento enciclopédico; ele deve se ocupar de processos sujeitos a investigação sob a orientação de perguntas e respostas.

O pensamento de Collingwood sobre a filosofia da história é bastante discutido no cenário filosófico internacional. Sua proposta de reconstrução imaginativa do passado (*re-enactment*) tende a suscitar o debate. Porém, no Brasil, este pensador ainda não foi descoberto de maneira sistemática. Acreditamos que, nos aprofundando na leitura e compreensão dos problemas colocados por Collingwood, contribuiremos para tornar mais conhecidos os argumentos desse autor, tão relevante para o debate sobre a filosofia das ciências humanas e filosofia da ciência em geral. O trabalho de pesquisa que propomos tentará expor os principais pontos do raciocínio de R. G. Collingwood sobre a teoria da história. Desta maneira, esperamos contemplar os problemas da filosofia da história de um ângulo ainda não muito discutido na comunidade científica brasileira.

1 Sobre a necessidade da Filosofia da História.

O estudo da história como uma disciplina científica tem sido e continua a ser uma fonte de controvérsia para os filósofos e historiadores. A controvérsia é metodológica em natureza, e uma das questões básicas é se a explicação histórica pode empregar critérios metodológicos tais como os das ciências naturais. Seguindo esta linha de raciocínio, somos levados a investigar se o conhecimento histórico pode satisfazer critérios metodológicos estritos, como os do modelo nomológico-dedutivo (*covering law model*) de Carl Hempel (1942), ou, por outro lado, se as narrativas sobre o passado seriam mais proveitosas se incorporassem algum outro tipo de postura teórica. Contudo, a busca por respostas para as inquietações quanto à natureza do conhecimento histórico não é tão recente assim. De fato, podemos claramente apontar Hegel como sendo um dos precursores desta tradição de investigação.

O desenvolvimento do tema passa ainda pelos textos clássicos de Karl Marx, Wilhem Dilthey e Max Weber. Mas é com o pensamento de autores como R. G. Collingwood que a discussão sobre o valor cognitivo das explicações históricas e suas práticas metodológicas ganha luzes mais intensas durante o século XX. Collingwood defende uma metodologia diferenciada para história (Durbin, 1988 p. 120) mesmo porque o objeto de estudo da história difere em grau e natureza do objeto de estudo da física, por exemplo. O estudo proposto pelo historiador não pode, desta maneira, obedecer aos critérios de uma epistemologia tal como a da lógica proposicional, que serve de base para a teoria do conhecimento da filosofia analítica inglesa do início do século XX. A teoria do conhecimento capaz de dar conta dos problemas cognitivos da história deve obedecer não à análise sobre a validade de proposições lingüísticas isoladas, mas a uma lógica de perguntas e respostas sobre os problemas e processos da história, consistindo estes no pensamento de uma dada sociedade em um período qualquer.

A necessidade de uma investigação filosófica sobre o conhecimento histórico, tal como Collingwood propõe, toma forma quando as seguintes questões são colocadas: (a) A definição de História; (b) O objeto da história; (c) Como a história procede?; e, finalmente, (d) Para que serve a história? Estes quatro passos providenciam um caminho prudente para que se possa pensar o método histórico. Somente assim a história pode ser analisada segundo o espírito científico inaugurado por Bacon, e que inspirou a revolta de Collingwood com relação à lógica dos realistas de Oxford. De uma maneira geral, entretanto, estas questões equivalem a uma pergunta mais fundamental e de caráter mais abrangente, “como é possível o conhecimento histórico?” (Collingwood, 1978 p. 77) Esta pergunta é ambiciosa e pretende inaugurar um novo domínio de investigação epistemológica, preocupada com a natureza do objeto de estudo do historiador.

Sobre o primeiro ponto, a definição de ciência em geral na qual a história estaria contida, Collingwood prefere avançar pela via negativa. Isto é, ele prefere dizer antes o que a história não é, e a coloca ao lado das demais ciências:

A ciência em geral, é importante salientar, não consiste em coletar o que já sabemos e arranjar segundo este ou naquele padrão. Ela consiste na necessidade de algo que não sabemos, e na tentativa de descoberta. Jogar paciência com algo que já sabemos pode ser útil para este objetivo, mas não é o objetivo ele mesmo (Collingwood, 1994 p. 09).

Mesmo que a história seja uma investigação diferenciada, na visão de Collingwood, ela faz parte do corpo de disciplinas que procuram respostas racionais para os fenômenos do mundo. Deve obedecer a um método a fim de avançar em direção àquilo que não se sabe. É também por esta via que o pensador esboça o caminho que o leva até a distinção entre a história responsável e, como ele a chama, da história como um passatempo de

“tesoura e cola”⁵ (Collingwood, 1994 p. 33). Vista desta maneira, sob a ótica da tesoura e cola, a história não passa de compilação e repetição dos relatos oferecidos pelos mais antigos. É a manutenção de uma tradição erudita e cega. Para não tatear em vão, segundo Collingwood, a história deve fazer perguntas. É a partir daí que oferecerá seu método de pergunta e resposta, aproximando o método filosófico da produção do conhecimento histórico.

A grande preocupação do trabalho teórico de Collingwood, segundo Peter Johnson (1998, p. 04), é a aproximação do pensamento filosófico da investigação histórica. Podemos notar esta preocupação claramente em sua autobiografia. Diz Collingwood:

O trabalho de minha vida até agora, como visto desde meu quinquagésimo ano, tem sido principalmente uma tentativa de trazer um *rapprochment* entre a filosofia e a história. No capítulo precedente descrevi um aspecto deste *rapprochment*, de fato, minha reivindicação de que, quando filósofos pensassem a história de seus próprios assuntos, deveriam reconhecer que o que estavam pensando era história, e deveriam fazer isto de uma maneira que não desgraçasse os padrões do pensamento histórico contemporâneo (Collingwood, 1978 p. 77).

Segundo Collingwood, a história tem sua revolução copernicana no século XIX ⁶ (1978, p.79) . O problema é que os filósofos não prestaram muita atenção à epistemologia da história acreditando, assim, que o trabalho do historiador consistia na repetição do que disse uma autoridade ou outra. Collingwood acreditou que o conhecimento histórico pedia uma abordagem

⁵ Marrou, em *Sobre o Conhecimento Histórico*, fala sobre esta posição de Collingwood: “Collingwood, que não poupa sarcasmos a uma tal concepção do ‘conhecimento histórico pré-fabricado, que seria preciso apenas engolir para cuspir de volta’, chama a isso ‘a história feita com tesoura e cola. Ironia merecida, pois nada é menos do que uma análise desse tipo, que não leva em conta a maneira como realmente procedeu o espírito do historiador” (1978, p. 44).

⁶ Von Wright se refere ao mesmo período como sendo revolucionário para as ciências humanas. Citamos von Wright: “O notável despertar ou a revolução que tomou lugar nas ciências naturais durante o renascimento tardio e a época barroca foi até certo ponto, análogo ao que se percebeu no século XIX, no estudo sistemático do homem, de sua história, linguagens, *mores* e instituições sociais. A obra de Ranke e Mommsen em historiografia, de Wilhelm von Humboldt, Rasmus Rask, Jacob Grimm em lingüística e filologia, de Taylor em antropologia social, é comparável aos êxitos alcançados, dois ou três séculos antes, por Copérnico e Kepler em astronomia, por Galileu e Newton em física ou por Vesalius e Harvey em anatomia e fisiologia (1987, p. 20)”.

epistemológica diferenciada. O conhecimento, em suas múltiplas faces, não pode ser estudado apenas sob um ponto de vista, isto é, o ponto de vista da filosofia realista de Oxford. A história levanta questões diferentes, e estas questões não devem ser encaradas como menores. Na visão de Collingwood, contudo, a investigação científica passou a ser interpretada de maneira diferente a partir do século XVII. É também a partir dos desenvolvimentos filosóficos desta época que uma distinção no procedimento das investigações sobre a natureza é salientada. Escreve Collingwood:

Depois do início daquele século, um número de pessoas inteligentes na Europa ocidental começou a perceber de uma maneira situada e regular o que uns aqui e lá viram nos últimos cem anos: que os problemas que desde os tempos da filosofia da Grécia Antiga ganharam o nome de ‘física’ poderiam ser colocados de maneira tal que, com a dupla arma dos experimentos matemáticos, poderiam ser resolvidos. O que se chamava Natureza, eles viram, não tinha segredos para o homem; apenas enigmas que o homem deveria aprender o truque para desvendar. Ou, de maneira mais apurada, a Natureza não era mais a Esfinge propondo adivinhações ao homem; agora era o homem quem fazia as perguntas, e a Natureza, agora, era colocada sob tortura até que desse as respostas para suas questões” (1978 p. 78).

Na investigação científica o homem se coloca na posição de inquisidor, como sugere a imagem acima. Ele coloca em prática o controle que permite ao menos compreender os fenômenos através de perguntas. Como, entretanto, o conhecimento histórico se situa nesta imagem, dado que a atividade de conhecer não obedece a uma maneira uniforme de se formular as questões? Da mesma maneira que Copérnico e Galileu ofereceram novas perspectivas sobre o mundo e sobre como compreendemos o mundo, a história, durante o século XIX, passou por mudanças e teve, por assim dizer, sua revolução. Na verdade, Collingwood assume que a revolução pela qual passou a história é “muito maior do que aquela revolução associada ao nome de Copérnico” (1978, p.79).

Até aquele momento, como já dissemos, o historiador estava atado ao que se tinha dito sobre os fatos pelas autoridades reconhecidas. A história,

antes de sua revolução, não era reflexiva, e por isso era tratada como um passatempo erudito. O passado era tido como algo morto, imutável e sem uma influência clara no presente. O trabalho do historiador, portanto, resumir-se-ia em “repetir o que as autoridades tinham dito sobre o assunto pelo qual ele se interessava, e a estas autoridades ele estava amarrado pelas pernas...”(1978, p. 79).

O trabalho de Collingwood na arqueologia possibilitou uma análise diferente acerca da possibilidade do conhecimento histórico. Na autobiografia atribui seu interesse pelo campo às atividades de seu pai, um arqueólogo profissional reconhecido e “brilhantemente devotado” (Collingwood, 1978 p. 80). Sua especialidade era a Roma Britânica e suas publicações obtiveram reconhecimento. Jan van der Dussen, na introdução da edição por ele revisada de *The Idea of History* (1994), lembra da reputação de Collingwood nos domínios da história e da arqueologia:

A apreciação do trabalho de Collingwood como historiador e arqueólogo foi bem diferente. Pois em vida, sua reputação como o principal especialista em Roma Britânica e problemas intrincados relacionados com o Muro de Adriano permaneceu intocada.. Além de muitos artigos e resenhas sobre estes assuntos, Collingwood publicou *Roman Britain* (1923, revisada em 1932), o livro texto *The Archeology of Roman Britain* (1930), e a primeira parte de *Roman Britain and the English Settlements* (1936). Deve-se mencionar também o trabalho póstumo *Roman Incriptions of Britain, i. Insciptions in Stone* (1965), no qual trabalhou por muitos anos (Collingwood, 1993 p. 31).

De fato, o trabalho reconhecido de Collingwood na arqueologia credenciava seu questionamento epistemológico sobre a história. Este fato, talvez, autorize a observação de Johnson (1996) de que Collingwood faz questão de observar os problemas epistemológicos de diferentes disciplinas a partir delas mesmas. Além disto, situações como a interpretação dos materiais encontrados nos sítios, o ensinaram a desobedecer às autoridades e colocar novos problemas sob a forma de perguntas e respostas. É a desobediência da arqueologia que fornece o material epistemológico da revolução na história.

A partir desta rebeldia metodológica, Collingwood vai se dando conta de que o conhecimento é mais complexo do que atestam as teorias do conhecimento realistas de Oxford. O campo aberto para a reflexão filosófica acerca dos problemas do conhecimento histórico se apresentava com horizontes amplos. Neste sentido, há a preocupação de Collingwood acerca de como se realizar esta reflexão. Segundo o autor, ela deve partir de problemas práticos realmente existentes, e não de hipóteses ou ficções. A filosofia da história, neste caso, deve ser produto da mente dos historiadores. A filosofia da história deve partir da própria história e não de outra coisa. Mesmo que, como diz Peter Johnson (1996, p. 80), o conhecimento histórico seja muito importante para estar restrito ao historiador, pois ele permite a noção de quem somos e onde estamos realmente, o historiador, segundo Collingwood, deve ser o crítico da história. Assim podemos perceber em *A idéia de história*:

Obviamente, ele deve ser competente para julgar; pois se o historiador não puder apontar a diferença entre boa história e má história, ninguém pode; se não fosse assim, ninguém seria capaz de julgar o trabalho de um historiador em particular como bem feito ou mal feito; isto é, não poderia haver uma coisa como a crítica da história. A crítica da história existe de fato, as pessoas que se ocupam dela devem possuir aquilo que as possibilita distinguir a boa história da má história; mas isto significa distinguir o que é realmente a história – aquilo que os atributos essenciais da história possuem – daquilo que possui apenas características acidentais e, por isso, não é de fato história (1994, p. 341).

A arqueologia, para Collingwood, foi a atividade que permitiu o surgimento desta crítica. A busca pelas evidências materiais do passado também possibilita a reflexão sobre os métodos empregados para a compreensão do passado. De acordo com os procedimentos da arqueologia, o historiador tem liberdade para escolher o método que mais lhe convenha para a resolução dos problemas. Liberdade, inclusive, de inventar novos métodos. Aliás, o que a arqueologia mostrou foi o fato de que, se os historiadores estivessem sempre presos aos relatos das autoridades, muita coisa poderia deixar de ser descoberta. Diz Collingwood:

Tudo o que é necessário, pensava, era um desenvolvimento suficientemente amplo e suficientemente científico de tal trabalho, e isto lhe mostraria, não tudo, mas uma grande quantidade de assuntos dos quais o mero conhecimento sobre a existência tornar-se-ia impossível se os historiadores acreditassem nas autoridades (1978, p. 80).

A arqueologia, com suas saídas de campo, com a utilização de material e com o aventurar-se em sítios para que o desconhecido seja desvelado, oferece ao historiador a autonomia necessária para o trabalho intelectual. A história, sob esta perspectiva, podia avançar e oferecer novos problemas, e não apenas novos relatos detalhados de como isto ou aquilo ocorreu. As evidências encontradas, digamos, em um sarcófago de um faraó, são respostas para perguntas que o historiador fez sem esperar por autorização. Além disto, os métodos utilizados nesta busca também podem provar que a autoridade se enganou sobre aquele assunto (Collingwood, 1978 p. 80). “Através da imaginação”, escreve Johnson (1998, p. 81), “interpolação e críticas os historiadores devem ir além das autoridades que utilizam”.

Dentre os feitos de arqueólogos reconhecidos que possibilitaram a revolução no estudo da história, Collingwood cita alguns nomes em sua autobiografia. Arthur Evans e seu trabalho sobre a ilha de Knossos da época do bronze. Mommsen e seu tratamento inovador para as escrituras do império romano. Dragendorff e a classificação da cerâmica samiana. Todos estes trabalhos, resultado da curiosidade e da desobediência destes arqueólogos, possibilitaram respostas para perguntas que jamais alguém sonharia em fazer sobre a história destes assuntos (Collingwood, 1978 p. 82). Todas estas novidades, no que elas tinham de geral e apontavam para uma nova filosofia da história, passaram despercebidas frente aos filósofos daquela época em Oxford. Até mesmo um historiador, Haverfield, apontado por Collingwood (1978, p. 84) como um dos responsáveis pela revolução metodológica, parecia não se dar conta do que realmente estava acontecendo.

O objetivo de Collingwood era utilizar sua experiência como historiador e arqueólogo para estabelecer a aproximação (*rapprochement*) destes domínios em relação à filosofia. O que impressiona o autor é o caráter histórico dos problemas filosóficos; eles devem ser tratados pelos filósofos como problemas históricos. É claro que este raciocínio exige uma reflexão muito mais apurada, mas é importante perceber, também, que a jornada de Collingwood acarreta uma dificuldade caracteristicamente institucional. Isto é, ela pretende aproximar disciplinas que constituem corpos acadêmicos distintos, obedecendo a paradigmas diferentes e se ocupando de problemas distintos. Collingwood se coloca, por um lado, frente a um problema teórico: a aproximação dos métodos para a resolução dos problemas; e, por outro, a um problema prático institucional, que envolve o reconhecimento tanto de filósofos quanto de seus colegas historiadores. Podemos adiantar, por outro lado, que, para Collingwood, o problema prático não representou um obstáculo intransponível. Embora tenha lidado com a antipatia de filósofos, Collingwood (ele se considerava um ‘fora da lei’ (1994, p. 31) perante o departamento de filosofia de Oxford) consegue garantir o desenvolvimento de um estudo teórico fundamental sobre a história. Van der Dussen observa:

Pois no clima filosófico de Oxford no período entre as guerras ele era uma figura mais ou menos isolada. ‘Em parte, o problema era’, S. Toulmin observa em sua introdução para sua *Autobiography*, ‘que Collingwood precisava de espaço maior do que a Oxford da época oferecia.’ Não era somente, como se poderia supor, sua resistência ao realismo vigente, mas também seu interesse na dimensão histórica da filosofia e em autores continentais como Vico, Hegel, Croce, e de Ruggiero, que tornou isto desejável (Collingwood, 1994 p. 30).

Apesar, portanto, do isolamento imposto pelos filósofos de Oxford, o livre trânsito entre a arqueologia e a história, somado ao interesse pelos temas tratados pelos filósofos continentais, tornava possível o objetivo de uma aproximação entre a filosofia e a história. Na verdade, a habilidade de Collingwood na arqueologia tornou seu ataque à filosofia realista de Oxford

ainda mais claro. Além disto, a arqueologia oferecia um laboratório para filosofia da história que Collingwood formulava e que a distanciava da simples curiosidade ou nostalgia (Collingwood, 1993 p. 31).

De fato, a questão passa a ser sobre a dimensão histórica dos problemas filosóficos. Em outras palavras, *o que a filosofia tem de história?* Porém, antes de responder a esta pergunta, devemos dizer algo sobre a noção de Collingwood acerca do que significa uma filosofia da história. Para tratar disso é preciso pensar, em geral, o que se quer dizer com filosofia de um assunto particular.

A filosofia de um assunto particular, seja da arte, da ciência ou da religião, deve se pautar pela busca por pensamentos universais e necessários que sejam indissociáveis daquela atividade. Estes pensamentos devem tornar possível, por exemplo, o reconhecimento de uma hipótese científica como científica, se ela contiver os conceitos universais e necessários para que nela se reconheça a cientificidade. Sem o conteúdo universal e necessário não estamos diante de pensamentos filosóficos sobre um assunto particular. Collingwood exclui de sua noção sobre a filosofia de um assunto qualquer a possibilidade de que nela existam pensamentos acidentais. Escreve Collingwood:

Estes pensamentos devem ser filosóficos; isto é, eles devem ser universais e necessários. Uma associação de idéias fortuita – por exemplo, a associação de telas emolduradas com a idéia de arte – não é filosofia; nenhum pensamento pode reivindicar ser a filosofia de um assunto a não ser que surja universalmente e necessariamente na mente de qualquer um que pense sobre aquele assunto (1994, p. 335).

Cabe salientar, entretanto, que a universalidade de um conceito ou raciocínio filosófico é diferente da universalidade empírica de um enunciado científico, sendo esta a diferença entre o que chamamos de filosofia e o que denominamos ciência. A universalidade empírica é aplicável a um número limitado de casos; um pensamento filosófico universal é aplicável, na visão de Collingwood, a todos os fatos relacionados àquele assunto particular. Diz Collingwood:

Um pensamento científico é universal somente no sentido em que é universalmente aplicável a uma esfera limitada; é empiricamente universal, não absolutamente universal; ele se aplica a todos os fatos que constituem o domínio de investigação, mas não a todos os fatos, ao contrário, fosse ele aplicável a todos os fatos, ele deixaria de ser uma lei científica e tornar-se-ia filosófico; foi isto o que aconteceu com a matemática na opinião dos lógicos matemáticos, que erradamente pensam que a matemática é aplicável a tudo (1994, pp. 335-6).

A tarefa do filósofo não é simples. Ela consiste em apontar os pensamentos em um assunto particular que o tornam possível. A passagem acima, entretanto, não deixa claro em que sentido este pensamento deve ser um universal absoluto, ou melhor, não deixa claro como este pensamento ou conceito vem a ser um universal absoluto. Collingwood, para explicar esta universalidade, prefere primeiramente apontar o que não constitui esta universalidade. Os dois principais aspectos desta argumentação por via negativa são que os conceitos ou pensamentos filosóficos absolutamente universais, além de não serem hipotéticos, não devem ser utopias ou ficções, eles não podem ser simplesmente o efetuar de uma classificação arbitrária de conceitos.

Esta universalidade não deve ser encarada como Platão o fez n'*A República*. Não se trata de imaginar um estado, por exemplo, abstraindo-o de seus elementos históricos, a propósito da apresentação de um ideal perfeito. O estado perfeito, como Ideal platônico, não existe. Os pensamentos relacionados ao conceito de estado devem ser constatados na realidade. Isto é, uma filosofia política preocupada com a universalidade absoluta de seus conceitos deve partir das instituições reais e existentes, ao contrário do que fez Platão, que ergue sua filosofia política sobre uma ficção. Collingwood escreve:

Por exemplo, Platão procede ao filosofar sobre a política imaginando uma situação hipotética de um estado perfeito. Este é um equívoco de método. A idéia de uma *pólis* perfeita, considerada como abstraída de suas condições históricas particulares somente sob as quais existem as instituições, falsifica a realidade da vida política e nos deixa uma teoria

política cujo valor – pois isto tem muito valor – é devido ao fato de que Platão não continuou rigorosamente seu próprio programa, e descreve, não a idéia abstrata do estado, mas o estado grego de fato, modificado pela introdução de reformas ousadas, talvez muito ousadas.(1994, p. 336).

Daí se segue que, para Collingwood, os raciocínios da filosofia acerca de um assunto particular, arte, religião, ciência e história, devem partir da realidade factual de seus domínios de pesquisa. Fica mais claro, a partir deste viés, por que Collingwood deseja pensar uma filosofia da história a partir da história. Não por um simples capricho institucional, mas pelo intuito de fazer a filosofia a partir do mundo real e a partir dos conceitos que de fato servem aos domínios de pesquisa científica. A investigação científica (Johnson, 1996) é tratada por Collingwood como uma atividade humana, e como tal deve ser pensada dentro do escopo do que a torna possível, e não por algo exterior a ela. Continua Collingwood:

Uma investigação genuinamente filosófica é uma investigação sobre fatos reais, não sobre hipóteses; o filósofo político deve descrever não o melhor estado possível mas a vida real do estado real, e se ele o faz de boa fé perceberá que o real é o melhor possível – naquelas circunstâncias (1994, p. 337).

Fica claro, portanto, que, para Collingwood, a filosofia sobre algum assunto particular não é objeto de teste empírico e, simultaneamente, ficção ou utopia. Em outro sentido específico, Collingwood aponta que o estudo filosófico de uma atividade qualquer não consiste na classificação arbitrária de conceitos ou de relações de conceitos. A reflexão sobre as atividades como a história, por exemplo, extrapola em muito os limites de uma enumeração exaustiva acerca de uma hierarquia arbitrária. Sobre as classificações arbitrárias Collingwood escreve:

(...) toda classificação é tão arbitrária que, somente enquanto classificação, é possível deixá-la de lado ou substituí-la por outra. Então a classificação das artes em artes da imagem e artes sonoras, ou artes no espaço e artes no tempo, não pode ter lugar na filosofia da arte; a classificação de documentos em escritos ou não escritos não pode ter

lugar na filosofia da história. Tais classificações podem reivindicar posição na filosofia de algum assunto se elas podem demonstrar que são mais do que classificação: se elas podem ser demonstradas como pensamentos universais e necessários surgindo inevitavelmente na mente de qualquer um que pense sobre a arte e a história (1994, p. 336).

Quando Collingwood analisa o conhecimento ele procura não por generalizações empíricas acidentais ou abstrações fortuitas de vários casos, como num processo indutivo qualquer, mas pela lógica das pressuposições que, como veremos no decorrer deste trabalho, tornam o conhecimento metafísico possível. Isto é, trata-se de determinar as características universais e necessárias sem as quais aquela atividade humana em questão não poderia ser pensada. Segue da negação de que a filosofia de um assunto deve ser uma classificação, e da operação de entidades hipotéticas que ela deve ser a análise de “elementos universais e necessários, e todo elemento detectado necessariamente aparecerá em toda e qualquer circunstância do objeto estudado” (Collingwood, 1994 p. 338).

Cabe ainda esclarecer o que são de fato estes elementos universais e necessários. Na verdade, é esta a grande tarefa da filosofia de um assunto particular. A filosofia da história, que é mais relevante para nós, busca por estes elementos no domínio histórico. Em passagem já citada, Collingwood afirma que o historiador deve saber distinguir entre a boa e a má história. O problema real é descobrir por meio de que procedimento o historiador coloca em prática este julgamento. O historiador julga e tenta satisfazer um certo número de critérios sabidos de antemão. O trabalho do filósofo da história é explicitar estes critérios e porque eles são essenciais à pesquisa histórica. O adjetivo utilizado tem seu peso metafísico e não é utilizado aqui acidentalmente. É que, para Collingwood, a lógica das pressuposições que fazem possível o pensamento sobre a história constitui a essência daquilo que se pode chamar a história. A epistemologia ou a metafísica da história busca a essência cognitiva da história.

Collingwood não incorre em um platonismo nesse momento. Não há em sua teoria, assim nos parece, a necessidade de postular a existência de um

mundo de formas puras onde pudéssemos encontrar os universais. A cognição das essências, para Collingwood, só se dá por elas realmente existirem em um mundo de atividades humanas. A filosofia se ocupa das essências cognitivas destas atividades. Para explicar e exemplificar melhor esta situação Collingwood propõe uma distinção em relação ao trabalho do matemático que, segundo o autor, erradamente se pensa ter por material de trabalho as essências da matemática . Escreve Collingwood:

A razão pela qual encontramos dificuldade quanto à reivindicação do matemático em conhecer a essência de um triângulo é porque reconhecemos que o matemático está somente nos propondo o que um triângulo seria essencialmente, se uma coisa tal como um triângulo existisse; e o fato de o triângulo ser uma entidade meramente hipotética o justifica quando se formula a lei sobre este triângulo. Ele diz, com efeito, suponhamos triângulos, e com isto eu quero dizer, suponhamos figuras com três lados retilíneos, e vejamos o que acontece. Aqui a essência, distinta de propriedades conseqüentes, do triângulo, é fixada pelo ato inicial das suposições; e aquele ato não reivindica envolver uma percepção profunda sobre a natureza das coisas (1994, p. 339).

Aumenta a responsabilidade do filósofo, pois, em comparação com o trabalho do matemático, o filósofo deve oferecer uma “percepção profunda sobre a natureza das coisas”. Não se trata, portanto, de um arranjo ou de uma classificação de conceitos: é preciso conhecer as suposições que tornam possíveis tais conceitos. Na verdade, a lógica das pressuposições, no pensamento de Collingwood, como veremos, é fundamental para sua teoria do conhecimento, em oposição à teoria do conhecimento realista apoiada na lógica proposicional. Acerca deste ponto, por exemplo, poderíamos lembrar a comparação que Peter Johnson faz entre o pensamento de Collingwood e o do segundo Wittgenstein. Mas não é nosso objetivo investigar a pertinência dessa analogia. Neste momento cabe mostrar como a noção de filosofia da história, para Collingwood, surge levando-se em conta a busca pelas essências cognitivas das atividades.

Nisto a tarefa do filósofo se distingue da do historiador e do crítico da história. O historiador deve, inevitavelmente, ser capaz de julgar a história produzida. História, neste sentido, é sinônimo de crítica da história. Mas a

filosofia da história se ocupa dos critérios que constituem o procedimento responsável da própria crítica da história. Procedimento responsável pode significar, neste contexto, um direcionamento da crítica da história, libertando-a de um vácuo racional onde todos têm razão, e onde a escolha de critérios é feita sem critérios racionais. A idéia de uma filosofia da história parece implicar, portanto, na busca e reconhecimento de critérios que dêem forma à crítica da história e por consequência à própria história, pois, para Collingwood, o historiador é também crítico de seu domínio de pesquisa. Com base no trabalho do filósofo a história evita o relativismo total. Collingwood coloca o problema da escolha de critérios para a história e sua crítica:

Tendo por garantido que algumas pessoas podem aderir a falsos padrões, falsos critérios, por quais critérios a falsidade de tal padrão pode ser demonstrada? Esta é uma questão importante porque, se ela não puder ser respondida, minha filosofia da história tornar-se-á um mero relato de princípios segundo os quais chamo pessoalmente de história; assim toda universalidade e necessidade desaparecem. Tampouco ela pode ser respondida com base no fato de que as pessoas tendem a concordar quanto ao que se pode chamar de história: pois este fato é explicado segundo a hipótese deste acordo, como a disseminação do acordo sobre as regras da Associação de Futebol, um procedimento fundamentalmente arbitrário (1994, p. 343).

A filosofia da história deve inevitavelmente dar conta dos debates sobre quais são os critérios corretos, e tentar resolver os impasses. Collingwood aponta duas maneiras para resolução de impasses metodológicos, ou seja, quando um historiador discorda de outro. A primeira é apelar para o “capricho cego”, ao desistirmos de responder racionalmente às questões envolvidas no debate. A alternativa para a primeira maneira, nada convincente, é justamente colocar os princípios envolvidos sob o escrutínio conceitual filosófico. Esta opção deixa Collingwood longe da acusação de um irracionalismo, tal como Popper aponta em Dilthey (Williams, 1992). Embora problemas relacionados à objetividade da história sejam detectados na história pela filosofia, isto não significa, para Collingwood, que a razão encontre nestes problemas um

obstáculo intransponível, um ponto final. A filosofia da história de Collingwood é um trabalho racional, mesmo supostamente não trabalhando com a lógica formal da filosofia analítica. Diz Collingwood:

A filosofia da história, compreendida assim, significa trazer à luz os princípios utilizados no pensamento histórico e criticá-los; sua função é regular estes princípios, com o objetivo de fazer a história mais verdadeira e historicamente melhor. Ela surge por uma necessidade absoluta da prática do pensamento histórico, e o historiador apenas pode se evadir do engajamento à filosofia da história somente na medida que pode se evadir do confronto com os problemas de metodologia; isto é, os problemas sobre como ele deve dominar o material histórico e que tipo de resultado ele deve atingir (1994, p. 346).

A partir deste ponto, Collingwood identifica a filosofia da história com a própria metodologia da história. O pensamento sobre os conceitos básicos da história, através do método filosófico, parte do trabalho realizado, mas também tem por objetivo tornar esta realização possível. A história levanta os problemas, mas é a filosofia que pode determinar como estes problemas devem se arranjar e tornar-se parte de uma investigação científica. Para Collingwood, todavia, a filosofia não pode ser considerada como uma simples coleção de passos para a resolução de um conjunto de problemas eternos. O caráter filosófico dos problemas da história exige diferentes abordagens. Portanto, o pensamento filosófico de que se serve a história não constitui um receituário com diagnóstico e tratamento perfeitamente identificados. Sobre isto, Collingwood escreve:

A filosofia da história, entendida assim, é a metodologia da história. Emergindo espontaneamente em uma forma não sistemática do trabalho histórico, ela nunca pode ser expressa na forma de doutrina completa; ela deve consistir em tópicos levantados e discutidos na forma a eles dados pelas circunstâncias nas quais eles surgem, e o método natural de tratá-los é por discussões individualizadas e isoladas (1994, p. 347).

Cabe, portanto, descrever que tipos de tópicos são estes, pois com eles a filosofia da história de Collingwood toma forma. As perguntas, também neste contexto, são muito importantes para o autor. Os tópicos principais da

filosofia da história surgem na forma de perguntas que iniciam com a palavra ‘deve’, ou com a palavra ‘pode’. Alguns exemplos do primeiro caso: deve a história prestar atenção a algum aspecto particular da vida humana? Deve a história objetivar a forma biográfica, ou, ao contrário, descrever processos e movimentos que transcendem o âmbito individual? Deve admitir um elemento imaginativo, uma conjectura com respeito ao que poderia ter acontecido, ou ater-se ao que, de acordo com as evidências, certamente ocorreu? Deve o historiador escrever com um olhar em sua época, ou, ao investigar um problema remoto no tempo, esquecer tudo o que acontece em sua época? Deve o historiador emitir julgamentos morais? Alguns exemplos das perguntas com a palavra ‘pode’: pode a história existir na ausência de relatos escritos? Pode o historiador determinar *por que* as coisas aconteceram, ou somente *o que* aconteceu?

As perguntas do primeiro tipo estão relacionadas com a noção de dever do historiador perante os problemas históricos. As do segundo tipo constituem um indicativo do debate epistemológico sobre como pode proceder o historiador. Ao questionarmos sobre, por exemplo, se o historiador pode apresentar os porquês das coisas, estamos analisando as características sob as quais as perguntas podem ser feitas, isto é, que perguntas podemos fazer. Todas essas perguntas constituem um conjunto que, para Collingwood, a teoria do conhecimento da Oxford do início do século XX e sua lógica formal não permitiam formular. Há um sentido muito específico em que Collingwood rejeita esta teoria do conhecimento: a filosofia analítica negligencia o processo pelo qual conhecemos as coisas; ela não trata de processos e sim de sentenças.

Estas são as questões que dão forma, na visão de Collingwood, à filosofia da história. Porém, como vimos, a filosofia da história não pode significar um modelo de procedimento acabado, tal como um programa seguindo regras determinadas e estritas. Ela deve constituir um conjunto contínuo de polêmicas pelo qual o pensamento sobre a história deve se pautar. Pois, como aponta Collingwood, enumerar estas questões é

descobrir que elas são infinitas (Collingwood, 1994 p. 348). Há dois fatos sobre este conjunto de questões que Collingwood faz questão de observar. O primeiro deles é que, em geral, a temática toda gira em torno de uma pergunta mais geral: o que é história? O outro fato diz respeito à aproximação da filosofia, no que concerne à maneira de respondê-las. A pergunta ‘o que é história?’ habita o centro de toda polêmica metodológica da história; ela representa uma condição prévia essencial para que as questões possam ser formuladas e, ao mesmo tempo, implica na necessidade de um conceito claro de história para que tais questões façam sentido. Diz Collingwood:

Digo que esta é uma só questão, embora pareçam muitas; mas é uma no sentido de que qualquer resposta para qualquer uma das perguntas envolve uma resposta para todas as outras, e qualquer alteração na resposta dada envolve uma alteração nas respostas dadas para todas as outras. Mas, mais do que isto, uma resposta pensada para a pergunta central ‘o que é história?’ oferece um ponto de vista pelo qual as várias questões metodológicas às quais me referi possam ser abordadas e resolvidas; pois estas questões metodológicas infinitas têm isto em comum, que todas elas envolvem a aplicação de um conceito sobre história a algum caso particular ou a algum tipo de caso; e a posse de um conceito pensado de história é portanto uma condição indispensável para a solução delas (Collingwood, 1994 p. 348).

O segundo fato em relação às questões metodológicas que Collingwood salienta é a aproximação da história em relação à filosofia provocada por tais perguntas. Nesse sentido, podemos perceber que a interação entre essas disciplinas constitui uma relação de relevância recíproca. O debate sobre as questões metodológicas da história é um debate epistemológico, portanto, filosófico. Se um historiador, por exemplo, deve formular juízos morais em sua pesquisa, ele emprega a noção de valor, isto é, o que é certo ou errado. Mas a questão se a história pode existir mesmo com a ausência de relatos escritos envolve uma série de questões sobre teoria do conhecimento que remontam, sem dúvida, a uma tradição inaugurada por Sócrates, Platão e Aristóteles. Para Collingwood, portanto, a filosofia não é apenas um adorno ou uma receita a ser seguida ao pé da letra por livros-texto de história. Ela

configura um debate perene onde as perguntas e as respostas são colocadas de maneiras diferentes durante seu desenvolvimento, daí também o caráter histórico dos problemas filosóficos. Sobre esta relação, escreve Collingwood:

O segundo fato que surge é que estas várias questões nos colocam face a face com os problemas de todas as domínios da filosofia. Não podemos, por exemplo, decidir se um historiador deve atribuir necessidade, acaso, ou vontade humana a eventos históricos sem levantar, e colocar da melhor maneira possível, o problema da liberdade humana e a necessidade. Não podemos dizer se é melhor escrever uma história separada da arte ou incluí-la numa história geral da civilização, sem discutir em que sentido a arte é uma coisa separada, uma coisa à parte da vida humana. Por isso os problemas metodológicos da história nos levam não somente a uma filosofia especializada da história, mas a uma filosofia perfeitamente geral e universal, a uma filosofia como um todo (Collingwood, 1994 p. 349).

Portanto, uma história que negligenciasse o caráter filosófico dos problemas históricos, e que deixasse de lado a consideração epistemológica sobre a natureza do conhecimento histórico, implicaria num impasse, isto é, não poderíamos atingir a filosofia geral da qual fala Collingwood. Na verdade, esta filosofia geral, como pudemos notar, consiste na interação das questões acerca das várias atividades humanas – seja a ciência, a política, a arte ou a religião— com o método filosófico. Esta filosofia geral pode não consistir numa resolução definitiva para os problemas, mas sim numa maneira mais ou menos padronizada de tratá-los, pela qual as respostas dadas não proibam o surgimento de novas questões. A importância de uma filosofia da história é, desta forma, ressaltada por Collingwood. Ignorar o fato de que a história exige uma abordagem filosófica diferenciada é um erro epistemológico; e ignorar que os problemas metodológicos da história devem ser resolvidos apelando-se para o método filosófico é um erro em que o historiador não pode incorrer, sob pena de estar apresentando relatos ingênuos, fruto da ingenuidade de seu pensamento.

Recapitulando, o trabalho intelectual de Collingwood pode ser encarado, segundo o próprio autor, como uma tentativa de aproximar a

história da filosofia. Esta tentativa, na visão de Collingwood, é frustrada quando o conhecimento é analisado somente levando-se em consideração a lógica realista, isto é, a filosofia analítica que tem por base epistemológica a lógica formal. Esta filosofia, como visto acima, não se preocupa com os processos cognitivos, mas sim com proposições e sentenças lingüísticas. O autor se opõe a esta filosofia por acreditar que os problemas teóricos da história são ignorados por esta maneira de se analisar o conhecimento. O principal processo pelo qual o conhecimento histórico se desenvolve, e que a filosofia analítica ignora, é a formulação de perguntas e a tentativa de buscar as respostas. Viu-se que o trabalho de Collingwood na arqueologia lhe proporcionou material para que a história fosse pensada diferentemente das ciências naturais, muito embora, como diz, a história também seja uma investigação científica que procura oferecer relatos verdadeiros⁷. Esta sua análise encontrou, além das dificuldades propriamente teóricas, resistência por parte de seus colegas do departamento de filosofia de Oxford. Como apontado acima, isto fez dele um personagem mais ou menos isolado sob o ponto de vista das discussões filosóficas academicamente reconhecidas. Ele mesmo se dizia um “fora da lei” naquele departamento.

⁷ A história, para Collingwood faz parte do corpo de explicação científica para os fenômenos do mundo. Ela é uma atividade humana de investigação racional e obedece a um método, embora um pouco diferenciado do método das ciências naturais. Segundo Collingwood, os problemas das ciências naturais, entretanto, possuem um caráter histórico, e a compreensão deles depende da própria história. Daí o fato de atribuir tanta importância à história, pois, mesmo a ciência natural tendo seu método desenvolvido com o objetivo de formulação de hipóteses e testes destas hipóteses, tem seus fenômenos inscritos no domínio da história. Mesmo que a predição e a quantificação de seus fenômenos seja algo garantido, também o é o fato destes fenômenos tomarem lugar no espaço e no tempo racionais. A história das ciências naturais é uma história do pensamento e, portanto, constitui uma atividade de segunda ordem envolvida com a identificação das pressuposições absolutas deste domínio de investigação. Esta atividade de segunda ordem é o pensamento sobre o pensamento acerca dos fenômenos da natureza. Em *Ciência e Filosofia (The Idea of Nature)*, na conclusão, Collingwood explica por que a ciência natural, de certa forma, depende da história: “Falo nisto para proclamar que a ciência natural, considerada como um setor ou modalidade do pensamento humano, é um campo aberto, apto a levantar os seus próprios problemas e a resolvê-los pelos seus próprios métodos, e a criar as soluções que lhe sejam apresentadas aplicando seus próprios critérios; por outras palavras, a ciência natural não é o encadeamento de fantasias ou invenções, mitológicas ou tautológicas, mas sim uma procura de verdade, e uma procura que não deixa de ser compensadora; todavia, a ciência natural não é, como os positivistas imaginaram, o único setor ou modelo do pensamento humano sobre o qual pode ser dito isto, nem sequer é uma forma de pensamento completa e auto-suficiente, antes dependendo a sua própria existência de uma outra forma de pensamento que é diferente dela e não pode ser reduzida a ela” (p. 192). O autor fala aqui, justamente, dessa relação entre a ciência natural e a história. Também não cabe deixar passar por alto que, para alguns comentadores como William Dray (1995), no que diz respeito à noção de verdade, Collingwood é um pioneiro no sentido de apresentá-la, embora de maneira peculiar, também como objetivo da história.

Outro ponto importante é lembrar que a noção de filosofia de algum assunto particular, para Collingwood, é bem específica. A filosofia da ciência, da história ou da religião deve buscar os pensamentos ou conceitos universais e necessários destas atividades. Isto significa dizer que o filósofo da ciência, por exemplo, têm por tarefa apresentar os conceitos universais e necessários em uma hipótese científica. Estes conceitos universais e necessários devem surgir na mente de qualquer um quando pense em uma hipótese científica, pois tornam a hipótese possível. Segundo Collingwood, a tarefa do filósofo da história em particular é buscar a essência cognitiva do trabalho do historiador. Isto significa dizer que este filósofo deve apresentar os critérios com os quais o conhecimento histórico deve ser julgado. Obedecendo ao método filosófico ou à razão, estes critérios devem ser debatidos; mas a possibilidade de um relativismo absoluto é descartada, porque o papel da razão é salvaguardado. Este apelo à razão ao se analisar a metodologia histórica fornece uma resposta ao ceticismo histórico (Johnson, 1996).

Outro ponto bastante importante a se perceber é que, para Collingwood, a metodologia da história está face a face com o método filosófico; estes dois domínios da cultura instauram uma verdadeira simbiose (D'Oro, 2004). As perguntas que a filosofia da história formula necessariamente devem lidar com questões de caráter filosófico e mais geral. Assim, por exemplo, quando o historiador se pergunta se ele defende que seu trabalho é científico ele deve explicitar o conceito de ciência implícito em sua afirmação. Para Collingwood, portanto, a filosofia da história nos leva a uma filosofia mais geral preocupada em resolver as grandes questões resultantes das atividades mentais humanas.

Feitas essas considerações, nesta pesquisa nos propomos a analisar, a partir de agora, o modo com que Collingwood apresenta sua filosofia da história, suas pressuposições e implicações, assim como suas virtudes e possíveis insuficiências. Esta análise deverá consistir em capítulos falando sobre a lógica da pergunta e da resposta que, para Collingwood,

corresponde a uma alternativa à lógica formal da filosofia analítica. Deverá, também, debater a noção de *re-enactment* (reconstrução) do passado como o objetivo do conhecimento histórico. Esta tem sido a idéia de Collingwood mais debatida na atualidade, pois ela implica em uma maneira de interpretar a história que está longe de ser ponto pacífico entre filósofos e historiadores. Há críticas e defesas possíveis para a posição de Collingwood, sendo que se faz necessária a exposição dos dois lados. Outro capítulo deve analisar a substituição que Collingwood propõe da noção de causalidade pela noção de explicação por meio de razões no conhecimento histórico. Esperamos com a conclusão deste trabalho apresentar um estudo da proposta específica e original de Collingwood, que tem também conseqüências para a filosofia e teoria da história em geral. Para isso, deveremos estar atentos também ao que comentadores importantes como Johnson, van der Dussen e William Dray têm a dizer sobre a filosofia da história de Collingwood.

2 A lógica da pergunta e resposta.

Ao apontar a história como uma disciplina distinta do domínio da pesquisa física, Collingwood apresenta o método da pergunta e resposta. Este método seria o mais adequado para os historiadores e tornaria possível, ainda, a distinção entre a pseudo-história e a história com objetivos explicativos mais amplos. Obedecendo a perspectiva de que falamos mais acima, a de que o historiador não deve estar totalmente preso ao que dizem as autoridades, o método da pergunta e resposta confere à prática do historiador um caráter dinâmico e investigador. Isto é, o historiador passa a investigar não por meio de sentenças proferidas por pesquisadores anteriores, mas por meio de suas dúvidas e inquietações que, por seu turno, abrem novos horizontes e permitem que novas questões sejam levantadas acerca dos eventos históricos. Tal como apresentado por Gadamer, o método proposto por Collingwood possui um elemento hermenêutico essencial. Ele oferece uma abordagem histórica adaptada à historicidade do próprio problema a ser investigado. Neste sentido, Gadamer percebe a principal falha da atitude dos filósofos britânicos, ele diz, “sobretudo o procedimento encontrado por Collingwood no sistema universitário inglês, a saber, a discussão de *statements*, talvez seja um bom exercício para cultivar a sutileza, mas ignora de modo grotesco a historicidade contida em toda compreensão” (Gadamer, 2004 p. 483).

Como visto anteriormente, Collingwood não estava satisfeito com a análise que os realistas de Oxford propunham sobre o conhecimento. A teoria do conhecimento daqueles pensadores era, para Collingwood, deficiente, e deixava de lado o fato de que o conhecimento humano é, antes de tudo, uma atividade. Encarar o conhecimento humano como sendo algo mais complexo do que simples intuições implica numa análise desta atividade. Na verdade, desde o início de sua formação intelectual o autor

convive e acompanha cursos de professores adeptos da corrente realista. Assim nos conta em sua *Autobiography*:

Meu próprio tutor E. F. Carritt era outro proeminente membro da escola realista, e me mandava para aulas com Cook Wilson e os outros. Eu era portanto duramente doutrinado com seus princípios e métodos. Mas mesmo que eu me autodenominasse um ‘realista’ não o fazia sem ressalvas. (1978, p. 22).

Collingwood inicia sua formação como professor de filosofia nos moldes dos realistas. É de se esperar, então, que a crítica que faz àquela teoria do conhecimento seja bem estruturada, antecipando as objeções e percebendo inflexões do método positivo daquela escola. Por outro lado, mesmo que o autor estivesse despertando para a crítica daquelas idéias no desenvolvimento de sua carreira como filósofo, não havia deixado de lado seu trabalho como arqueólogo e historiador. Ele julgava que esta atividade proporcionava-lhe um laboratório para testes de teorias epistemológicas. Somado a isto, há a estagnação da vida acadêmica na Inglaterra devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Collingwood, este também foi um fator importante para que as críticas à teoria do conhecimento daqueles professores viessem à tona. Sobre estes dois aspectos – seu trabalho como arqueólogo e historiador e a pausa dos trabalhos estritamente acadêmicos devido à guerra –, diz Collingwood:

Havia me tornado um *expert* em um certo tipo de pesquisa, e descobri como usá-la como um laboratório para testar teorias epistemológicas. Também estabeleci e melhorei aquilo que, fosse eu um grande artista, poderia ter chamado meu ‘estilo primeiro’ de ensinar filosofia. Trabalhando simultaneamente nestas duas linhas, eu podia ver as duas convergindo para um ataque ao ‘realismo’ como uma filosofia que errava negligenciando a história (...)

Foi preciso muita reflexão acerca da insatisfação vaga que eu poderia ter expressado em outras palavras, a fim de que pudesse focá-la como uma questão clara. Não tenho certeza de que alguma vez pudesse reconhecer isto, exceto pela interrupção de minha vida acadêmica pela guerra. Um homem cuja mente está sempre em ebulição por causa do ensino filosófico dificilmente pode alcançar a calma, o silêncio interior, que é condição para o pensamento filosófico”.(1978, p. 28).

Tendo em vista que iniciava a formulação de críticas à teoria realista do conhecimento, então tida como o ápice do pensamento filosófico, à medida que avançava seu trabalho como arqueólogo e historiador e, mais ainda, à medida que a guerra interrompia seus trabalhos estritamente acadêmicos, cabe perguntar quais eram os defeitos específicos de tal doutrina para Collingwood, e como estes defeitos se relacionavam com a noção de história do autor. Na seguinte passagem podemos perceber as principais características de sua insatisfação com a maneira realista de se analisar o conhecimento; mais ainda, podemos notar que ele cita alguns nomes importantes:

Os realistas de Oxford falavam como se o conhecimento fosse uma simples intuição ou uma simples apreensão de alguma 'realidade'. Em Cambridge, Moore expressou, segundo penso, a mesma concepção quando falou da 'transparência' do ato de conhecer; também Alexander, em Manchester, quando descreveu o conhecimento como a simples correspondência de duas coisas, uma delas sendo a mente. O que todos estes 'realistas' estavam dizendo, acreditava eu, era que a condição de uma mente que conhece não era de fato uma condição passiva, pois ela está ativamente engajada em saber; mas uma 'simples' condição, uma condição em que não há complexidades ou diversidades, nada exceto o conhecimento. Asseguravam que um homem, ao querer conhecer algo, deveria investigar, por vias que poderiam ser bem complicadas, com o objetivo de 'se colocar em uma posição' a partir da qual esta coisa pudesse ser 'apreendida'; mas, uma vez que a posição fosse conquistada, nada haveria para se fazer a não ser 'apreender', ou talvez falhar em 'apreender' (1978, p. 25).

Havia, portanto, para Collingwood, a necessidade de se encarar o fato de que uma mente que conhece nada tem a ver com adjetivos como 'simples'. A análise do processo cognitivo deveria lidar com variáveis mais complicadas. Isto é, se a condição do trabalho cognitivo é a de que a mente coloca em prática uma atividade e não a simples recepção de uma revelação intuitiva, então o trabalho de explicação filosófica sobre este processo deve ser compatível com a complexidade de seu objeto. Um dos reflexos de declarações como as de Moore e Alexander, citadas acima, pode ser o trabalho de análise do conhecimento por meio de sentenças ou proposições.

As sentenças e proposições podem constituir um ponto de partida para o trabalho de interpretação lógico-formal do que já é conhecido, mas, segundo Collingwood, negligenciam o caminho que se teve que percorrer para chegar ao já conhecido.

Esta doutrina, que é tida como plausível por escolher como exemplos de conhecimento sentenças como ‘isto é uma rosa vermelha’, ‘minha mão está apoiada sobre a mesa’, onde a familiaridade com as operações mentais envolvidas não permite despertar desprezo ou admiração, era bastante incompatível com o que eu tinha aprendido em meu ‘laboratório’ de pensamento histórico (1978, p.26).

É a partir deste momento que Collingwood passa a colocar em evidência o papel da atividade de questionar.⁸ Ou seja, a doutrina dos ‘realistas’ não enxergava a importância da formulação de perguntas e a busca por suas respostas. Para Collingwood, a arqueologia e a história tornavam clara e distinta a necessidade de se estudar o trabalho da mente que conhece de acordo com trabalho de indagação.

Alguns comentadores costumam ressaltar que a ênfase dada por Collingwood às críticas ao realismo e à análise da atividade de interrogação é central para toda estrutura de seu trabalho filosófico. Isto porque a investigação de Collingwood sobre a capacidade de se levantar questões e buscar as respostas corretas para elas acaba por ter influência não só em sua filosofia da história, mas também em sua teoria estética e na própria definição do que seja o trabalho filosófico. É o caso de Peter Johnson quando diz:

A primeira dentre as falsas doutrinas é o realismo, um ponto de vista que Collingwood acreditou tão cheio de erros que sua oposição a ela é central para o conjunto de seu trabalho filosófico. O realismo não somente falha desastrosamente como uma teoria do conhecimento, mas

⁸ Em medida importante, o filósofo da Biologia Ernst Mayr (1998, p. 46) concorda com Collingwood sobre a importância de se elaborar perguntas no decorrer do desenvolvimento científico. Citamos Mayr: “Collingwood afirmou corretamente que uma hipótese é sempre uma **tentativa de** resposta a uma pergunta, e que a formulação de uma pergunta é realmente o primeiro passo no caminho de uma teoria. A história da ciência conhece dezena de instâncias em que um pesquisador estava de posse de todos os fatos importantes para uma nova teoria, mas simplesmente deixou de colocar a pergunta correta.”

também como um relato da mente. Collingwood crê ser o realismo cego para aquela quantidade de conceitos mentais compartilhados que torna possível o questionamento criativo e que, de fato, pode não ser sempre transparente para quem questiona (Johnson, 1998 p. 34).

Dentre as principais características do descontentamento de Collingwood perante a doutrina realista, notamos a negligência dela para com o conhecimento histórico. Segundo afirma em *The Idea of History*, obedecendo-se aos preceitos do realismo o conhecimento histórico simplesmente não é possível:

Está claro que sob o ponto de vista de uma teoria do conhecimento realista, a história é impossível. Uma teoria que interpreta o conhecimento como ‘apreensão’ de um objeto independente é razoável se a percepção é tomada como o único exemplo legítimo de conhecimento; é plausível se o conhecimento é concebido platonicamente como o conhecimento de idéias abstratas; mas não tem uma única sombra de plausibilidade no caso da história (1994, pp. 447-48).

Cabe, portanto, a Collingwood explicar em que medida o conhecimento histórico não toma por objeto somente a percepção sensível. Ele oferece ainda um exemplo no sentido de esclarecer por que o conhecimento histórico na visão realista é impossível:

O historiador que escreve uma monografia sobre a batalha de Maratona não está ‘apreendendo’ uma coisa, isto é, a batalha de Maratona, que existe independentemente da apreensão e, tal como era, está lá para ser apreendida. A batalha de Maratona é um evento que ocorreu há cerca de 2.400 anos atrás; nada há lá para apreender; no sentido realista do termo objeto, não há objeto para que o historiador conheça. E por isso, uma vez que sem objeto não há conhecimento, história sem uma forma de conhecimento é, realisticamente falando, um absurdo (1994, p. 448).

Pode-se já perceber que, para Collingwood, o conhecimento histórico, quando colocado frente a uma teoria do conhecimento que leva o empirismo às últimas conseqüências, pode perder muito de seu significado, até mesmo a ponto de se tornar um absurdo. O conhecimento justificado, para um realista, é aquele que pode ser reduzido aos dados imediatos dos sentidos.

No exemplo de Collingwood, a Batalha de Maratona já não pode ser reduzida a uma constatação empírica; não podemos observá-la à vontade tal como a um corpo em queda livre. O melhor exemplo de conhecimento legítimo para um realista seria a física ou as ciências naturais em geral (Collingwood, 1994 p. 484). Pois, além de constatar seus fenômenos no nível básico das percepções, estes podem ser quantificados e manipulados de acordo com a vontade de quem os investiga. Para a explicação sobre o método da pergunta e da resposta isto é importante, pois é nas ciências naturais que a teoria do conhecimento realista encontra um solo possivelmente mais fértil. Por exemplo, é nas ciências naturais que as sentenças elementares podem ser analisadas de acordo com a lógica da teoria do conhecimento que parte do estudo da lógica formal. Sentenças como ‘minha mão está apoiada sobre a mesa’ e ‘isto é uma rosa vermelha’ são exemplos do objeto de estudo da teoria do conhecimento dos realistas. Mas, para Collingwood, tais sentenças, se constituem alguma coisa, nada são senão a parte visível de um processo muito mais complexo que é o de conhecer.

2.1 O CONHECIMENTO PROPOSICIONAL

Até agora podemos enumerar duas das principais características da ofensiva oferecida por Collingwood contra a teoria do conhecimento realista. A primeira delas é que esta teoria do conhecimento negligencia o conhecimento histórico ou o torna impossível epistemologicamente. A segunda característica é a recusa de Collingwood de analisar o conhecimento a partir de sentenças elementares. Vimos também que dois fatores tornaram possível a formulação clara destas críticas, a saber, o trabalho dele como arqueólogo e historiador, e a interrupção das atividades acadêmicas por causa da guerra. Há uma explicação detalhada, entretanto, por parte de Collingwood, em sua autobiografia, sobre sua oposição a uma

teoria do conhecimento realista que, em última instância, pode convergir para uma teoria da verdade de algum tipo.

De fato, quando Collingwood rejeita essas teorias da verdade, implicitamente está duvidando da efetividade da lógica proposicional. Estas teorias da verdade, com efeito, surgem com aspectos diferenciados e são adotadas por diferentes correntes dentro do próprio pensamento realista. Todas elas, entretanto, acreditam que a verdade sobre aquilo que se conhece está intimamente relacionada com as sentenças elementares. Falando sobre algumas delas, podemos falar da teoria da verdade que pressupõe que uma sentença é falsa ou verdadeira de acordo com ela mesma. Outra defende uma correlação entre a sentença e um determinado estado de coisas. Uma terceira que, por sua vez, alega que chamar uma proposição de verdadeira é supor uma relação de coerência entre ela e outras proposições ou sentenças. Por último, ainda na autobiografia de Collingwood, é apontado o pragmatismo defendendo que a verdade e a falsidade de uma proposição consistem na utilidade de se acreditar se ela é falsa ou verdadeira. Collingwood faz questão de deixar claro que pretende superar todas:

Todas estas teorias da verdade eu tenho negado. Isto não é muito original de minha parte; qualquer um poderia ver, depois de ler *Nature of Truth* de Joachim, que todas elas estavam sujeitas a objeções fatais. Minha razão para negá-las, contudo, não era por elas estarem severamente abertas às objeções, mas devido ao fato de que todas elas pressupõem aquilo que chamei de princípio da lógica proposicional; e este princípio eu havia negado totalmente (1978, p. 36).

Cabe, portanto, uma busca em meio ao raciocínio collingwoodiano, por essas objeções fatais, e também uma definição para este princípio da lógica proposicional totalmente negado pelo autor. O princípio ao qual se refere Collingwood, falando de uma maneira geral, é o fato da lógica proposicional encarar as proposições ou sentenças como veículos da verdade. Isto, para Collingwood, constituía o principal engano dos realistas. E a principal objeção, dentre as objeções fatais de que fala Collingwood, leva em conta o fato de que uma proposição não contradiz outra proposição,

a não ser que as duas sejam respostas para a mesma pergunta. Ou seja uma proposição, segundo Collingwood, não pode ser analisada por ela mesma, particularizada ou isolada; esta proposição deve ser estudada como um elemento constitutivo de um complexo de perguntas e respostas. Portanto, o princípio de não contradição, de certa maneira, acaba se tornando alvo da crítica de Collingwood. Diz o autor:

Meu próximo passo foi aplicar este princípio à idéia de contradição. A lógica atual mantinha que duas proposições deveriam, simplesmente como proposições, contradizer uma à outra, e que ao examiná-las como proposições você poderia dizer se elas assim o faziam ou não. Isto eu neguei. Se você não pode demonstrar o que uma proposição significa, exceto por saber a que pergunta ela tenta responder, confundirá seu significado se confundir a pergunta. Um sintoma de se confundir o significado de uma proposição é pensar que ela contradiz outra proposição, quando de fato não o faz. Duas proposições, pensei, podem contradizer uma à outra somente se forem respostas para a mesma pergunta. É impossível, portanto, dizer de um homem, ‘eu não sei a que pergunta ele está tentando responder, mas posso ver que está se contradizendo’ (Collingwood, 1978 p. 33).

Segundo Collingwood defende, significado, coerência e contradição, verdade e falsidade, nada disso pertence às proposições enquanto tais; estas coisas pertencem às proposições como respostas a perguntas (1978, p. 33). Este erro Collingwood atribui a uma relação problemática entre a lógica e a gramática. Os lógicos, na visão de Collingwood, estariam enganados ao tentarem analisar o significado e os valores das proposições tal como fazem os gramáticos com as sentenças⁹. Os gramáticos estariam preocupados com, por exemplo, sentenças imperativas, aquelas que expressariam, talvez, ordens (Collingwood, 1978 p. 34). E de acordo com Collingwood, os lógicos incorreram no erro de buscar as proposições como o sentido maior

⁹ Pode-se perceber esta relação entre lógica e gramática, por exemplo, no *Tractatus* de Wittgenstein. Wittgenstein aceita que o veículo do pensamento é a proposição constituída por expressões (símbolos). A análise da proposição, por sua vez, se constrói por meio do trabalho da análise sintática. Na verdade, para o primeiro Wittgenstein, a única coisa que pode ser analisada sob seus aspectos filosóficos é a linguagem em que o pensamento é expresso. Ele deixa clara a intenção de se resolver os problemas filosóficos seguido a evolução dos critérios dos estudos lingüísticos quando defende que: “o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar” (Wittgenstein, 1994 p.131).

das sentenças dos gramáticos¹⁰. O problema filosófico por trás desta relação problemática entre o trabalho dos lógicos e dos gramáticos é o problema do significado. Collingwood expõe a situação da seguinte maneira:

Parece-me que esta doutrina foi um engano devido à parceria anterior entre a lógica e a gramática. A proposição do lógico me parecia um tipo de fantasma duplo da sentença do gramático, como nas especulações mais primitivas sobre a mente em que as pessoas imaginavam as mentes como fantasmas dos corpos. A gramática reconhece uma forma de discurso chamada sentença, e entre as sentenças, assim como outros tipos que servem como a expressão verbal de perguntas, comandos, um tipo que expressa declarações. Na fraseologia gramatical, estas são sentenças indicativas; e os lógicos quase sempre tentaram conceber a ‘unidade de pensamento’, ou aquilo que é falso ou verdadeiro, como uma espécie de ‘alma’ lógica de quem o ‘corpo’ lingüístico é a sentença indicativa (1978 p. 34).

É esta relação problemática que Johnson reconhece e comenta na visão de Collingwood, antes de iniciar suas observações sobre sua lógica das pressuposições absolutas e relativas.

(...) Collingwood acusa a lógica proposicional de assumir que sentenças verdadeiras devem tomar uma forma proposicional, uma posição que, ele defende, surge da confusão entre lógica e gramática. A rejeição de Collingwood da idéia de interdependência entre lógica e gramática é irreconciliável e dá origem a uma semelhança com as posições do segundo Wittgenstein (1998, p. 68).

Aqui, Johnson prepara o terreno para sua comparação entre as idéias de Collingwood e as idéias de Wittgenstein em sua fase tardia. Esta comparação leva em conta o fato de Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, ter interpretado de forma diferente da do *Tractatus* o papel da

¹⁰ O ponto chave para se compreender esta problemática reside na apreensão do termo ‘proposição’. Mais uma vez, podemos perceber ecos da posição realista de Oxford, à qual Collingwood tenta se opor, na obra de Wittgenstein. Para Wittgenstein, a proposição é aquilo que tem sentido em uma seqüência de símbolos primitivos ou outros definidos por primitivos. Citamos Wittgenstein: “A cada parte da proposição que caracteriza o sentido dela, chamo uma expressão (símbolo). (A própria proposição é uma expressão.) Expressão é tudo que, sendo essencial para o sentido da proposição, podem as proposições ter em comum umas com as outras. A expressão assinala uma forma e um conteúdo” (Wittgenstein, 1994 p. 155). Quando Collingwood fala em fantasmas duplos das sentenças esta se referindo a isto. Ou seja, ao fato de que os lógicos, tal como Wittgenstein, pressupõem um corpo lingüístico (expressão) onde a alma significante (proposição) devesse habitar.

lógica proposicional na análise do conhecimento. Contudo, neste momento, o importante é perceber que Collingwood não aceita a idéia de que as proposições sejam encaradas como o veículo exclusivo do conhecimento e tampouco aquilo a que podemos atribuir valor de verdade ou falsidade.

Quando Johnson fala das posições de Collingwood sobre a lógica fica evidente que a proposta não era nada tímida. Na verdade, Collingwood não queria apenas apontar para falhas dentro da própria teoria do conhecimento relacionada com a lógica proposicional. Ele queria oferecer uma alternativa, uma substituição que pudesse explicar o conhecimento humano em sua totalidade. Para Collingwood, a análise do conhecimento deve levar em conta, também, a produção do conhecimento histórico, e não apenas os resultados conquistados por uma via cumulativa e indutiva como os das ciências naturais. É neste ponto que os complexos de perguntas e respostas ganham importância. É neles que faz sentido falar em valores de verdade ou falsidade de proposições, pois o contexto acaba por determinar as perguntas para as quais as proposições devem constituir respostas. Para entender corretamente esta idéia, passamos à reconstituição do método da pergunta e resposta de acordo com a linha de raciocínio de sua autobiografia.

O primeiro ponto a ser notado é que, de acordo com Collingwood, há uma correlação entre perguntas e respostas. Uma proposição específica, quando analisada corretamente, se revela resposta para uma pergunta não menos específica. Ele explica:

Uma proposição altamente detalhada e particularizada deve ser resposta, não para uma pergunta vaga e muito geral, mas para uma pergunta particularizada e detalhada como ela mesma. Por exemplo, se meu carro não funciona, posso gastar uma hora buscando a causa da falha. Se, durante esta hora, tomo a vela número um, a conecto ao motor, giro a chave, e procuro por uma faísca, minha observação ‘a vela número um está funcionando’ é uma resposta não para a pergunta, ‘por que meu carro não funciona?’ mas para a pergunta, ‘é por causa da vela número um que meu carro não funciona?’. Qualquer um de vários experimentos que eu faça durante aquela hora será a busca de uma resposta para alguma pergunta particularizada e detalhada como esta (1978, p. 32).

O valor de cada pergunta depende de sua relevância para a compreensão do complexo de perguntas e respostas. Segundo Collingwood (1978 p. 37), as perguntas para as quais se deve buscar respostas devem “surgir” (*arise*). Estas perguntas pertencem, em sentido forte, a este complexo, sabendo-se de maneira intuitiva o que faz sentido responder. Diz Collingwood:

Cada pergunta e cada resposta em um dado complexo tem de ser relevante ou apropriada, tem que ‘pertencer’ tanto ao todo quanto ao lugar que ocupa no todo. Cada pergunta tem de ‘surgir’; é devido à ausência disto que recusamos a responder uma pergunta com base no fato de que ela ‘não surge’ (1978, p. 37).

Poderíamos perguntar se Collingwood se refere à forma de um argumento dedutivo, por exemplo. Em um raciocínio dedutivo válido, a conclusão deve estar presente, de certa forma, já nas premissas; seria impossível concluir algo diferente daquilo e, por isso, a conclusão, pode-se dizer, segue ou ‘surge’ das premissas. Parece ser este tipo de relação lógica que Collingwood observa entre perguntas e respostas em um dado complexo, acrescido, como vimos, da noção de correção das respostas para as perguntas. Ao invés de se perguntar pelo valor de verdade das proposições, passamos, de acordo com o método por ele idealizado, a investigar a estrutura do complexo de perguntas e respostas, buscando pelas respostas corretas para as perguntas. Portanto, não se diz, segundo Collingwood, que uma proposição é verdadeira, mas sim que uma pergunta é relevante e a resposta para ela pode ser buscada. “Cada resposta deve ser a resposta ‘correta’ para a pergunta que ela tenta responder”, diz Collingwood (1978, p. 37).

A preocupação passa a ser sobre o que significa para Collingwood apontar uma resposta correta. Em outras palavras, do que uma resposta não pode prescindir para ser uma resposta correta? Para Collingwood, a resposta correta é aquela que possibilita ao investigador a continuidade do processo de elaboração das perguntas. Diz Collingwood:

A resposta ‘correta’ para uma pergunta é a resposta que nos possibilita ir adiante com o processo de perguntar e responder. São muito comuns os casos em que a resposta ‘correta’ para uma pergunta é ‘falsa’; por exemplo, casos em que um pensador persegue uma pista falsa, ou inadvertidamente, ou com o objetivo de construir um *reductio ad absurdum*. Então, quando Sócrates pergunta (Platão, *Republica*, 333 B) se como seu parceiro no jogo de damas preferiria ter um homem justo ou um homem que sabe jogar damas, a resposta que Polemarco dá - ‘um homem que saiba jogar damas’ – é a resposta correta. É falsa, porque pressupõe que a justiça e a habilidade de jogar damas são comparáveis, cada uma delas sendo uma ‘arte’, ou forma especializada de habilidade. Mas é ‘correta’, porque constitui um elo, e um elo forte, na cadeia de perguntas e respostas na qual a pressuposição da falsidade daquela proposição se torna manifesta (1978, p. 38).

O fluxo do processo de se formular perguntas relevantes e buscar respostas para elas é garantido com a noção de correção, e esta correção só pode ser determinada em relação a uma pergunta pressuposta. Daí a ênfase de Collingwood em apontar a correção como ‘um elo forte na cadeia de perguntas e respostas’. E, não por acaso, o exemplo se refere a Platão. Para Collingwood, a maiêutica socrática já substituía a idéia de verdade pela de correção. Os interlocutores de Sócrates são sempre tentados e estão à beira do erro quando têm de considerar a verdade das sentenças que proferiam. Há um jogo onde a compreensão do todo é privilegiada por tratar as proposições como partes integrantes agindo no sentido de convergir em direção a uma resposta correta, e não simplesmente em direção a uma verdade isolada. Outros bons exemplos de autores importantes no sentido de se elaborar complexos de perguntas e respostas estão Bacon, Descartes e Kant¹¹. Na verdade, estes são, para Collingwood (1978, p.35), os grandes

¹¹ Mesmo sendo bons exemplos de pensadores que estavam preocupados com a arte de se colocar e responder perguntas, Collingwood não deixa passar em branco o fato de Bacon e Descartes terem uma visão não muito clara sobre o conhecimento histórico. Ele acusa Descartes, por exemplo, de um pirronismo desnecessário. Na verdade, Collingwood tenta responder ao ceticismo de Descartes em *A Idéia de História*. Para ele, o relato de Descartes apresenta a história como algo em que não se pode confiar (Collingwood, 1994 p. 60). Porém, mais adiante, Collingwood tenta responder a esta objeção: “Dizer que as narrativas históricas relatam eventos que podem não ter ocorrido é dizer que temos algum critério, diferente do critério das narrativas que nos chegam, pelo qual julgar se um evento aconteceu. Descartes está adiantando aqui uma atitude crítica genuína que se totalmente desenvolvida poderia ser a resposta para a própria objeção” (Op. Cit., p. 60). Quanto a Bacon, tem uma virtude e, ao mesmo tempo, uma falha. Com Bacon a história ganhava um programa ou um objetivo claro: conhecer o passado em termos humanísticos e não mais em termos de revelação mística ou religiosa. Para isto, Bacon, em sua divisão do mapa do conhecimento, coloca a história no domínio da memória.

mestres na arte de perguntar e responder corretamente. O pensamento, sem o quê não há conhecimento, consiste na inquietação e na atividade interrogativa constante do “Sócrates dentro de cada um” (1978, p.35).

A relação lógica de contradição toma, na interpretação de Collingwood, uma forma ambígua. Isto é, quando um par de proposições, uma afirmação e seu oposto, é analisado sob a perspectiva do método collingwoodiano, algumas vezes podemos perceber a correção tanto de uma quanto de outra. Dito em outras palavras, nos complexos de perguntas e respostas são as perguntas e, como veremos adiante, as pressuposições, que determinam o valor de cada resposta; é de acordo com estes fatores que determinamos se uma proposição contradiz a outra ou não. A relação lógica de contradição entre proposições isoladas acaba por perder seu caráter hermético, tornando-se dependente do contexto ou complexo de perguntas e respostas em que estão contidas. A imagem de Collingwood desta situação é a seguinte:

Segue, também, e isto é o que me afetava especialmente naquela época, que enquanto duas proposições não podem ser mutuamente contraditórias por elas mesmas, há muitos casos em que um e o mesmo par de proposições pode ser pensado tanto sua afirmação quanto seu oposto, de acordo com as perguntas que elas pretendem responder são reconstruídas de uma maneira ou de outra (1978, p. 40).

Esta maneira de interpretar a contradição oferece uma atitude mais paciente frente a textos, por exemplo, com preocupações metafísicas. De fato, é esta a intenção de Collingwood: dar ouvidos a mais domínios do conhecimento; dedicar atenção à complexidade do conhecimento humano como um todo e não apenas à linguagem quantificada da ciência natural. Assim, pois, quando o metafísico, por exemplo, propõe que o mundo é um e vários (Collingwood, 1978), pretende-se que o contexto de sua afirmação seja

Contudo, Bacon não apresenta uma metodologia clara para que o passado pudesse ser investigado. Além do mais, ao colocar a história no domínio da memória exclusivamente, Bacon deixava a entender que o trabalho do historiador era desnecessário, pois o que é lembrado não pede investigação e o que não pode ser lembrado não poderia ser investigado (Op. Cit., p. 60).

determinado e que a pergunta a que ela pretende responder seja especificada, para que o pensamento seja devidamente entendido. Sob esta perspectiva, podemos compreender qual era a intenção de Collingwood quando ofereceu uma alternativa para a lógica proposicional; podemos, também, investigar se sua proposta é bem sucedida no que pretende.

Cabe perguntar, a partir deste momento, se realmente a noção de verdade é substituída com sucesso pela idéia de correção de respostas para perguntas relevantes. Pode a noção de verdade ser colocada em segundo plano em uma análise do processo cognitivo? Mais ainda, tem Collingwood uma clara noção de verdade para que ela possa ser substituída de alguma forma? Note-se que as perguntas efetuadas acima apontam para a possibilidade de Collingwood ter criado para si um problema filosófico de quase impossível resolução, e apontam para a análise pormenorizada de se a lógica proposicional é realmente superada por Collingwood. Ao se opor às teorias da verdade daquele momento, tal como a de correspondência entre as proposições e estados de coisas, Collingwood apresenta quatro pontos que, segundo ele, são levados em conta:

O que se diz ordinariamente quando uma proposição é chamada ‘verdadeira’, eu pensava, era isto: (a) a proposição pertence a um complexo de perguntas e respostas que como um todo é ‘verdadeiro’ no sentido próprio da palavra; (b) neste complexo é uma resposta para uma certa pergunta; (c) a pergunta é aquilo que chamamos ordinariamente de pergunta sensata ou inteligente, não uma pergunta ingênua, ou em minha terminologia ela ‘surge’; (d) a proposição é a resposta correta para a pergunta (Collingwood, 1978 p. 38).

De acordo com estes quatro pontos apresentados por Collingwood, podemos notar um problema importante. O autor pode estar pressupondo aquilo que ele quer rejeitar. Ele pretende abandonar a idéia de verdade pela de correção, pressupondo a verdade do complexo de perguntas e respostas. Collingwood fala, por exemplo, “no sentido próprio da palavra” verdadeira, mas não explicita o que ele entende exatamente por este “sentido próprio”. Talvez, neste ponto, possa residir a primeira crítica à pretensão de

substituição da noção de verdade. Contudo, uma forma de tentar defender a posição de Collingwood é dizer que o autor está preocupado em substituir a noção de verdade das *proposições*, e não expulsar a noção de verdade da análise epistemológica em geral, dado que, como percebemos, a noção de verdade do complexo de pergunta e respostas como um todo é uma preocupação de Collingwood.

De fato, há problemas no ataque de Collingwood à posição dos realistas, que por sua vez se utilizam dos instrumentos da lógica proposicional. Problemas estes que são, por exemplo, percebidos por Peter Johnson. O que este autor adianta é uma possível defesa dos realistas ou da lógica proposicional em geral. Escreve Johnson:

Eles defenderão, mais ainda, que Collingwood é descuidado com a noção de verdade. Ao negar que verdade/falsidade são propriedades das proposições, Collingwood argumenta que somente o que ele chama de ‘um complexo de pergunta e respostas’ pode ser chamado de ‘verdadeiro’, mas se é assim ele pode ser ‘falso’, e, então, fica difícil perceber em que sentido é ‘falso’. É difícil para Collingwood sustentar sua posição sem cair novamente nas posições da lógica proposicional que ele pretende ter superado. Tal concessão pode ser inevitável dado o problema de demonstrar como os termos padrões da lógica proposicional – verdade, falsidade, contradição – podem ser banidos da lógica da pergunta e da resposta (1998, p.70).

Johnson vai mais além na imaginação desta defesa da lógica proposicional. O fato de Collingwood afirmar que verdade/falsidade não pertencem às proposições não garante que a lógica proposicional estaria preocupada com os mesmos problemas que possivelmente estaria a lógica da pergunta e resposta (Johnson, 1998 p. 71). A substituição, neste caso, não faria muito sentido, pois os interesses são diferentes para cada lógica envolvida. Outro ponto lembrado por Johnson, levando-se em conta as fraquezas da lógica da pergunta e resposta de Collingwood, é o fato de que um processo de questionamento não poderia regredir infinitamente (*ad infinitum*). Isto é, para fazerem sentido as perguntas devem obedecer a uma ordem e até mesmo um limite. Isto, porém, diz respeito à relação do complexo de perguntas com as pressuposições absolutas e relativas. A lógica destas

pressuposições é, de acordo com Johnson, o que garante para Collingwood que as perguntas não regridam ao infinito, e que cada pergunta em um dado complexo tenha sentido específico¹². Resta a Collingwood uma justificação para o fato de uma pergunta ‘surgir’. Esta é a idéia que transparece no seguinte raciocínio de Johnson:

Perguntas, respostas e pressuposições constituem relações lógicas específicas entre elas. Elas formam séries nas quais a resposta para uma pergunta torna-se a pressuposição para a próxima. Compreender uma pergunta a que uma dada proposição pretende responder envolve o descobrimento da pressuposição sem a qual a pergunta não poderia surgir. Contudo, nenhuma série de perguntas e respostas pode ser infinitamente longa (1998, p. 72).

De fato, é pertinente o fato de Johnson lembrar que a proposta de Collingwood de substituição da lógica proposicional por uma lógica de pergunta e respostas é ambiciosa e está exposta de maneira perigosa a muitas críticas. Muitas vezes, como o próprio Johnson nota, a defesa da lógica proposicional passa a ser um franco ataque à posição de Collingwood. Contudo, há também uma maneira de salvaguardar o valor desta proposta. Ele oferece sua lógica alternativa, em primeiro lugar, porque o conhecimento histórico com a lógica proposicional não ganha a devida atenção. O conhecimento histórico, como atividade epistêmica sujeita a análise filosófica, constituindo uma dinâmica cujo estudo deve ser necessário sob o ponto de vista de uma teoria do conhecimento abrangente, é deixado de lado. É esta atitude epistemológica que Collingwood tenta superar opondo-se a um ceticismo sem base racional por parte dos realistas frente ao conhecimento histórico. Talvez a virtude da proposta de

¹² Há um exemplo no *Essay on Metaphysics* que, de acordo com Collingwood, defende a lógica da pergunta e resposta da acusação de redução ao infinito apontando o limite da investigação. Para que se faça perguntas **sensatas** e inteligentes, relevantes para o complexo de perguntas e respostas, é preciso que existam pressuposições. O exemplo de Collingwood é o seguinte: “Quando estou tentando decifrar uma escritura antiga e danificada, eu sei muito bem, antes de começar a responder à pergunta ‘O que isto significa?’ que devo me assegurar de que a marca não é acidental e que faz parte de uma escritura; isto quer dizer, eu devo antes responder a pergunta ‘Isto significa algo?’ Uma resposta afirmativa, isto é, o enunciado ‘Aquela marca diz alguma coisa?, causa o surgimento da pergunta, ‘O que isto significa?’ ” (2002, pp. 26-27). Neste caso, a pressuposição constitui o ponto limite para o qual não pode haver transposição lógica eficaz.

Collingwood reside no fato de proporcionar um instrumento de análise epistemológica para uma parte do conhecimento humano que, de acordo com a posição filosófica daqueles professores da Oxford do início do século XX, mais interessados em uma linha que seguisse o positivismo, constituía uma barreira intransponível.

O método da pergunta e da resposta, segundo Collingwood, tem por objetivo esclarecer o processo pelo qual as coisas são conhecidas. O protagonista desta maneira de analisar o conhecimento é o próprio conhecimento, e não o objeto conhecido. De acordo com Collingwood, a lógica proposicional desconsidera que exista um processo cognitivo complexo para que se chegue ao conhecimento ou até mesmo a asserção de uma proposição. Buscar a compreensão da estrutura de complexos de perguntas e respostas — como cada resposta pode se relacionar com as perguntas relevantes elaboradas— aponta para uma outra direção que, por sua vez, diverge daquela que entende que a relação entre pensamento e conhecimento consiste em saltos automáticos entre uma proposição isolada e outra. É o que percebe Johnson na seguinte passagem:

Podemos então interpretar Collingwood como dizendo que, enquanto a lógica proposicional é apropriada para um tipo específico de pensamento formal, sua fraqueza extrema é a de dizer pouco sobre o pensamento como um processo de investigação. A lógica da pergunta e da resposta tem a intenção de preencher esta lacuna por mostrar que pensamos não em uma série de movimentos mecânicos de uma proposição para outra, mas em uma seqüência de perguntas, cada uma seguindo na ordem correta (1998, p. 71).

2.2 O CONHECIMENTO HISTÓRICO

O processo de investigação que Collingwood tem em mente é o conhecimento histórico. Vale, neste momento, perguntar: como a lógica da pergunta e resposta se relaciona com a produção do conhecimento histórico? Como um complexo de perguntas e respostas elucida o processo cognitivo por trás da narrativa do historiador? Podemos adiantar que, embora Collingwood, principalmente em sua autobiografia, apresente a lógica da pergunta e da resposta como um método, não se extrai desta proposta um em geral, diferente daquele das ciências naturais. Na verdade, ele estaria apontando método historiográfico claro. Sua atitude parece estar mais relacionada com uma interpretação acerca da natureza de um tipo de conhecimento, o padrão de um tipo de pensamento distinto que já ocorre de fato. O historiador, neste sentido, em sua pesquisa corrente dá ritmo a este padrão e Collingwood está explicando como este processo ocorre. Isto não implica em passos exatamente delineados segundo os quais o historiador devesse seguir para o bem de seu trabalho. No máximo, o que a lógica da pergunta e da resposta faz é possibilitar a distinção entre pseudo-história e história. Sendo que a pseudo-história não permite a atividade de questionamento por aceitar o que autoridades já disseram sobre um determinado assunto. Mas, mais uma vez, esta lógica aponta para diferenças já existentes e não para uma metodologia clara envolvendo, por sua vez, as regras de um método histórico.

O objetivo de Collingwood não é o de apontar ou especificar sob que condições uma pesquisa histórica é correta, mas clarificar o que significa compreender historicamente (D'oro, 2004). Sua análise epistemológica apresenta um caráter mais geral. Isto é, esta lógica da pergunta e da resposta permite a interpretação de um tipo de pensamento que não depende exclusivamente dos dados imediatos dos sentidos. Ela está preocupada em explicar o tipo distinto de pensamento, aquele que não se esgota por meio da quantificação ou da interpretação formal estrita. Seria mais importante,

portanto, ao discutirmos o papel da lógica da pergunta e da resposta, procurarmos por suas implicações epistemológicas mais gerais, ao invés das regras pelas quais o historiador deve agir ao pesquisar sobre um determinado problema. Poderíamos desta forma compreender por que, para Collingwood, o pensamento histórico expõe um padrão de pensamento comum a todas as ciências humanas, e está muito próximo do pensamento filosófico.

Vimos que Collingwood pretende interpretar o conhecimento humano sob uma perspectiva diferente de uma posição positivista. Em sua visão, a maneira com que se analisa a pesquisa nas ciências naturais não permite uma abordagem abrangente sobre o conhecimento histórico e todos os outros domínios das ciências do homem. Para o autor, este tipo de conhecimento deve ser estudado reconhecendo-se que seus problemas constituem complexos de perguntas e respostas onde o trabalho consiste na identificação de perguntas implícitas, na formulação de novas perguntas e na busca de respostas para elas. As perguntas e as respostas, segundo Collingwood, refletem um relacionamento lógico estrito: uma proposição particular e específica deve constituir uma resposta para uma pergunta tão particular e específica quanto ela. Isto, por sua vez, acaba por levar Collingwood a opor-se às teorias da verdade positivistas, ou realistas, no vocabulário collingwoodiano, que tentam atribuir valor a proposições isoladas e não a complexos cognitivos. Deve-se apontar, contudo, de que maneira a lógica da pergunta e da resposta se relaciona com o conhecimento histórico, por exemplo, com relação à noção de subjetividade histórica. Como a noção de verdade de Collingwood, em sua lógica da pergunta e da resposta, que se aplica ao domínio do conhecimento das atividades humanas, se relaciona com a noção específica de verdade em história.

A história, para Collingwood, é uma ciência diferenciada. Ela se relaciona com seu objeto de estudo de uma maneira que contrasta com as ciências. Por isso, sua organização configura um esquema de organização muito peculiar. Nas ciências naturais, por exemplo, a observação e a

experimentação são condições necessárias para que uma explicação causal possa ser oferecida, e para que o fenômeno estudado possa ser controlado e repetido à vontade. O objeto destas ciências está presente aqui e agora, no laboratório, na lâmina do microscópio, na tempestade que se aproxima. Na história o objeto não se apresenta mais de uma vez, e isto é claramente percebido, ele não está submetido ao controle do historiador. A seqüência lógica que se percebe no esquema explicativo das ciências naturais é subvertida quando se trata de um fato histórico. Se no modelo nomológico-dedutivo de explicação o cientista parte de condições iniciais e, com a ajuda de leis, consegue prever o fenômeno resultante, na história isso não é possível. As condições iniciais estão distantes do historiador e, mais ainda, ele não dispõe de leis históricas às quais possa recorrer. Collingwood caracteriza e distingue o objeto da história da seguinte maneira:

A história, então, é uma ciência, mas uma ciência de um tipo especial. É uma ciência cuja tarefa é estudar eventos não acessíveis a nossa observação, e estudar estes eventos inferencialmente, buscando para eles algo mais que seja acessível à nossa observação, e que o historiador chama de 'evidências' para os eventos pelos quais tem interesse (2002, p. 94).

Segundo Collingwood, e isto está de acordo com sua lógica da pergunta e da resposta, a história é uma investigação construída com base em inferências. A interpolação de que falamos na exposição da lógica da pergunta e da resposta, a busca de respostas para perguntas relevantes, é o método de abordagem do historiador. A pergunta, agora, passa a ser acerca do estatuto epistemológico das inferências históricas. Em outras palavras, devemos apontar se esta atividade de questionamento e de inferência ambiciona a verdade acerca do evento estudado. Tendo em mente, é claro, que Collingwood tenta propor uma noção distinta de verdade quando fala em lógica da pergunta e da resposta.

Collingwood fala em inferências de dois tipos a dedutiva e a indutiva. Uma inferência dedutiva implica em uma compulsão (1994, p. 255) obrigatória em se aceitar uma conclusão, dadas as premissas. A inferência

de forma indutiva, por sua vez, implica apenas em uma autorização em se aceitar uma conclusão após certas premissas. A dedução é o exemplo marcante de raciocínio presente nas ciências exatas. A indução serve mais para os raciocínios das ciências naturais e da história, mesmo tendo em conta o fato de que o objeto da história não se estuda por meio de observações e experimentações. Em todo caso, a história poderia oferecer um tipo de resultado tão bem sucedido quanto os da física e da química, sem que aí estivesse implicada a noção de que o estudo histórico de algum evento chegou à verdade.

A inferência histórica se dá através da análise das evidências e do testemunho. Não se trata, contudo, de uma aceitação incondicional deste testemunho, pois isto implicaria em deixar de lado o elemento crítico e investigativo que a história deve possuir. Aliás, aceitar um testemunho com base apenas na suposição de que aquela explicação para um certo evento foi oferecida por uma autoridade é abdicar, segundo Collingwood, do caráter de cientificidade da história. O tratamento acrítico dos testemunhos constitui o que o autor chama de história ‘tesoura e cola’ (1994, p.257). Esta história abre mão da atividade de questionamento, ela aceita e crê numa autoridade, e aí o autor afirma que esta seria uma crença não justificada, a de que a explicação para o evento em questão é tomada como definitiva, pronta e acabada. Isto porque o testemunho não é reforçado pelas evidências. Collingwood aponta dois desenvolvimentos durante o século XVII que despertaram a consciência dos historiadores para a crítica frente às autoridades. Eles dizem respeito, respectivamente, às críticas perante as autoridades e ao crescente interesse em problemas da arqueologia. O primeiro deles, segundo Collingwood, ainda é uma forma de história tesoura e cola, pois se limita a escolher o que há de bom no discurso de uma autoridade, sobre um evento qualquer, e que poderia servir para o trabalho de um outro historiador sobre o mesmo evento (1994 , p. 259).

A interpretação de Collingwood deste despertar da crítica da história é importante para nossa discussão, por oferecer mais pistas sobre a noção de

verdade histórica em seu pensamento, ou sobre a falta dela. Porém, para Collingwood, a crítica da história ainda não se separa totalmente da história tesoura e cola. O fato de que alguém encontre pontos que, por alguma razão, não se lhe afigurem como verdadeiros, não significa que a pesquisa em questão não tenha valor (1994, p. 259). Mais uma vez, podemos perceber que Collingwood tenta não atribuir às pesquisas históricas o valor de verdade. Mas, se as inferências históricas não devem ser julgadas pelo critério de verdade, qual é a maneira válida para avaliá-las?

De fato, para Collingwood – e isto evidencia a influência de Vico e Croce em seu pensamento – as inferências históricas não devem ser aceitas pelo que elas tem de verdadeiro, mas por aquilo que delas podemos *compreender*:

Muitos historiadores no século XIX e, também já no século XVIII, estavam conscientes de que este dilema era falacioso. Tornava-se lugar comum que, se em alguma medida você encontrasse um enunciado o qual, por alguma razão, não pudesse ser aceito como literalmente verdadeiro, você não poderia, com base nisto, rejeitá-lo como sem valor. Deve haver uma maneira, talvez uma maneira bem estabelecida de acordo com o costume daquela época em que foi escrita, em dizer alguma coisa que você, através da ignorância daquele costume, não reconheceu como seu significado (1994, p. 259).

Na autobiografia de Collingwood, como vimos, o conhecimento das atividades humanas em geral não pode ser avaliado simplesmente de acordo com o valor de verdade de proposições isoladas. Em *A idéia de história*, na parte evocada logo acima, a epistemologia da história deve contar com um elemento diferente, o da compreensão. Pode-se perceber que esta idéia está de acordo com a substituição da noção de verdade pela de coerência interna (D'oro, 2004) em um complexo de perguntas e respostas. Não é um enunciado ou uma proposição que deve contar como definitivo na avaliação de um trabalho em história, mas sim, a compreensão daquilo que certos agentes históricos pensaram em uma certa época, remota ou muito próxima.

Collingwood aponta Vico como sendo o primeiro a perceber a importância da compreensão no pensamento histórico:

A primeira pessoa a notar este ponto foi Vico, no início do século XVIII. É verdade que na Alemanha, a casa da ‘história crítica’ no final do século XVIII e início do século XIX, a importância do trabalho de Vico não era tão reconhecida como deveria; mas ele não era totalmente desconhecido lá; de fato, alguns acadêmicos alemães famosos, como F.A Wolf, tomaram emprestadas algumas de suas idéias. Agora, qualquer um que tenha lido Vico, ou até mesmo uma segunda versão de suas idéias, deve ter reconhecido que a questão importante sobre qualquer enunciado contido em uma fonte não é se é verdadeiro ou falso, mas o que significa. E perguntar o que significa é caminhar para além do mundo da história tesoura e cola em um mundo onde a história não é escrita copiando o testemunho das melhores fontes, mas tentar chegar às suas próprias conclusões (1994, p. 260).

A verdade é um critério não aplicável no pensamento histórico. Ou seja, a história crítica, quando deixa a compreensão de lado para privilegiar os enunciados verdadeiros de uma fonte, toma, em sua melhor avaliação por parte de Collingwood, a forma mais acabada de história tesoura e cola. As inferências da história propriamente providenciam uma conclusão diferente. Esta conclusão nos permite um tipo de conhecimento em que a verdade e a falsidade, inclusive das crenças dos agentes históricos, não servem à compreensão.

Esta idéia é bem clara no artigo de Giuseppina D’oro, *Re-enactment and Radical Interpretation* publicado em 2004. Neste artigo, D’oro tenta comparar e contrapor a idéia de Donald Davidson de tradução radical com a noção de *re-enactment* de Collingwood. Segundo esta autora, os dois pensadores tentam responder de maneira diferenciada à mesma pergunta: como é possível compreender? Os dois teriam motivações diferentes. Davidson estaria preocupado com uma questão cética que leva em conta os critérios de uma possível interpretação correta. Collingwood, por sua vez, estaria preocupado com uma questão de ordem conceitual: o que significa compreender? A busca de Davidson e Collingwood por princípios heurísticos que guiem tanto o tradutor radical quanto o historiador consiste numa semelhante preocupação teórica. Contudo, enquanto Davidson aponta para um princípio de caridade, ligado à noção de verdade semântica, para

compreender agentes lingüísticos, Collingwood utiliza a noção de consistência interna dos argumentos práticos para compreender agentes históricos.

Para D'oro, o relato de Collingwood sobre a compreensão histórica separa a interpretação do valor de verdade ou falsidade. Há, em Collingwood, a possibilidade de compreensão de agentes históricos mesmo havendo crenças falsas envolvidas. Tal situação foi exposta, neste capítulo, quando Collingwood utiliza um exemplo, em sua autobiografia, partindo da *República* de Platão. O fato de a noção de verdade estar separada da compreensão, para Collingwood, implica na necessidade de se elaborar uma ciência da interpretação distinta das ciências naturais. E a proposta de Collingwood é uma ciência da interpretação com base em uma lógica de pergunta e resposta que leve em conta, também, crenças falsas que poderiam levar a ações. Desta forma a história tesoura e cola, apoiada na noção de verdade de relatos e crenças, não seria compatível com esta ciência da interpretação por adotar critérios mais adequados às ciências naturais.

Tal como D'oro aponta, a crítica de Collingwood à história tesoura e cola se dirige à história prescrita por autores como Hume e Bradley. Este tipo de história geralmente falha em perceber que crenças falsas podem funcionar como premissas epistêmicas em argumentos práticos levando à ação e que, ao descartarem tais enunciados, os historiadores simplesmente deixam de compreender as razões pelas quais certos agentes colocaram suas ações em prática. Segundo D'oro, na medida em que Collingwood distingue inteligibilidade de credibilidade, a possibilidade de compreensão histórica não depende da verificação empírica dos enunciados. O significado das ações é independente da verdade.

Em resumo, vimos que a insatisfação de Collingwood com a lógica na teoria do conhecimento adotada pelos realistas de Oxford, no início do século XX, dá origem a sua lógica de pergunta e resposta. Esta lógica de pergunta e resposta, por sua vez, não serve como um conjunto de critérios

para um método historiográfico positivo, mas sim como um conjunto de princípios heurísticos capazes de possibilitar uma melhor interpretação sobre como se dá o pensamento histórico. Seguindo este raciocínio, vimos que Collingwood se vê obrigado a substituir a noção de verdade pela noção de coerência interna de um complexo de perguntas e respostas. Tal como percebemos na argumentação de Johnson, esta substituição não toma lugar sem levantar algumas objeções. A lógica proposicional, por exemplo, pode estar preocupada com outros problemas que não os da lógica proposta por Collingwood. Mais ainda, vimos que este acaba por utilizar princípios da mesma lógica proposicional que tenta superar. Por exemplo, utiliza a noção de verdade para os complexos de perguntas e respostas, não clarificando em que sentido eles podem ser falsos. Contudo, mesmo com todas estas importantes objeções, pudemos perceber que o pensamento histórico, e nele deve estar incluído o pensamento das demais ciências do homem, não pode ser analisado sob a ótica de uma interpretação positivista, tal como ocorre com as ciências naturais. Com a argumentação de Giuseppina D'oro, pudemos entender em que sentido a noção de verdade é superada sem que, necessariamente, tenha que haver uma noção de verdade alternativa. A noção de verdade é substituída pela noção de compreensão que, segundo Collingwood, foi apresentada pela primeira vez por Vico no início do século XVIII. O objetivo da indagação histórica não é apontar para uma verdade absoluta acerca de um evento qualquer, mas sim para sua compreensão¹³. Esta compreensão, segundo D'oro, é possível mesmo que os agentes envolvidos em um evento possuam crenças falsas. Daí a inutilidade da busca por uma verdade estática e imutável no pensamento histórico.

¹³ O exemplo mais claro do método da pergunta e resposta em Collingwood surge em *A idéia de história*. É quando Collingwood propõe uma experiência de pensamento para comparar o trabalho do detetive e do historiador. “Quem matou John Doe?” (1997, p. 266) é a pergunta título do capítulo. No decorrer da história o detetive se depara com evidências e testemunhos dentre os quais deve fazer escolhas para prosseguir as investigações. As perguntas formuladas pelo detetive a ele mesmo e às testemunhas é que guiam a escolha. A principal diferença, no entanto, entre a missão do detetive e a do historiador, é que o detetive deve apontar rapidamente um culpado: há um procedimento jurídico perpassando o objetivo da investigação. Já o historiador, contrariamente, deve realizar a investigação sem a necessidade de rapidez e sem a necessidade de se apontar um resultado absoluto e imutável para sua pesquisa.

Estas crenças falsas podem muito bem constituir premissas em argumentos práticos válidos que, por outro lado, podem ser objetos de inferências e de compreensão histórica. A inteligibilidade é dissociada da credibilidade.

A lógica da pergunta e da resposta, mesmo sendo objeto de críticas, não passa despercebida por filósofos importantes do século XX. É o caso de Karl Popper e Hans Georg Gadamer. Os dois têm diferentes interpretações acerca das implicações da proposta de Collingwood e produzem seus argumentos de acordo com seus objetivos teóricos, muito diferentes, pelo menos em uma primeira leitura. Gadamer, em seu *Verdade e Método*, utiliza as considerações metodológicas de Collingwood para discorrer sobre a natureza do processo hermenêutico e sua relevância para a compreensão histórica. Popper, por sua vez, menciona a lógica da pergunta e da resposta collingwoodiana para discutir sua concepção de três mundos.

Para Popper (1975, p.158), o problema da compreensão humana deve ser abordado em termos de teorias. Desta forma, Popper torna o problema da hermenêutica um problema sujeito à metodologia de abordagem do terceiro mundo proposto por ele. Mas esta abordagem, de acordo com Popper, consiste em uma aproximação histórica ao problema, muito mais do que uma aproximação psicológica. Para esse autor, o produto final do processo compreensivo é a interpretação e, em última análise, a explicação sobre esse produto é sempre uma teoria. O exemplo que Popper dá (1975, p. 158) deste tipo de situação é justamente o conhecimento histórico: “(...) a interpretação será sempre uma teoria; por exemplo, uma explicação histórica apoiada por uma corrente de argumentos e, talvez, por evidência documentária”. A diferença com relação a Collingwood está nitidamente presente nesta posição popperiana. Enquanto Collingwood ressalta a necessidade de colocar-se no lugar dos agentes históricos por meio da lógica da pergunta e resposta e do conceito de *re-enactment*, Popper assume que a compreensão é um processo cognitivo que ocorre por partes. Nesse sentido, para Popper, o conhecimento humano é conhecimento proposicional. Citamos Popper:

(...) todas as coisas importantes que podemos dizer acerca de um ato de conhecimento consistem em apontar os objetos de terceiro mundo do ato – uma teoria ou proposição – e sua relação com outros objetos de terceiro mundo, tais como os argumentos referentes ao problema bem como os objetos conhecidos (1975, p. 159).

Contrariamente a Collingwood, Popper duvida que o tipo de compreensão envolvido nas ciências naturais seja diferente da compreensão envolvida nas humanidades. Popper se apóia em quatro razões (1975, p.176) específicas para a defesa desta idéia. 1) podemos compreender a natureza porque fazemos parte dela; 2) podemos compreender as leis da natureza em razão de alguma espécie de racionalidade ou necessidade compreensível; 3) a necessidade de compreendermos o mundo tal como uma criação; e 4) a inevitabilidade de supersimplificação. De acordo com Popper, devido a essas quatro razões podemos equiparar a compreensão histórica à compreensão dos processos naturais. Vimos acima, entretanto, que essa é uma das principais rejeições epistemológicas de Collingwood. Contudo, o importante é perceber que Popper compreende que o objetivo da colocação de perguntas acerca dos eventos da historiografia é a representação subjetiva (*re-enactment*) da ação efetivada. É possível concluir, a partir da leitura de Popper, que a lógica da pergunta e da resposta de Collingwood estaria mais próxima daquele autor não fosse o peso psicológico de sua convergência ao conceito de *re-enactment*, e a idéia de que a compreensão histórica se dá em um nível diferente daquele da explicação nas ciências naturais.

Ocorre de maneira muito diferente a interpretação de Gadamer acerca de Collingwood. Tal como Gadamer assume em *Nova antropologia* (1977), o conhecimento das disciplinas ditas históricas é subjetivo, mesmo que isso não implique na redução da história à opinião do historiador, altamente incontrolável e instável. Posição que, por si só, já o coloca à distância de Popper. Entretanto, Gadamer, ao considerar a lógica da pergunta e resposta em *Verdade e Método* (1997), apresenta dois pontos sob os quais

discordaria da posição de Collingwood. Esses dois pontos, talvez, têm origem no fato de que, na visão de Gadamer (1997, p. 483), Collingwood não desenvolveu sua proposta de maneira sistemática, embora tenha sido um pioneiro ao perceber que a compreensão depende das perguntas feitas com relação aos acontecimentos e aos textos escritos.

Segundo a interpretação de Gadamer, a lógica da pergunta e resposta nos impõe, em primeiro lugar, a pergunta pelo sentido dos acontecimentos e, depois dela, a pergunta sobre os planos dos agentes frente aos acontecimentos. De acordo com Gadamer, a proposta de Collingwood se nos apresenta com elementos da filosofia da história hegeliana, à medida que pressupõe um sentido determinado para os eventos e uma adequação dos planos de alguns agentes com relação a este sentido determinado. Os planos não adequados ao sentido universal dos eventos não poderiam contribuir para a compreensão histórica. Tal como Gadamer propõe, a lógica de pergunta e resposta, assim como a quer Collingwood, oferece um risco elevado de uma extrapolação indevida do subjetivo para o objetivo. Diz Gadamer:

O uso que Collingwood faz da lógica da pergunta e resposta na teoria hermenêutica torna-se ambíguo em virtude dessa extrapolação. Enquanto tal, nossa compreensão da tradição não nos permite simplesmente pressupor uma coincidência entre o sentido que reconhecemos nela e o sentido que o autor tinha em mente ao escrever o texto. Assim os acontecimentos da história em geral não coincidem com as imagens subjetivas daquele que está e atua na história, também as tendências de sentido de um texto ultrapassam o que o autor podia ter em mente (1997, p. 485).

Nesse sentido segue a segunda crítica de Gadamer a Collingwood. Ela diz respeito à metodologia de interpretação textual resultante da lógica collingwoodiana de pergunta e resposta. Na visão de Gadamer, as perguntas a serem feitas acerca do texto interpretado devem ultrapassar o que foi dito

textualmente. Contudo, o trabalho de interpretação deve ainda estar circunscrito ao âmbito exclusivo do próprio texto, não havendo, assim, a necessidade de uma contextualização para a descoberta daquelas perguntas que nortearam o raciocínio do autor. Para Gadamer, esse respeito ao âmbito exclusivo do texto está presente em Collingwood, porém, há nele a distinção entre a pergunta que o texto deveria responder (1997, p. 485) e a pergunta que ele realmente responde. Por trás dessa atitude, segundo Gadamer, está uma tendência historicista de busca da gênese do texto. O engano resultante seria a tentativa de compreensão ao estilo cientificista, “segundo o qual só compreendemos um processo na medida que estamos em condições de produzi-lo artificialmente” (Gadamer, 1997 p. 486). O que estaria em jogo na experiência hermenêutica seria algo diferente.

Ao apontar o que acredita serem deficiências da proposta de Collingwood, Gadamer contudo lembra suas virtudes. É o caso visto acima, quando Gadamer lembra o pioneirismo de Collingwood em perceber a importância da atividade de perguntar para que compreendamos mais de perto o conhecimento humano em sua complexidade. Mesmo porque, “a estreita relação entre perguntar e compreender é a única que dá sua real dimensão à experiência hermenêutica” (1997, p. 488). Uma outra virtude de Collingwood, lembrada por Gadamer, é o ir além do que se nos apresenta como pergunta ou vestígio, buscando-se assim, inclusive, aquilo que não foi pensado pelo autor de um texto. Essa busca é possível graças a um afetar-se do investigador; ele se sente pessoalmente tocado pelo assunto e tenta compreendê-lo de acordo com a vontade de saber mais sobre aquilo e, além disso, o faz de acordo com uma “bagagem” cognitiva prévia. “A verdadeira compreensão”, diz Gadamer (1997 p. 488), “implica a reconquista dos conceitos de um passado histórico de tal modo que esses contenham nosso próprio conceber”. Isso que Gadamer chama, não sem senso poético, de fusão de horizontes.

No próximo capítulo discutiremos o papel da explicação histórica ao analisarmos o conceito de *re-enactment* de Collingwood. Além disso, tentaremos compreender a proposta de Collingwood de ligar o pensamento dos agentes históricos às suas ações, tendo em vista que, para Collingwood, os dois expressam uma relação lógica necessária e que, para este autor, só pode existir história das ações humanas determinadas pelos pensamentos de que são expressões.

3 O conceito de *Re-enactment*

O conceito de *re-enactment* de Collingwood o aproxima da tradição “empática” (Dray, 1969 p. 26) das ciências do homem. Também Karl Popper, em *O Conhecimento Objetivo*, assume que há similaridade entre a proposta de Collingwood e a tradição empática, “acredita-se geralmente que não podemos agir sem processos subjetivos tais como compreensão simpática ou empatia, ou representação de ações de outras pessoas (Collingwood), ou a tentativa de nos colocarmos na situação de outra pessoa tornando nossos seus alvos e seus problemas” (1975, p. 159).

Esta proximidade, contudo, respeita particularidades de parte a parte. A empatia de Dilthey, por exemplo, segundo o próprio Collingwood (1994, p. 173), levaria a compreensão histórica, inevitavelmente, a um relato positivista ligado a uma psicologia em termos naturalistas. De acordo com Collingwood, isto deixa de lado aspectos importantes da racionalidade histórica e acaba por desrespeitar a diferença entre o conhecimento das ciências naturais e a autonomia do pensamento histórico. O conceito de *re-enactment* proposto por Collingwood ressalta a necessidade de se falar em um modelo de explicação distinto para a história. Pelo fato de o estudo histórico não buscar por nexos causais (Dray, 1969) entre eventos, não seria muito sensato interpretar o conhecimento histórico de acordo com um modelo explicativo que levasse em conta condições iniciais, leis e predições.

Uma das descrições de Collingwood para a tradição que leva mais em conta a compreensão em história a considera mais como um resultado paralelo (e não direto) do positivismo comteano do século XIX do que uma oposição independente e contumaz. Em *A Idéia de História*, por exemplo, Collingwood parte do que ele entende por historiografia positivista em termos comteanos para chegar a uma característica que emerge do programa positivista, mas não mais é compatível com tal projeto epistemológico.

Para Collingwood, o positivismo que Auguste Comte propõe tem dois objetivos epistemológicos claros: 1) a enumeração ou apresentação de fatos; 2) por meio da via indutiva, a formulação de leis originando-as da manipulação daqueles fatos enumerados ou apresentados. Durante o século XIX, tal como Collingwood assume, esse par de objetivos dos positivistas não trouxe apenas prejuízo para a historiografia. O historiador, mais ainda do que no século anterior, sentia-se livre para buscar novos fatos através de uma atitude crítica que o desvencilhasse das autoridades anteriores. Isso trouxe muitas novidades aos meios acadêmicos e também ao público em geral que se interessava pela história. O problema é que aquela época consistia em uma euforia não só pela busca de descobertas de novos fatos, mas também pela busca de leis que pudessem prever sob quais condições o fato se repetiria. Não tardou para que se pudesse perceber que a Arqueologia poderia suprir com muito sucesso as estantes de colecionadores de novidades nos vários departamentos de História nas universidades da Europa Ocidental, mas a História, ainda assim, não conseguiria efetivar o segundo passo: a formulação de leis claras sobre seu objeto de estudo¹⁴. Segundo Collingwood, isso faria da História uma simples fábrica de novos dados para uma ciência mais eficaz, a Sociologia. Por isso, mesmo sendo um resultado paralelo, a oposição ao modelo positivista era ainda uma oposição.

Para alguns autores isso fica bem mais evidente ao final do século XIX, quando a oposição entre positivismo e idealismo era delineada mais claramente. Georg Henrik von Wright, por exemplo, em *Explanation and Understanding* (1987), apresenta esta oposição como central na filosofia do final do século XIX, e perpassa o início do século XX com desdobramentos importantes, como o surgimento do círculo de Viena que, por sua vez, traz o positivismo novamente ao centro das atenções. Contudo, as polêmicas da

¹⁴ Eric Hobsbawm (1998 p. 156) lembra dessa característica da historiografia do século XIX e cita como exemplo de ingenuidade metodológica o trabalho de Lord Acton, *A Cambridge Modern History*.

época eram muito vivas e a oposição entre as duas correntes era evidente. Citamos von Wright:

A filosofia antipositivista da ciência alcança um lugar proeminente no final do século XIX, representa uma tendência muito mais diversificada e heterogênea do que o positivismo. O rótulo de 'idealismo', utilizado às vezes para sua caracterização só é apropriado a alguns aspectos desta tendência. Parece-me preferível o nome de *hermenêutica* (itálicos de von Wright). Entre as figuras representativas deste tipo de pensamento incluem-se eminentes filósofos, historiadores e cientistas sociais alemães. Seguramente os mais conhecidos são Droysen, Dilthey, Simmel; e Max Weber, Windelband e Rickert, da escola neokantiana de Baden, estão de acordo com eles. Do italiano Croce e do eminente filósofo da história e da arte, o britânico Collingwood, pode-se dizer que pertencem à ala idealista desta tendência antipositivista em metodologia (von Wright, 1987, pp. 22-23).

Para von Wright as duas tradições, a positivista e a hermenêutica, defendiam explicações científicas antagônicas que poderíamos identificar como sendo a explicação galileana e, em contrapartida, a explicação aristotélica (1987, p. 18). Considerando ainda as idéias de von Wright, percebemos que a compreensão das ciências da conduta e ciências sociais em geral se opõe à explicação das ciências naturais por uma carga psicológica (empatia) e através do vínculo da compreensão com a intencionalidade (1987, p. 24), tal como havíamos defendido até agora. Citamos mais uma vez von Wright:

A compreensão se encontra mais vinculada com a intencionalidade de uma maneira que a explicação não está. Compreende-se os objetivos e propósitos de um agente, o significado de um signo ou de um símbolo, o sentido de uma instituição social ou de um rito religioso. Esta dimensão intencional ou, como seguramente poderia dizer-se, a semântica da compreensão tem chegado a desempenhar um papel relevante na discussão metodológica recente (1987, p. 24).

Poderíamos concluir, a partir das idéias de von Wright, por exemplo, que o papel das razões na explicação histórica não apenas tira o lugar da causalidade nas ciências humanas, mas inaugura uma nova perspectiva de método. O *re-enactment* de Collingwood, portanto, se apodera de algo que

não faz sentido investigar de acordo somente com a análise causal, ou seja, o significado, o propósito do agente.

A aproximação de Collingwood para com a tradição hermenêutica pode ser justificada, talvez, quando tomamos o texto de Josef Bleicher (1990). Segundo a apresentação de Bleicher, a Hermenêutica possui uma longa tradição, mas com Vico no século XVIII passa a ser uma possível referência metodológica para as ciências humanas do espírito. Tomando o texto de Bleicher como ponto de partida, além de Vico, podemos observar a relevância do trabalho de Schleiermacher, Droysen e Dilthey no desenvolvimento do pensamento de Collingwood. Em Schleiermacher, por exemplo, há o estabelecimento de regras (cânones) para a interpretação de textos e uma atitude psicológica para compreender o autor do texto. No processo de compreensão da mente do autor, aquele que se propõe ao trabalho de compreensão inicia uma jornada de autocompreensão. Evidentemente há ecos da proposta de Schleiermacher em Collingwood, principalmente quando ele defende que a História é uma forma de autoconhecimento. No entanto, o que Collingwood parece ter enfatizado com mais clareza foi o fato de que a compreensão histórica não busca por um relato causal da realidade.

Tal como Alberto Cupani aponta (1986), a busca pela compreensão dos fenômenos humanos é salientada pelo fato de que ela não constitui simplesmente uma atividade. Ela faz parte do ser humano: “O homem existe compreendendo; compreender é algo inerente ao seu ser” (Cupani, 1986 p. 77). Por isso, parece ter sido a Hermenêutica uma real tentativa de um método alternativo ao positivismo, não simplesmente uma oposição sem propostas. A força desse método nasceria do fato de que a compreensão é parte essencial do ser humano. Ou seja, o fenômeno humano só é humano porque é compreensível, e devemos atingi-lo por meio de um método que organize e torne mais viva a compreensão. Não se trata de assumir, todavia, que os próprios defensores da Hermenêutica não acreditem que, em um primeiro momento, os fenômenos humanos possam ser interpretados

superficialmente como fenômenos físicos. O problema seria assumir que a análise se esgotaria assim. Nesse sentido, a compreensão vai além. Citamos Cupani:

Os defensores da Hermenêutica não negam a possibilidade e a conveniência de tratar os fenômenos humanos, sob certos aspectos, de maneira análoga a como são estudados os fenômenos naturais (tal como no caso da Economia, ou da Lingüística e da Antropologia estruturalistas), porém consideram que a pretensão de limitar as pesquisas válidas de fenômenos humanos àquelas que respondem ao modelo científico-natural é abusiva, por várias razões. Em primeiro lugar, porque essa pretensão prejulga sobre o que significa “conhecer” e até sobre o que seja a “verdade” a propósito de qualquer assunto. Ademais, porque dado que altera a relação normal do homem (o pesquisador) com os seus congêneres (os pesquisados), não pode valer como conhecimento único ou completo com respeito ao seu “objeto”: quando mais, representa uma verdade parcial. Por último, porque esse ponto de vista desconhece momentos de interpretação e compreensão que fazem parte da mesma abordagem científico-natural (as fórmulas devem ser interpretadas, os cientistas devem poder compreender-se reciprocamente, etc.) e que revelam que o homem a rigor não se evade jamais da atividade interpretativo-compreensiva (1986, pp. 77-78).

Não nos passa despercebido, entretanto, que a característica da oposição entre os positivistas e os hermeneutas é pertinente ao conceito de *re-enactment* collingwoodiano, por duas razões: em primeiro lugar porque a história, para Collingwood, é uma ciência especial. Além disso— o conceito de *re-enactment* parece reivindicar — a explicação causal não é o modelo correto para o ofício do historiador. Esse conceito, juntamente com a lógica de pergunta e resposta, forma a alternativa de sistematização metodológica de Collingwood para a História.

Se a busca por nexos causais não representa de maneira correta o objetivo do historiador, qual é o critério para um modelo de explicação histórica? Em outras palavras, como se dá a compreensão histórica, uma vez que a explicação estritamente científica é posta de lado? Um passo importante da teoria da história de Collingwood é o relato de uma explicação racional. Segundo ele, a compreensão por parte do historiador busca uma conexão entre o pensamento do agente e sua ação. O *re-*

enactment é o trabalho de interrogação e de tentativa do historiador de enxergar uma situação passada tal como as personagens a encararam. Para ilustrar recorreremos a uma passagem muito abordada por comentadores, encontrada em *A Idéia de História*. Nela, Collingwood oferece um exemplo da atitude envolvida na tentativa de se compreender historicamente um edito de um Imperador Romano, qual seja, o Código de Teodósio:

Para alcançá-la, o historiador deve penetrar a situação que o imperador enfrentava e deve ser capaz de vê-la tal como o imperador a via. Deve chegar a perceber, tal como se ocupasse a posição do imperador, qual o tratamento possível de dar àquela situação, deve enxergar as alternativas possíveis e as razões para optar por uma e não por outra; e deve, assim, acompanhar o processo seguido pelo imperador ao decidir daquela particular maneira. Dessa forma, ele está re-elaborando em seu próprio espírito a experiência do imperador; e, só na medida em que o faça, adquirirá conhecimento histórico – diverso do conhecimento meramente filológico – a propósito do significado do documento (1994, p. 283).

A passagem acima deixa claro o fato de aludirmos aqui a uma possível semelhança entre a proposta de Collingwood e a tradição que considera a empatia como fator determinante da compreensão em ciências sociais. Entretanto, o conceito de *re-enactment* nos permite enxergar de maneira mais clara a temática contemporânea da substituição da causalidade pela noção de explicação das ações por meio de razões. De fato, podemos afirmar que a obra de Collingwood antecipa este tema tão debatido e tão importante para a filosofia das ciências humanas e da história no século XX¹⁵. A intenção de Collingwood é interpretar o conhecimento histórico sob

¹⁵ Exemplos de autores importantes que tomaram parte neste debate são John Searle, Stephen Toulmin, Donald Davidson, von Wright e Daniel Dennett. O tema central configura uma preocupação por parte destes filósofos em apontar com clareza a distinção entre a explicação em ciências naturais e nas ciências humanas. Esta problemática acaba por transpor fronteiras e incide em argumentos importantes também para a epistemologia das ciências da vida, como no caso de Dennett, e também nos raciocínios acerca do conceito de inteligência artificial, tal como Searle aborda. Este último tenta demarcar as especificidades do conteúdo semântico (relativo ao significado) e o aspecto físico e sintático (relativo à forma) dos objetos dos estados mentais. Segundo este autor, entretanto, o que está em jogo para um pesquisador das ciências sociais é o significado que se pode apreender em seu objeto. Acerca da diferença entre o objeto de estudo do cientista social e o objeto de estudo de um cientista estrito, Searle, em *Mente Cérebro e Ciência*, defende: “Uma característica crucial é a seguinte: para um vasto número de fenômenos sociais e psicológicos, o conceito que nomeia o fenômeno é também um constituinte do fenômeno. Para que algo surja como uma cerimônia de

uma perspectiva racional. Isto é, uma ação de um agente histórico qualquer deve ser explicada de acordo com as razões que aquele indivíduo possuía para agir de tal maneira. Portanto, a interpretação do Código de Teodósio, tal como se nos afigura no exemplo exposto acima, segue um fio condutor que leva o historiador às razões políticas, sociais, estratégicas ou jurídicas para a produção do decreto. A explicação causal recorrendo ao tipo de constituição física, química e fisiológica, por exemplo, das conexões neurais de Teodósio, tornar-se-ia secundária se não irrelevante para o historiador. E este padrão epistêmico, segundo Karsten Stueber (2002, p. 27), é um padrão que Collingwood reconhece para todas as ciências sociais ou, de uma maneira mais geral, reconhece como o método para o estudo de outras mentes.

A história, para Collingwood, passa a ser o estudo da mente e seu relacionamento com as ações. Melhor ainda, a questão central da teoria da história não é simplesmente apontar a substituição da causalidade na história pela noção de razão para agir, mas sim elucidar em que sentido o historiador pode dizer que compreendeu seu objeto de estudo. Devemos perguntar: em que sentido Collingwood diz que o pensamento histórico é o tipo de pensamento que permite a compreensão de um indivíduo que atravessa a rua ou um amigo que nos escreve uma carta? Acerca da natureza deste pensamento Collingwood defende:

Quando alguém pensa historicamente, este alguém tem diante de si certos documentos ou relíquias do passado. Sua tarefa é descobrir o que o passado foi segundo estas relíquias. Por exemplo, as relíquias são algumas palavras escritas; e neste caso ele tem de descobrir o que a pessoa que as escreveu quis dizer com elas. Isto significa descobrir o pensamento (no

casamento ou um sindicato, ou prosperidade, ou dinheiro, ou mesmo uma guerra ou revolução, as pessoas implicadas nessas atividades devem ter certos pensamentos apropriados. Em geral têm de pensar que é mesmo assim. Por exemplo, para conseguirem casar-se ou comprar propriedades, você, e outras pessoas, têm de pensar no que é que estão a fazer. Ora, esta característica é importantíssima para os fenômenos sociais. Mas nada de semelhante existe nas ciências biológicas e físicas. Algo pode ser uma árvore ou uma planta, ou alguma pessoa pode ter tuberculose, mesmo se não pensar: ‘aqui está uma árvore, uma planta ou um caso de tuberculose’, e mesmo que ninguém pensa seja o que for a esse respeito” (Searle, 1984 p. 95). É inevitável, acreditamos, deixar de perceber uma semelhança com Collingwood, que antecipa a preocupação contemporânea de clarificar o objeto de estudo das ciências sociais frente ao objeto de estudo das ciências naturais.

sentido mais amplo da palavra) que ele expressou através delas. Para descobrir qual foi este pensamento, o historiador deve pensá-lo por si mesmo (1994, pp. 282-283).

Abstraindo-se o problema de que não somente o passado distante é objeto de pensamento histórico, pois já assumimos que este padrão de pensamento é um padrão que perpassa toda esfera das ciências sociais, temos uma noção de dualidade, um caráter interno e outro externo, do objeto do historiador. Na passagem acima, Collingwood aponta relíquias do passado como pistas que levariam à compreensão de um pensamento por trás das próprias relíquias. O historiador se vê diante de dois domínios diferentes: as relíquias, que constituem um conjunto de traços físicos de uma ação passada; e o pensamento subjacente a estes traços que determina o significado daquele conjunto de marcas físicas. O objetivo do pensamento histórico, segundo Collingwood, é apreender este significado. Mas a interpretação dos traços físicos, sejam as palavras escritas do Código de Teodósio, ou os Moais da Ilha de Páscoa no Pacífico Sul, constitui parte importante da investigação. Estes dois pólos do pensamento histórico, como aponta Dray (1995), fazem parte daquilo que os comentadores de Collingwood debatem e divergem bastante, a saber, acerca do interior e exterior de um evento histórico ou de uma ação individual passada. O trabalho de interpretação das relíquias do passado tem o objetivo de apontar um pensamento por trás delas e, mais ainda, deve permitir ao historiador pensar por ele mesmo aquele pensamento. Somente assim pode-se dizer que se chega à compreensão histórica de algum evento passado. Somente assim o *re-enactment* collingwoodiano toma lugar.

O fato de que possivelmente o historiador venha a deparar-se com um exterior e um interior para interpretar aponta para mais um sentido importante em que a explicação histórica se distingue daquela das ciências naturais. De fato, é o que Dray percebe em sua estratégia de interpretação do conceito de *re-enactment*. Dray elege três vias pelas quais o conceito proposto por Collingwood pode ser bem compreendido: a) o aspecto interno

e externo do evento; b) a tentativa de contrastar o conhecimento histórico com o conhecimento científico estrito; c) a metáfora de Collingwood sobre o como e o por quê. Em sua visão, com relação à tese do interior e exterior de uma ação, o trabalho do historiador se aproxima muito do trabalho do psicanalista. Este último tenta, através da exterioridade que constitui a linguagem, chegar a pensamentos muitas vezes inconscientes de seus pacientes. E nessa comparação, na visão de Dray, o trabalho do historiador ganha ainda mais importância. Isto porque, no trabalho de interpretação das expressões dos pensamentos, muitas vezes, assim como o psicanalista, o historiador acaba descobrindo o pensamento por trás da ação, mesmo que o agente jamais houvesse pensado naquilo antes (Dray, 1995 pp.40-41).

Collingwood atribui ao historiador a tarefa de se relacionar com seu objeto de maneira *sui generis*. Ou seja, se o objeto de estudo é diferente, também o deve ser o relacionamento entre ele e o problema estudado. No exemplo da leitura do Código de Teodósio, Collingwood afirma que, quando se busca a compreensão histórica, deve-se tentar “penetrar a situação”, enxergá-la tal como o imperador a enxergava. Mais uma vez, esta descrição de Collingwood aponta para as relíquias físicas do passado como um meio pelo qual se deve chegar ao pensamento do agente histórico, sendo estas relíquias a expressão do pensamento do agente. Ao interior de uma ação, seu pensamento, o historiador chega pela constatação das expressões deste pensamento, seu exterior. Seguindo a sugestão de Collingwood, podemos interpretar uma ação como possuidora de uma característica externa, característica física; e uma característica interna, mental. Esta estratégia de Collingwood previne o estudo histórico de uma possível redução a explicações de eventos puramente físicos. Isto é, aliás, o que ele pejorativamente chamaria de história ‘tesoura e cola’, ou pseudo-história. Neste tipo de história o historiador corre sempre o risco de se contentar com a aceitação do testemunho mais do que interpretar as evidências. Além disto, as explicações geológicas, por exemplo, estariam incluídas na

pseudo-história por não terem como objeto ações humanas e pensamentos que as originam.

A visão de Collingwood do *re-enactment* como um relato bem sucedido de pesquisa histórica consiste em um movimento que parte da interpretação do exterior de uma ação para o seu interior, o pensamento que lhe dá origem. Cabe perguntar, portanto, o que significa este pensamento. Para se chegar ao re-pensamento por parte de um historiador de um pensamento passado deve se ter clara a noção do que venha a ser o pensamento. O que é o pensamento para Collingwood? Que atividade é esta que leva Imperadores à redação de Códigos de leis, e amigos à elaboração de cartas para outros amigos?

Para Collingwood, o objeto da história, o pensamento humano, não pode ser abordado somente como o ritmo contínuo do processo de percepções imediatas. Isto teria mais a ver com o trabalho do psicólogo que, por sua vez, lida com os dados imediatos das percepções e dos sentimentos. Esta é uma restrição importante no que diz respeito à noção de pensamento de Collingwood:

O termo ‘pensamento’, como utilizado até agora nesta seção e na precedente, está relacionado com uma certa forma de experiência ou atividade mental cuja peculiaridade pode ser negativamente descrita como não sendo meramente imediata, e por isso não é levada a cabo pelo ritmo da consciência. A peculiaridade positiva que distingue o pensamento da mera consciência é seu poder de reconhecer a atividade do eu como uma atividade única persistindo através da diversidade de seus próprios atos. Se sinto frio, e depois sinto calor, não há para o mero sentir a continuidade entre as duas experiências. É verdade, como Bergson aponta, que o sentir frio ‘interpenetra’ o sentimento subsequente de calor e dá a ele uma qualidade que nunca teria; mas o sentir calor não reconhece o débito. A distinção entre mero sentimento e pensamento pode, portanto, ser ilustrada como a diferença entre simplesmente sentir frio e poder dizer ‘eu estou com frio’. Para dizer isto devo estar consciente de mim mesmo como algo mais do que a experiência imediata da experiência do frio: consciente de mim como uma atividade de sentir que tem tido outras experiências previamente, e permanece a mesma através destas diferentes experiências (1994, p. 306) .

Alguém poderia dizer que esta passagem pode estar de acordo com o que Descartes tinha proposto já no século XVI. Mas é importante lembrar que, neste momento, Collingwood não está preocupado em apontar o sujeito, o eu que é reconhecido em uma atividade consciente. Ele está preocupado em descrever ou apontar com clareza a atividade que nos leva ao reconhecimento do sujeito, o pensamento. Tomando o cogito cartesiano como parâmetro, temos que, para Collingwood, o verbo alvo não é ‘existir’, mas sim ‘pensar’. Aliás, Collingwood, com relação a Descartes, discorda da postulação de uma dualidade do tipo mente e corpo. O pensamento seria uma atividade interpretada de maneira diferente, mas não consistiria em uma natureza oposta ao que é físico.

Em sua filosofia da mente, Collingwood se opõe claramente a uma visão cartesiana que implique em uma visão dualista. Ou seja, que o pensamento seja encarado como sendo uma substância diferente do que venha a ser a substância física. Collingwood tenta se afastar da concepção do fantasma dentro da máquina, posição esta que não reconhece que a mente e seu trabalho, o pensamento, constituam uma só coisa. Para Collingwood, a visão dualista da mente deve ser deixada de lado, e a mente deve ser interpretada em um contexto que leve em conta sua unidade. Por outro lado, mesmo que a dualidade cartesiana seja ultrapassada, o estudo da mente e do pensamento não deve incorrer em um fisicalismo ingênuo. A própria psicologia, no *Essay on Metaphysics*, é desacreditada por Collingwood quando ela tenta reduzir os processos mentais a seus aspectos puramente físicos. Quando a psicologia se presta a este papel, Collingwood a trata como uma pseudo-ciência. Na verdade, o estudo filosófico da mente e do pensamento deve levar em conta o significado. Isto quer dizer que, para Collingwood, mesmo que mente e cérebro não sejam coisas distintas, estas coisas não podem estar sob a análise monótona e cega de uma perspectiva somente. A análise física do que venha a ser o pensamento pode ser importante para os objetivos da neurologia; no entanto, a hermenêutica do processo do pensamento não deve ser colocada em segundo plano, e não

devemos errar ao deixar de investigar o significado destes pensamentos. Com relação à oposição de Collingwood ao dualismo cartesiano, Johnson o aproxima de autores como Ryle:

O dualismo vê os seres humanos como constituídos de mente e corpo. O comportamento humano é visto como movimento corporal na medida em que os estados mentais dos outros podem ser inferidos por uma analogia com os de alguém. O problema essencial da psicologia filosófica é o de explicar como mente e corpo se relacionam, quando está claro que eles pertencem a categorias lógicas separadas. É o paradigma dualista que a filosofia moderna deixa de lado, apagando os problemas filosóficos que ele gera. Os trabalhos de Wittgenstein e Ryle são, obviamente, decisivos neste aspecto, mas Collingwood também, em seus últimos escritos, deve ser lido como formulando substancialmente os mesmos *insights* (1998, p. 36).

Para o autor de *The Idea of History*, o aspecto mais importante do trabalho da mente, o pensamento, é que ele existe para a ação. É esta a característica mais importante do pensamento para a teoria da história. Como o interior em oposição ao exterior de uma ação, o pensamento é o que precede as ações dos agentes históricos, e justifica o objetivo do *re-enactment* por parte do historiador. A análise dessa atividade, de acordo com Collingwood, contudo, não se esgota pela descrição de suas variantes fisiológicas, mas toma por objetivo cognitivo a hermenêutica envolvida e a forma dos argumentos práticos em que se transforma.

Este é um elemento importante da filosofia de Collingwood. A relação existente entre o pensamento e a ação acaba por ecoar em sua filosofia política, em obras como *o New Leviathan*, seu livro mais importante. Com respeito a esta característica do pensamento de Collingwood, Johnson diz:

Na autobiografia (A, p. 147) Collingwood descreve sua tentativa de descobrir um *rapprochment* entre a teoria e a prática como tendo desempenhado um papel capital em determinar sua posição filosófica, e, a este respeito, seu julgamento autobiográfico claramente está correto. Sabemos desde o início deste trabalho que, em oposição à visão realista de que os indivíduos ocupam um mundo de fatos para o qual o pensamento não faz diferença, Collingwood defende que o pensamento não é periférico à ação, mas indispensável a ela (1998, p. 105).

Collingwood tenta justificar o liberalismo, por exemplo, com base em argumentos que defendem os princípios morais contra o relativismo, aproximando-os de uma possível justificação racional, por sua vez, universal. Porém, importante, neste momento, é tentar compreender de que forma Collingwood estabelece esta ponte entre o pensamento e a ação e, além disto, de que forma o historiador pode afirmar que apreendeu o pensamento de um agente histórico e o repensou por ele mesmo.

Isto, mais uma vez, coloca em evidência a distinção que Collingwood propõe entre a explicação nas ciências naturais e a explicação histórica. Mais do que buscar uma descrição exaustiva daquilo que possa representar o pensamento, Collingwood o coloca em um contexto explicativo. Isto é, o pensamento representa uma parte integrante de um processo de compreensão e explicação de atitudes realizadas por personagens históricas. Não há como negar, a partir daí, que a doutrina do *re-enactment* possui um peso psicológico importante¹⁶. Ela pretende explicitar como se dá a compreensão de outras mentes e, talvez mais importante ainda, pressupõe, em um sentido bastante específico, que os pensamentos causam as ações. Nesse sentido Stueber (2002, p. 37) tem razão quando diz: “Explicações racionais de ações são adequadas somente se mencionam as razões que causaram a ação dos indivíduos em um momento e lugar particular”. Esse tipo de explicação busca não apenas apontar as razões, crenças, intenções e motivações de agentes históricos para suas atitudes, mas revivê-las a ponto de assumirmos,

¹⁶ O texto de Stueber, *The Psychological Bases of Historical Explanation: Re-enactment, Simulation and Fusion of Horizons* (2002), considera esta característica do *re-enactment*. Ou seja, as bases psicológicas do *re-enactment* são consideradas neste texto. O argumento desta autora parte da discussão em psicologia contemporânea sobre os relatos e explicações para o trabalho de outras mentes. Em boa medida, simulacionistas (*simulationists*) discordam dos teóricos (*theory-theorists*). Para os simulacionistas só podemos entender e explicar pensamentos, sentimentos, razões e intenções de outras pessoas quando tomamos como nossos aqueles pensamentos. Os teóricos acreditam que esta explicação na verdade é possível por causa da posse de uma teoria psicológica anterior; desta forma, de acordo com um teórico, não é necessária uma aproximação empática da ação que se quer explicar. A intenção de Stueber é melhorar a noção de *re-enactment* de Collingwood, aproximando-o da posição dos simulacionistas. Em verdade, a posição dos defensores da ‘simulação’ também é modificada por Stueber quando ela assume que alguns elementos teóricos prévios também são necessários na explicação histórica.

tal como Collingwood enfaticamente alerta, que o passado não é algo morto, mas algo vivo, influenciando diretamente o presente.¹⁷

O sentido específico em que Collingwood assume que os pensamentos causam as ações tem a ver com a forma de argumentos práticos. Se alguém acredita que, para se alcançar uma determinada meta, se deve agir de uma certa maneira, então este alguém colocará em prática essa maneira de agir. Ao historiador cabe se colocar no lugar desta pessoa e tomar para si estas razões que, por sua vez, levaram a cabo a ação. Para Collingwood este é o objeto de estudo do historiador, o processo constituído pela existência de problemas e a tentativa complexa de resolução destes problemas envolvendo pensamento, emoções e intenções¹⁸. Este objeto de estudo se isola e se diferencia da simples análise de mudança de processos, tal como ocorre nas ciências naturais. Além disto, o fato de que o pensamento possui um propósito, de acordo com Collingwood, confere ao pensamento o caráter indispensável de consciência para que se torne objeto de estudo da história propriamente. O pensamento que o historiador procura reviver em sua própria mente só pode ser um pensamento consciente; este pensamento só é consciente quando ele possui um propósito, a ação. Collingwood coloca nestes termos:

¹⁷ Neste aspecto podemos aproximar Collingwood da visão de Bloch em *Apologia da História* (p. 74). Para Bloch a tentativa de compreensão do historiador consiste em um exercício psicológico no qual o pesquisador tange muito mais facilmente as ações e pensamentos do indivíduo do que a psicologia coletiva.

¹⁸ Quentin Skinner tem a explicação histórica, também, como um desdobrar por parte de um historiador de um processo racional de resolução de problemas. Esta racionalidade, para Skinner, está circunscrita em um contexto e, por outro lado, o historiador só pode entender a ação do agente histórico quando se coloca no lugar deste agente, quando toma não somente as razões para agir daquele agente histórico como suas, mas também suas motivações. A explicação histórica, para Skinner, tem lugar respeitando um esquema que se preocupa com a indicação de fatores que lidam com o 'o quê' e o 'por quê' do evento histórico. Um ponto de vista, acreditamos, bem próximo da proposta original de Collingwood. Um exemplo da interpretação da posição de Skinner sobre a explicação histórica é o ensaio de Martin Hollis, *Say it with Flowers*, contido em *Reason in Action* de 1996. Além disto, Richard Tuck em *A Escrita da História*, coletânea de ensaios organizada por Peter Burke (1992), autoriza nosso ponto de vista da seguinte maneira: "O debate metodológico inglês permaneceu, assim, oblíquo ao debate continental, pois a assimilação de Skinner da elocução para a ação poderia encontrar um lar (digamos assim) ou no campo de Habermas ou naquele de Gadamer. Na verdade, com suas referências explícitas, remontando a Collingwood, ele representava uma franca recuperação de um antigo respeito inglês pela hermenêutica germânica" (p. 287).

É característico destes atos que eles deveriam ser feitos, como dizemos, com um ‘propósito’: deveria haver uma base de propósito sobre a qual a estrutura deveria ser erguida, e segundo a qual estar conforme. Atos reflexivos podem ser simplesmente descritos como atos que desempenhamos com um propósito, e estes são os únicos atos que podem vir a ser objeto de estudo da história (1994, p. 309).

O *re-enactment*, portanto, visa reviver um ato reflexivo ou um pensamento consciente. O agente histórico se vê diante de um contexto em que sua intencionalidade está imersa. Ele tem um problema particular para resolver e acredita, sente, tem a intenção ou pensa que pode resolvê-lo de uma determinada maneira. Através das evidências o historiador tenta se apoderar de todos os fatores daquela personagem histórica, o objetivo dele é se apropriar da intencionalidade de tal personagem.

Há alguns domínios da cultura humana que são muito mais ajustáveis a esta imagem do objeto de estudo da história. Segundo o próprio Collingwood (1994, p. 310), a política, a guerra e a economia figuram dentre os mais evidentes assuntos da história que levam em conta a intencionalidade de seus agentes. Pode parecer, contudo, que as atividades teóricas podem estar de fora daquilo que o autor chamaria de objeto de estudo histórico. Atividades como a política, a guerra, a moral e a economia podem estar mais facilmente vinculadas ao processo de decisão humana. Podemos identificar estratégias claras para a resolução de problemas nestes domínios culturais e tentar, assim, compreender um certo agente. Os exemplos que Collingwood oferece são os comandantes militares que movem seus exércitos com o objetivo de vencerem as batalhas; alguém que abre um negócio tem claramente o objetivo de lucrar com a nova empresa; e alguém que delibera sobre as possíveis conseqüências de seus atos visa não ser reprovado ou se arrepender da prática de sua ação. Mas será que a filosofia, por ser uma atividade teórica supostamente desvinculada da ação, estaria de fora do conjunto de domínios culturais humanos que, por sua vez, é objeto de estudo da história propriamente?

Nisto o conceito de *re-enactment* de Collingwood aproxima a história e a filosofia. A filosofia também constitui uma atividade com propósito, ela

se desenvolve em um contexto de colocação de problemas e possíveis soluções. Além disto, para Collingwood, a distinção feita entre um ato prático e um ato teórico é feita equivocadamente. A semelhança entre estes dois tipos de atos é menosprezada, e o fato de que há intencionalidade, isto é, de que há propósitos no ato teórico, é obscurecido. Diz Collingwood:

Em primeiro lugar, não é verdade que uma pessoa engajada no pensamento teórico puro está agindo sem um propósito. Um homem realizando algum trabalho científico, tal como investigar a causa da malária, tem um propósito definitivo em mente: descobrir a causa da malária. Verdade, ele não sabe qual é a causa; mas ele sabe que quando ele encontrar ele vai saber que encontrou por aplicar em sua descoberta certos testes ou critérios que tinha com ele antes de iniciar(...) A mesma coisa com o historiador ou o filósofo. Ele nunca navega sem direção; seu mapa, não importa quão pouco detalhe contenha, é balizado por paralelas de latitude e longitude, e seu propósito é descobrir o que há para colocar entre aquelas linhas. Em outras palavras: toda investigação parte de um certo problema; o plano da descoberta, por isso, é sabido de antemão e formulado ao dizer que, qualquer que seja a descoberta, ela deve ser tal que satisfaça os termos do problema (1994, p. 312).

Podemos notar que Collingwood dota a atividade teórica de uma carga não menor de intencionalidade. Partindo de um problema específico o filósofo almeja, deseja, imagina e tem intenção de resolvê-lo. Suas estratégias são pensadas e representadas por aquilo que está escrito. Por isso, a teoria faz parte do escopo de uma história que se preocupa com o pensamento por trás da ação. O pensamento filosófico, portanto, pode ser objeto de *re-enactment*.

CONCLUSÃO

A esta altura podemos perceber que o conceito de *re-enactment* de Collingwood antecipa uma discussão muito importante na filosofia do século XX. Ela permanece durante toda a segunda metade desse período, e ainda se nos apresenta como uma fonte de debates no século XXI. A explicação nas ciências humanas com base na consideração das intenções dos agentes históricos marca uma distinção importante com relação à natureza das explicações neste domínio. Passa-se a buscar uma explicação por meio de razões, onde o mais importante não é a explicação com base em condições iniciais e leis naturais visando o controle e a predição dos fenômenos. Desta forma, o objetivo do historiador, bem como o estudioso das ciências humanas em geral, não visa uma explicação de caráter causal para os eventos e traços sociais, ele busca as razões de um agente histórico-social. Surgem daí duas questões importantes: (a) em que sentido as razões do agente substituem causas explicativas? e (b), voltando um pouco a uma questão já mencionada, uma razão causa uma ação?

Com base na oposição de Collingwood ao positivismo da época, a primeira questão poderia ser respondida defendendo-se que o método utilizado nas ciências naturais não atinge o alvo cognitivo do historiador. Não se trataria, entretanto, de uma oposição radical ou de um simples apontamento da inutilidade das explicações causais, mas sim de assumir que há características que uma análise causal não consegue abordar no que diz respeito, principalmente, ao significado dos eventos. Está em jogo aqui, mais uma vez, a distinção entre compreensão e explicação, e aquilo que Collingwood chamou de interior e exterior de um evento histórico.

Seja como for, o conceito de *re-enactment* de Collingwood oferece uma interpretação arrojada sobre o objetivo cognitivo do historiador. Contudo,

algumas críticas são apontadas a esta maneira de interpretar a história. É o que aponta W. H. Walsh em *Introdução à Filosofia da História*. Segundo o ponto de vista desse autor, a proposta de Collingwood suscita críticas, mas a defesa, entretanto, ainda seria possível.

Algumas dessas críticas já foram mencionadas acima, mesmo assim, passemos à consideração delas de maneira mais específica e concentrada. A primeira delas diz respeito ao fato de que a teoria da História de Collingwood restringe demasiadamente o objeto da História. Historiadores mais ligados a um viés fisicalista, por exemplo, não concordariam em deixar de lado os fatores físicos, portanto naturais, que não só influenciaram as ações de agentes históricos, mas as determinaram. Esses materialistas, tal como Walsh aponta (1978 p. 51), diriam que o pano de fundo físico dos eventos estudados pelos historiadores seria negligenciado pela proposta collingwoodiana. A defesa da teoria de Collingwood contra essa crítica, contudo, versa sobre a inutilidade de dizer que ele ignorava que as ações dos agentes históricos possuíssem um pano de fundo ou fossem influenciadas por fatores físicos. Collingwood pretende que o repensamento seja o objetivo do historiador. Mas esse pensamento, seu objeto de reconstrução, não está simplesmente divorciado de variantes físicas como condições climáticas adversas, acidentes de trânsito ou coisas parecidas.

Outro tipo de crítica à doutrina do *re-enactment* é o fato de que ela supostamente levaria em conta apenas ações claramente deliberadas. Ela interpreta o conceito de *re-enactment* como a maneira pela qual é possível reviver as experiências de pensamento claramente delineadas, o que não acontece, se interpretamos corretamente a teoria de Collingwood. Em sua autobiografia, por exemplo, Collingwood fala de Freud como um exemplo de psicólogo. Em primeiro lugar, ele assim o faz porque tem a consciência de que a psicologia deve tratar da experiência emocional do ser humano. Mas podemos inferir desse elogio que o psicólogo tinha por objetivo, segundo uma perspectiva freudiana, a descoberta do que foi pensado pelo

agente, mesmo tendo esse agente ignorado o próprio pensamento. Ações tomadas no calor de uma discussão, por exemplo, podem muito bem expressar um pensamento inconsciente. A tarefa do historiador, tal como Dray concordaria em dizer, seria muito parecida com a do psicanalista, a saber, descobrir o pensamento por trás das características exteriores, mesmo estando elas envoltas em uma neblina aparente de irracionalidade.

A terceira crítica ao conceito de *re-enactment* lembrada por Walsh aponta para o problema de que a História de assuntos importantes como a Economia poderia ser deixada de lado. Assuntos mais ligados ao desenvolvimento protagonizado por indivíduos estariam mais de acordo como o *re-enactment*: a história militar, a política e a ciência serviriam melhor ao modelo conceitual do *re-enactment* collingwoodiano. Isso porque a reconstrução do pensamento de indivíduos pode ser muito mais clara do que em uma atividade em que as ações fossem determinadas pela vontade de muitos agentes. Walsh cita como exemplo (1978 p. 52) a estipulação de preços: que pensamentos estariam em questão? A crítica pode ser pertinente, mas o exemplo que a sustenta não resiste ao menor exame. Primeiro pelo fato de que Collingwood não descarta a possibilidade de repensar o pensamento de uma sociedade ou de uma quantidade de indivíduos maior do que um. E, em segundo lugar, a Economia, para Collingwood é uma ciência filosófica. Ela não está fora de um contexto racional, mesmo sendo ela composta de uma quantidade enorme de fenômenos independentes, fruto da ação de incontáveis indivíduos. Fica claro no artigo de Collingwood, *Economics as a Philosophical Science*, publicado em *Essays in Political Philosophy*, que a Economia não estaria divorciada de um âmbito explicativo racional. Seus fenômenos estariam inscritos em um contexto racional através dos indivíduos que compõem o complexo de fenômenos estudados por ela. O objeto de estudo da ciência econômica, para Collingwood, consiste nas ações levadas a cabo no cenário onde a preocupação predominante é a riqueza. Mesmo respeitando-se as particularidades deste tipo de ação, ela seria uma ação composta de um

interior, o pensamento, e um exterior, a ação mesma. Portanto, a Economia não serviria, definitivamente, como um contra-exemplo ante o conceito de *re-enactment*. Para ilustrar, citamos o texto mencionado acima:

As concepções de valor, riqueza, e daí em diante não são inexplicáveis últimos; elas podem ser compreendidas, mas apenas na resolução deles na concepção de ação econômica. Essa resolução é uma tarefa para a Filosofia. O pensamento filosófico é aquele que concebe seu objeto como atividade, o pensamento empírico é aquele que concebe seu objeto como substância ou coisa. A Economia, então, é uma ciência empírica se for entendida como o estudo da então chamada riqueza; filosófica, se for entendida como o estudo da ação econômica (Collingwood, 1995 p. 58).

A última crítica ilustrada por Walsh traz à tona o pensamento de Gilbert Ryle acerca do conceito de *re-enactment*. Para Ryle, o principal engano da doutrina collingwoodiana é pressupor um caráter interior e outro exterior para a ação. Citamos Walsh:

O Professor Ryle faz objeções a essa terminologia sob a alegação de que, se falamos tanto dos atos objetivos de um homem, como dos pensamentos que tais atos expressam, e argumentamos ser tarefa do historiador passar dos primeiros para os segundos, estaremos então lhe fixando uma tarefa impossível, já que os pensamentos de que falamos são, por definição, privativos da pessoa que os tem e são inacessíveis a outras pessoas. Com isso, envolvemo-nos no tradicional problema filosófico do conhecimento de outras mentes, um problema que não pode ser resolvido satisfatoriamente pela simples razão de que se baseia numa confusão crassa. Basta porém admitirmos que, como diz o professor Ryle, “os atos claros e inteligentes não constituem chaves para o funcionamento da mente, eles são esse funcionamento”, para que a confusão e o problema desapareçam juntos (Walsh, 1978 pp. 55-4).

Para Walsh, podemos responder ao argumento de Ryle lembrando que a distinção entre interior e exterior representa uma atitude básica nas atividades de advogados, políticos e homens comuns. Além disso, poderíamos, a partir da crítica de Ryle, abandonar a psicologia em termos da psicanálise freudiana, o que pode soar um tanto perigoso por deixar uma parte importante da História das idéias do século XX simplesmente de lado. A psicanálise também parte de um exterior dos comportamentos rumo ao

conhecimento daquilo que consistiria no interior do comportamento humano, o pensamento. A crítica de Ryle em *The Concept of Mind*, contudo, tem o mérito de apontar uma deficiência a qual, ao que parece, não foi prevista por Collingwood, qual seja, a de que a linguagem do *re-enactment* obscurece o fato de que o historiador deve esforçar-se no sentido de descobrir o pensamento não explícito. Mesmo assim, Dray, como mencionamos acima, defenderia a teoria de Collingwood observando a semelhança entre o trabalho do psicólogo e do historiador. Tal semelhança, segundo esse comentador, podemos extrair da admiração de Collingwood por Freud e sua busca pelo inconsciente, por exemplo, ao contrário de sua aversão à psicologia feita ao modo dos frenólogos do século XIX.

Seja como for, as críticas a uma doutrina ou a uma determinada exposição de um conceito filosófico sempre surgirão. Todavia, o que há de positivo no conceito de *re-enactment* collingwoodiano é a distinção que propõe e, de certa maneira, justifica. O conhecimento historiográfico, por ser um assunto essencialmente humano, lida com complexidades diferentes daquelas do conhecimento produzido ou elaborado pelos cientistas naturais. Nesse caso, a diferença entre um e outro domínio deve ser observada. A perspectiva de Collingwood, entretanto, mesmo tratando-se de uma perspectiva de oposição ao positivismo radical ingênuo, não consiste em uma abordagem irracional e supersticiosa sem valor cognitivo. Ao contrário, ela traz à tona uma interpretação do conhecimento deixada de lado depois dos avanços técnico-científicos do século XIX. A compreensão, elemento primordial em uma interpretação hermenêutica do conhecimento humano, é privilegiada no âmbito das humanidades através do conceito de *re-enactment*. A principal consequência epistemológica desse ressurgimento da hermenêutica é a diferença exposta e iluminada entre explicação – expediente utilizado nas ciências naturais para produzir e manipular resultados; e compreensão – objetivo do cientista que se dedica às humanidades.

Bibliografia:

- AYER, A. J. *The Problem of Knowledge*. Harmondworht-Middlesex: Penguin, 1957.
- BELVEDRESI, R. *Explicar lo que ocurrio: una evaluacion de la tesis de la re-enacment de Collingwood e sua aplicacion a la explicacion historica*. In: Dialogos: 57-81, Julho de 2003.
- BLOCH, M *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLEICHER, J. *Contemporary Hermeneutics, Hermeneutics as Method, Philosophy and Critique*, London, Routledge, 1993.
- BOUCHER, D. *The significance of R. G. Collingwood's "Principles of History"*. In: Journal of the History of Ideas, 309-330, 1997.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Unesp, 1991.
- BURKE, P. *A Escrita da História; novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1991.
- BURKE, *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historia da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARR, E. H. *O que é História*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CARDOSO, C.F.S. e BROGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. Rio Graal, 1979.
- CERTEAU, M.de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. New York: Oxford University Press, 1994.
- COLLINGWOOD, R. G. *Essays in Political Philosophy*, Oxford: Clarendon Press, 1995.
- COLLINGWOOD, R. G. *An Essay on Metaphysics*. Oxford: Clarendon Press, 2002.
- COLLINGWOOD, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Clarendon Press, 1978.

- CUPANI, A. *A Hermenêutica Ante o Positivismo*. In.: Manuscrito, Vol. IX. 75-99, 1986.
- D'ORO, G. *Re-enactment and Radical Interpretation*. In: Theory and history, 198-208, Maio, 2004.
- DOSSE, F. *A história em Migalhas*. São Paulo: Ed. Ensaio/ Unicamp, 1994.
- DRAY, W. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro Zahar, 1977.
- DRAY, W. *History as Re-enactment, R. G. Collingwood's idea of History*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- DUSSEN, J. *The Philosophical context of Collingwood's Re-enactment Theory*. In: International Studies in Philosophy, 81-99 27 (2) , 1995.
- DUSSEN, J. *The Lost Manuscripts of Collingwood's Principles of History*. In.: History and Theory, Vol. 36, N. 01, 1997,
- DURBIN, PAUL T. *Dictionary of Concepts in the Philosophy of Science*. Greenwood Press, 1988.
- GADAMER, H. *Nova Antropologia. O homem em sua existência biológica, social e cultural*. São Paulo: EDUSP, 1977.
- GADAMER, H. *Verdade e Método, traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Bragança Paulista, Ed. Vozes, 2004.
- GARDINER, PATRICK, L. *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- GIANNOTTI, A. *Marx, Vida e Obra*. LPM, Porto Alegre, 2002.
- HOBSBAWM, E. *Sobre História*. Ed. Schwarcz, São Paulo, 1998.
- HOBSBAWN, E. *A Era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOHNSON, P. R. G. *Collingwood An Introduction*. Bristol: Thoemmes Press, 1998.
- MAYR, E. *O Desenvolvimento do Pensamento Biológico*. Brasília: Ed.UNB, 1998.
- MARROU, H. I. *Sobre o Conhecimento Histórico*. Rio: Zahar, 1978.

- MEGLLE, G.. *Actions and Explanations as Understanding Explanations in Actions, Norms Values*. De-Gruyter, Hamilton: 1999
- MINK, L. *Mind, History and Dialectic: the philosophy of R. G. Collingwood*. New England: Univ. of Princeton, 1987.
- NAGEL, E. *The Structure of Science. Problems in the logic of scientific explanation*. Cambridge: Hackett, 1979.
- POPPER, K. *Conhecimento Objetivo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- REINATO, E. *A Escola dos Annales e a Nova História*. In: Estudos v. 28, 821-836, Goiânia, 2001.
- REX, M. *Collingwood on Reasons, Causes, and the Explanation of Actions*. In: International Studies in Philosophy, 47-62. 1991.
- STUEBER, K. *The Psychological Bases of Historical Explanation: Re-enactment, Simulation and Fusion of Horizons*, In: History and Theory. Vol 21, pp 25-42, 2002.
- TUCKER, A. *Contemporary Philosophy of Historiography*. In.: Philosophy of the Social Sciences, vol. 27 No. 1, Sage Publications: 1997.
- WALSH, W. H. *Introdução à Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- WEINRYB, E. *Re-enactment in Retrospect*. In: The Monist, 568-580, 1989.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.